



RELATÓRIO DE ATIVIDADES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1 DE JUNHO a 31 DE AGOSTO

2026



Leiria
Câmara Municipal

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Nota Introdutória	4
<u>I – Informação Financeira</u>	5
<u>II – Processos judiciais pendentes e estado de atualização dos mesmos</u>	6
<u>III – Informação relevante sobre a atividade do Município</u>	7

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O presente relatório de atividades, referente ao período de 1 de junho a 31 de agosto de 2026, reflete uma nova etapa na recuperação do concelho após a tempestade Kristin, marcada pela conclusão da análise municipal das candidaturas de apoio à recuperação das habitações afetadas.

Esta etapa representa um momento relevante de um processo particularmente exigente. Por detrás de cada candidatura estão famílias que procuram recuperar as suas casas e retomar a normalidade das suas vidas. Foi essa responsabilidade que orientou a mobilização dos serviços municipais e a prioridade atribuída a este trabalho.

A dimensão da tarefa exigiu um esforço significativo de análise técnica, verificação documental, realização de vistorias e contacto com os requerentes. A conclusão desta primeira análise permite avançar nas fases seguintes de validação e decisão dos apoios, mantendo o acompanhamento das situações que ainda exigem esclarecimentos ou elementos adicionais.

Para assegurar esta resposta, foi necessário mobilizar trabalhadores de diversas unidades orgânicas, reorganizar equipas e concentrar recursos numa missão de carácter excecional. Essa opção respondeu à urgência das necessidades da população, mas teve consequências na capacidade de resposta de outros serviços municipais.

Importa reconhecê-lo com transparência. A afetação de recursos à análise das candidaturas condicionou o ritmo de outros processos e contribuiu para a acumulação de trabalho, nomeadamente na área do urbanismo. Reconhecer essas dificuldades é também assumir a responsabilidade de lhes dar resposta, com organização, prioridades claras e sentido de serviço público.

É essa dupla responsabilidade, dar continuidade ao apoio à recuperação e recuperar a capacidade de resposta dos serviços, que orienta a etapa que agora se inicia.

Vamos concentrar esforços no trabalho acumulado, com particular atenção aos processos urbanísticos pendentes, procurando melhorar progressivamente os tempos de resposta e dar maior previsibilidade a quem aguarda uma decisão municipal.

Importa, por isso, deixar uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores do Município de Leiria. Aos que integraram as equipas de análise, pela competência, dedicação e sentido de missão, e aos que asseguraram a continuidade das restantes funções municipais, com equipas reduzidas e responsabilidades acrescidas. O esforço de todos foi essencial para responder às famílias e manter a atividade do Município num período particularmente exigente.

Este relatório demonstra também a continuidade do trabalho noutras áreas fundamentais para o concelho. Prosseguiram as intervenções de recuperação dos danos da tempestade e as restantes empreitadas municipais, a preparação do novo ano letivo e o desenvolvimento de instrumentos de simplificação do acesso aos serviços escolares.

O trabalho refletido neste relatório deve, assim, ser apreciado à luz das exigências deste período, dos resultados alcançados e das dificuldades que permanecem.

A prestação de contas à Assembleia Municipal exige essa clareza: reconhecer o esforço realizado, identificar o que continua por resolver e assumir as prioridades para os próximos meses.

Leiria concluiu uma etapa importante, mas a recuperação continua. O desafio é agora transformar o esforço desenvolvido numa resposta consistente às famílias, recuperar o trabalho acumulado nos serviços e prosseguir os projetos de que o concelho precisa, sem perder de vista a qualidade do serviço público e a ambição para o seu futuro.

O Presidente da Câmara Municipal

Gonçalo Lopes

02

NOTA INTRODUTÓRIA



Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade do executivo municipal, sendo a apresentação periódica de relatórios de atividades um dos instrumentos fundamentais para o cumprimento desse dever.

O presente relatório reporta-se ao período de 1 de junho a 31 de agosto de 2026 e reúne informação detalhada sobre a atividade desenvolvida pelos diversos serviços, departamentos e unidades orgânicas do Município de Leiria, incluindo áreas fundamentais como a contratação pública, gestão de recursos humanos, ação social, cultura, urbanismo, obras municipais e atendimento ao cidadão.

Em cumprimento dos princípios da transparência, da responsabilidade e da boa governação, o relatório incorpora igualmente a componente financeira, com destaque para os procedimentos adjudicados e os contratos celebrados, e apresenta o ponto de situação atualizado dos processos judiciais pendentes, quer em matéria de contencioso, quer no âmbito das contraordenações e execuções fiscais.

O documento organiza-se por áreas funcionais, facilitando a análise integrada das medidas adotadas, dos projetos em curso e dos resultados obtidos. Pretende-se, assim, não só dar cumprimento ao dever de informação à Assembleia Municipal, mas também promover o escrutínio público e o reforço da confiança nas instituições municipais, numa lógica de prestação de contas que valoriza a proximidade democrática e a cidadania ativa.

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA



SÍNTESE

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria. Apresentam-se, ainda, algumas evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira – Departamento Financeiro

Índice

1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	12
1.1.	Receita.....	12
1.1.1.	Receita corrente	13
1.1.2.	Receita de capital.....	14
1.2.	Despesa.....	14
1.2.1.	Despesa corrente	16
1.2.2.	Despesa de capital.....	17
1.3.	Pagamentos e Recebimentos	17
2.	ENDIVIDAMENTO	18
3.	INDICADORES E RÁCIOS	19
4.	TEMPESTADE KRISTIN.....	20
4.1.	Receita.....	20
4.1.1.	Candidaturas	21
4.2.	Despesa.....	21
4.3.	Resumo da Despesa.....	22

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria.

Começamos por expor a **execução orçamental** da despesa e da receita, evidenciando também o comparativo por períodos homólogos.

Segue-se a exposição de alguns dados relativos ao **endividamento**, nomeadamente, o montante de faturas por liquidar, o limite da dívida total, nos termos do previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, bem como dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas, em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, apresentam-se alguns **indicadores e rácios** demonstrativos da gestão do Município de Leiria, no qual se dá destaque ao grau de execução orçamental.

Na maioria dos casos apresentam-se evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Adicionalmente, é incluído um novo capítulo especificamente dedicado à execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nos termos do disposto na alínea a) do ponto 2.2 do Despacho n.º 60/2026, de 19 de março.

Face ao exposto, remete-se o presente relatório sobre a situação financeira do Município de Leiria, à data de 31 de agosto de 2026, para apreciação na sessão ordinária da **ASSEMBLEIA MUNICIPAL de 18 de setembro**, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Receita

No quadro abaixo apresenta-se os valores acumulados de receita arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
RECEITA CORRENTE	77 492 265,65	104 636 210,49	27 143 944,84	35,03%	63,07%	65,88%
RECEITA DE CAPITAL	14 755 569,03	12 787 054,04	-1 968 514,99	-13,34%	12,01%	8,05%
OUTRAS RECEITAS (Saldo de Gerência)	30 621 678,20	41 403 827,28	10 782 149,08	35,21%	24,92%	26,07%
TOTAL	122 869 512,88	158 827 091,81	35 957 578,93	29,26%		

Tabela 1 - Comparativo período homólogo de receita total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se um aumento de 29,26% na receita total acumulada face aos valores de 2025.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da receita dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

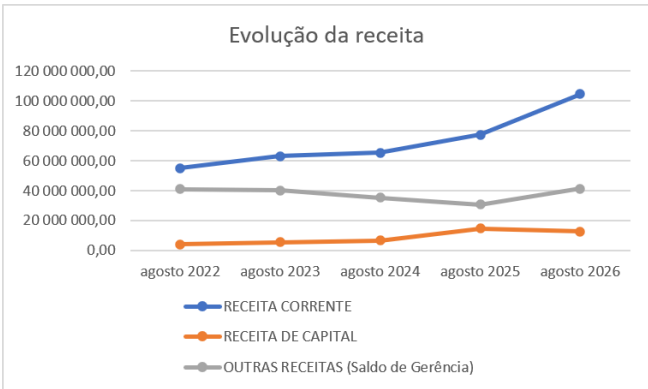


Gráfico 1 – Evolução da receita dos últimos 5 anos.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da receita por rubricas, com referência ao período em análise.

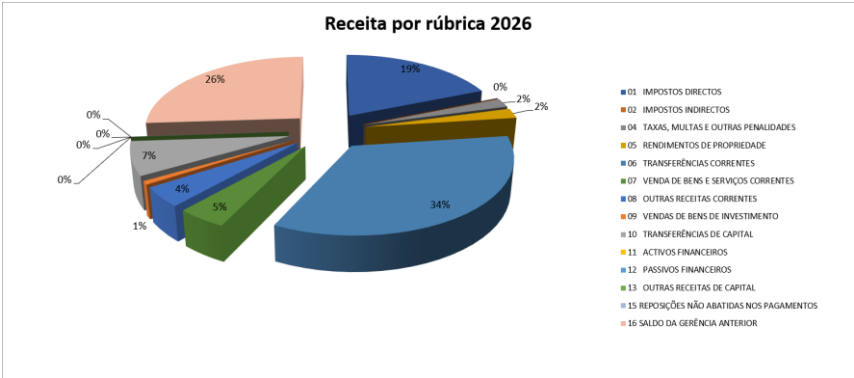


Gráfico 2 – Distribuição da receita por rubricas.

1.1.1. Receita corrente

Apresenta-se abaixo o comparativo com período homólogo, no que se refere à receita corrente acumulada.

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
01 IMPOSTOS DIRECTOS	31 325 260,97	29 864 830,91	-1 460 430,06	-4,66%	40,42%	28,54%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 819 086,30	3 115 933,34	-1 703 152,96	-35,34%	6,22%	2,98%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 413 553,98	3 426 160,01	12 606,03	0,37%	4,41%	3,27%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28 681 091,27	54 470 617,72	25 789 526,45	89,92%	37,01%	52,06%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	9 045 002,46	7 017 154,14	-2 027 848,32	-22,42%	11,67%	6,71%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208 270,67	6 741 514,37	6 533 243,70	3136,90%	0,27%	6,44%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	77 492 265,65	104 636 210,49	27 143 944,84	35,03%		

Tabela 2 - Comparativo período homólogo de receita corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento de 35,03% na receita corrente (+27,1 milhões);
- O aumento nas outras receitas correntes (+3136,90%), referente à indemnização ao abrigo da apólice de seguros multirriscos relativo à tempestade Kristin;
- O aumento nas transferências correntes (+89,92%), referente maioritariamente ao adiantamento por conta do reforço orçamental, fundos disponíveis do Fundo de Emergência Municipal e apoio financeiro no âmbito do PRR (OIGP 2.0);
- O aumento registado nos rendimentos de propriedade (+0,37%);
- A diminuição registada na rubrica Taxas, Multas e outras Penalidades (-35,34%), maioritariamente relacionada com rubrica Loteamentos e Obras;
- A redução da receita proveniente da venda de bens e serviços correntes (-22,42%) resulta do condicionamento da atividade dos equipamentos culturais e desportivos afetados pela Tempestade Kristin, que permaneceram parcial ou totalmente inoperacionais durante a realização das obras de reposição e reabilitação.

Seguidamente é apresentado um quadro comparativo da receita de **impostos diretos**, considerando os valores acumulados e o período homólogo.

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	10 966 163,13	13 099 575,40	2 133 412,27	19,45%
IUC - Imposto Único de Circulação	3 618 578,76	3 835 930,40	217 351,64	6,01%
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	13 776 029,84	12 462 683,40	-1 313 346,44	-9,53%
Derrama	2 964 489,24	466 641,71	-2 497 847,53	-84,26%

Tabela 3 - Comparativo período homólogo de receita de impostos diretos acumulada.

Para melhor análise da evolução da receita de impostos diretos sugere-se consulta do **ANEXO 1**.

1.1.2. Receita de capital

No que se refere à receita de capital, expõe-se abaixo a receita de capital acumulada, bem como o respetivo comparativo com o período homólogo.

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	24 206,00	1 197 208,30	1 173 002,30	4845,92%	0,00%	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14 731 363,03	11 589 845,74	-3 141 517,29	-21,33%	100,00%	0,00%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	14 755 569,03	12 787 054,04	-1 968 514,99	-13,34%		

Tabela 4 - Comparativo período homólogo de receita de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se a diminuição em 13,34% na receita de capital acumulada face aos valores de 2025, relacionado genericamente com as transferências de fundos comunitários no período em análise.

1.2. Despesa

No quadro abaixo podemos verificar os valores acumulados de despesa arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	ago/25		ago/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
DESPESA CORRENTE	87 085 180,67	53 441 744,17	111 973 474,24	66 313 991,25	24 888 293,57	12 872 247,08	28,58%	24,09%	63,25%	73,85%	62,28%	70,38%
DESPESA CAPITAL	50 591 213,78	18 923 790,64	67 815 792,84	27 914 422,22	17 224 579,06	8 990 631,58	34,05%	47,51%	36,75%	26,15%	37,72%	29,62%
TOTAL	137 676 394,45	72 365 534,81	179 789 267,08	94 228 413,47	42 112 872,63	21 862 878,66	30,59%	30,21%				

Tabela 5 - Comparativo período homólogo de despesa total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se, face aos valores de 2025:

- O aumento de 30,21% na despesa total paga;
- A despesa paga de 94,2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 46,20%.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da despesa dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

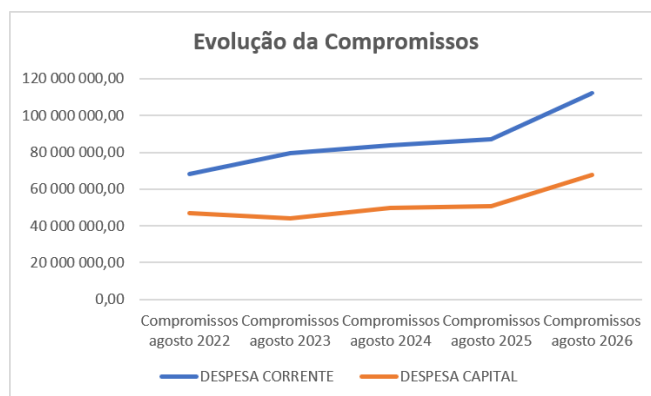


Gráfico 3 – Evolução dos compromissos dos últimos 5 anos, no período em análise.

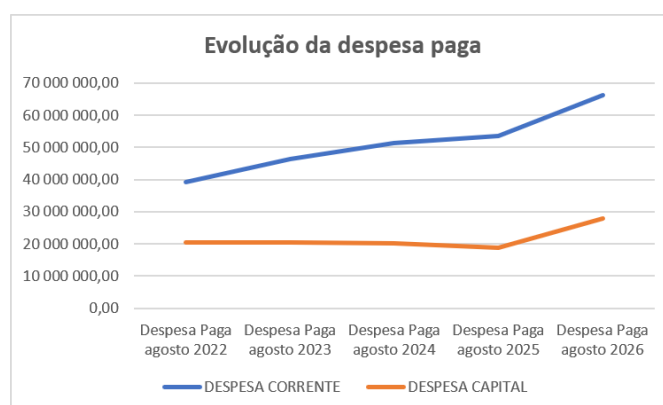
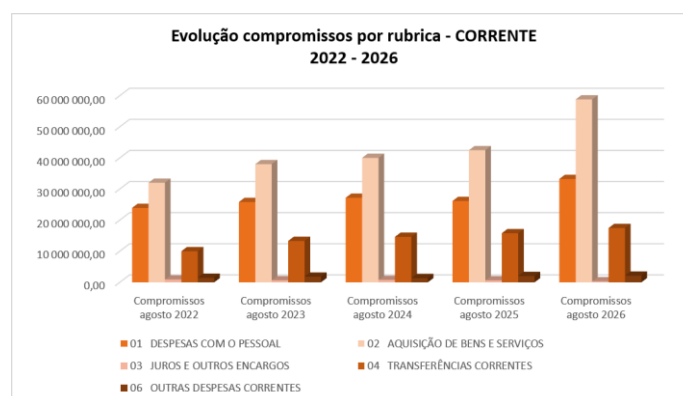


Gráfico 4 – Evolução da despesa paga dos últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (COMPROMISSOS), com referência ao período em análise.



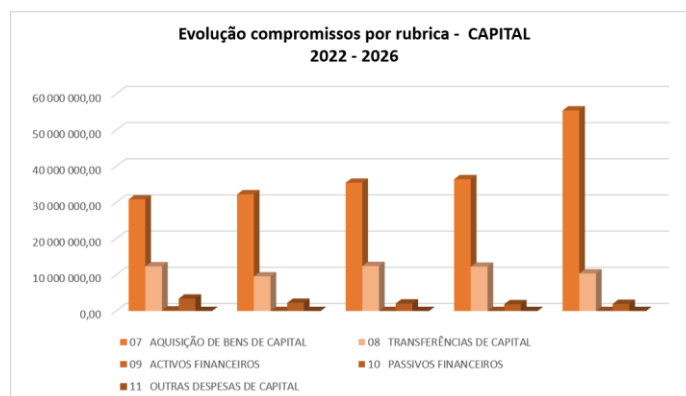


Gráfico 5 – Distribuição dos compromissos por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (PAGAMENTOS), com referência ao período em análise.

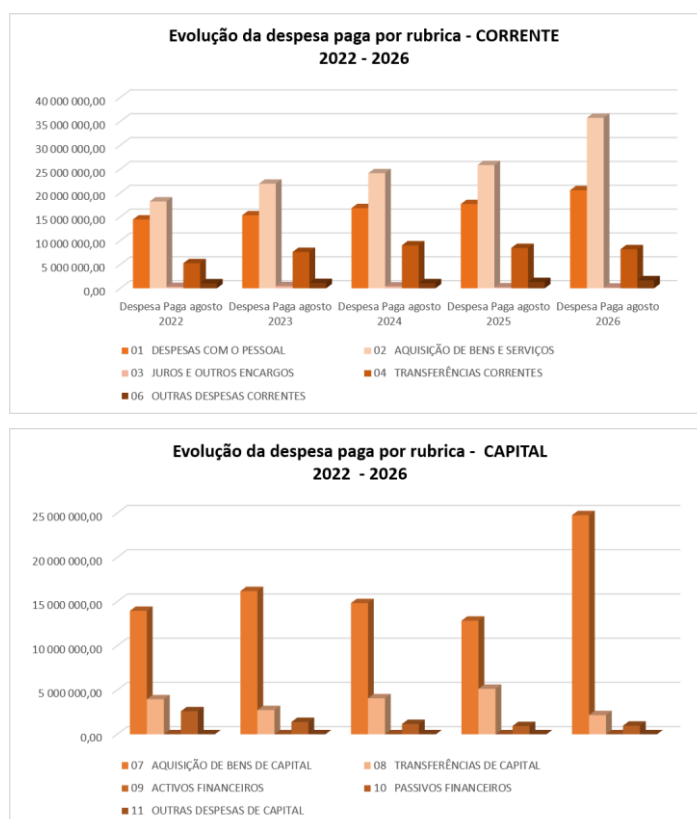


Gráfico 6 – Distribuição da despesa paga por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

1.2.1. Despesa corrente

No que à despesa corrente diz respeito, no quadro abaixo encontramos o seu valor acumulado, bem como o comparativo com o período homólogo.

Descrição	ago/25		ago/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga
01 DESPESAS COMO PESSOAL	26 145 960,33	17 653 566,77	33 227 676,02	20 555 486,96	7 081 715,69	2 901 920,19	27,09%	16,44%	30,02%	33,03%	29,67%	31,00%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42 478 440,41	25 838 798,45	58 814 183,32	35 745 843,14	16 335 742,91	9 907 044,69	38,46%	38,34%	48,78%	48,35%	52,53%	53,90%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	650 147,89	193 388,86	334 717,74	149 557,52	-315 430,15	-43 831,34	-48,52%		0,75%	0,36%	0,30%	0,23%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 781 351,78	8 442 550,86	17 461 130,56	8 186 436,50	1 679 778,78	-256 114,36	10,64%	-3,03%	18,12%	15,80%	15,59%	12,34%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 029 280,26	1 313 439,23	2 135 766,60	1 676 667,13	106 486,34	363 227,90	5,25%	27,65%	2,33%	2,46%	1,91%	2,53%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	87 085 180,67	53 441 744,17	111 973 474,24	66 313 991,25	24 888 293,57	12 872 247,08	28,58%	24,09%				

Tabela 6 - Comparativo período homólogo despesa corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+28,58%);
- O aumento da despesa paga (+24,09%);
- A despesa corrente paga de cerca de 66,3 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 59,22%.

1.2.2. Despesa de capital

De seguida apresenta-se um quadro relativo à despesa de capital, comparando os valores acumulados com o período homólogo.

Descrição	ago/25		ago/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga	Comprom.	Despesa Paga
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	36 443 333,61	12 845 439,95	55 445 779,28	24 770 691,28	19 002 445,67	11 925 251,33	52,14%	92,84%	72,03%	67,88%	81,76%	88,74%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12 259 825,41	5 143 702,64	10 394 617,06	2 166 392,57	-1 865 208,35	-2 977 310,07	-15,21%	-57,88%	24,23%	27,18%	15,33%	7,76%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1 888 054,76	934 648,05	1 975 396,50	977 338,37	87 341,74	42 690,32	4,63%		3,73%	4,94%	2,91%	3,50%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	50 591 213,78	18 923 790,64	67 815 792,84	27 914 422,22	17 224 579,06	8 990 631,58	34,05%	47,51%				

Tabela 7 - Comparativo período homólogo despesa de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+34,05%) e o aumento da despesa de capital paga (+47,51%);
- O aumento da despesa comprometida com aquisição de bens de capital (+52,14%) e o aumento da despesa paga com aquisição de bens de capital (+92,84%);
- A despesa de capital de cerca de 27,9 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 41,16%.

1.3. Pagamentos e Recebimentos

No quadro seguinte podemos aferir os montantes pagos e recebidos no mês janeiro, bem como o comparativo com período homólogo.

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	92 247 834,68	117 423 264,53	25 175 429,85	27,29%
Pagamentos	72 365 534,81	94 228 413,47	21 862 878,66	30,21%
Saldo Acumulado	19 882 299,87	23 194 851,06	3 312 551,19	

Descrição	ago/25	ago/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	13 371 092,81	19 721 151,61	6 350 058,80	47,49%
Pagamentos (Orçamental)	9 870 772,03	14 560 414,38	4 689 642,35	47,51%
Saldo do mês	3 500 320,78	5 160 737,23	1 660 416,45	

Tabela 8 - Comparativo período homólogo de recebimentos e pagamentos.

Da análise do quadro verifica-se:

- O aumento dos recebimentos, em termos acumulados do ano, em 27,29% e aumento em 47,49% no que se refere ao mês de agosto;
- O aumento dos pagamentos, em termos acumulados do ano, em 30,21% e o aumento em 47,51% no que se refere ao mês de agosto.

2. ENDIVIDAMENTO

Seguidamente apresenta-se um quadro ilustrativo da evolução das faturas por liquidar desde o ano de 2022.

A 31 de agosto	2022	2023	2024	2025	2026
Facturas por liquidar	1 067 384,87	1 034 696,61	1 219 746,08	2 368 773,41	1 680 423,23
Facturas por liquidar / Receita	1,07%	0,95%	1,14%	1,93%	1,06%

Tabela 9 – Comparativo de faturas por liquidar (Fonte DGAL – Mapa de pagamentos em atraso).

O quadro seguinte evidencia o stock da dívida da Câmara Municipal de Leiria à data de **31/08/2026**.

	Capital em dívida a 31/12/2025	Amortizações até 31 de agosto 2026	Capital em dívida
Instituições Financeiras	6 959 012,27	977 338,37	5 981 673,90
Total	6 959 012,27	977 338,37	5 981 673,90

Tabela 10 - Dívida a instituições financeiras.

Em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresenta-se abaixo o quadro da dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas.

Total da dívida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dividas não Orçamentais	FAM	Excluindo dividas não orçamentais e FAM
(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) - (5)
11 726 242	4 080 687	15 806 929	943 888	0	14 863 041

Tabela 11 - Dívida total.

Legenda:

AM: Áreas Metropolitanas

FAM: Fundo de Apoio Municipal

SEL: Sector empresarial Local

SM: Serviços Municipalizados

Da análise do quadro apresentado, constata-se que a dívida total do Município de Leiria, à data de 31 de agosto, ascende a 14.863.041 €, conclui-se, assim, pelo cumprimento do limite legal estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que o respetivo capital em dívida se situa substancialmente abaixo do limite máximo estabelecido, fixado em 154.430.933,00 € (dados da DGAL).

3. INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores e/ou rácios demonstrativos da gestão do Município de Leiria.

Indicador	Resultado ano n-1	Resultado ano n	Variação	
			Absoluta	Relativa
Saldo Corrente (Receitas Correntes - Despesas Correntes) Poupança corrente	24 050 521,48	38 322 219,24	14 271 697,76	59,34%
Grau de execução da receita	77,38%	77,87%	0%	0,63%
Grau de execução do PPI	34,23%	37,70%	0,03	10,14%
Grau de execução do PAM	54,86%	49,68%	-0,05	-9,44%
Grau de execução geral da despesa	45,57%	46,20%	0,01	1,38%
Prazo médio pagamentos	4 dias	4 dias		
Rácio Despesa de Pessoal / km ²	25 474,12	29 661,60	4 187,48	16,44%
Rácio Despesa de Pessoal / população	140,88	164,04	23,16	16,44%
Rácio Investimento / km ²	27 307,06	40 280,55	12 973,49	47,51%
Rácio Investimento / população	151,02	222,77	71,75	47,51%

Notas: Indicadores na ótica dos pagamentos: despesa paga.

Tabela 12 – Indicadores.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento do saldo corrente;
- Um ligeiro aumento da despesa paga em investimento, fruto de fatores exógenos de âmbito nacional, designadamente:
 - i. Escassez de mão de obra especializada;
 - ii. Atrasos na cadeia de fornecimento de materiais de construção;
 - iii. Elevado número de obras adjudicadas face à resposta disponível no mercado;
 - iv. Dificuldades na obtenção de respostas por parte dos projetistas a dúvidas e pedidos de esclarecimento, motivadas pelo elevado volume de trabalho que estes atualmente enfrentam;

Estes constrangimentos têm impactado negativamente o ritmo de execução dos contratos públicos em todo o País, não constituindo o Município de Leiria uma exceção.

- A manutenção do prazo médio de pagamentos em 4 dias.

4. TEMPESTADE KRISTIN

A Tempestade Kristin causou danos significativos no concelho de Leiria, afetando o funcionamento de infraestruturas, equipamentos e serviços municipais, o que exigiu a adoção de medidas urgentes e coordenadas. Apesar do contexto excecional, a atuação municipal deve manter-se em conformidade com os princípios da legalidade, do interesse público e da boa administração. Neste enquadramento, a definição de orientações claras e uniformes assume um papel essencial no reforço do controlo interno, da transparência dos procedimentos e da confiança dos cidadãos na atuação do Município.

Face ao exposto, de seguida apresenta-se informação sobre a execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nomeadamente despesa cabimentada, contratualizada e paga e a receita auferida.

4.1. Receita

No que se refere à receita relacionada com a Tempestade Kristin, expõe-se abaixo a receita acumulada até ao período em análise:

Descrição	ago/26
Indemnização Seguros	6 500 000,00
Adiantamento por conta do reforço orçamental e do FEM	11 202 325,00
Fundo Ambiental	918 868,00
Reembolso despesas combustivel para geradores E-Redes	384 674,47
PRR	9 217 770,80
Subsidio atribuído pelo Municipio de Oeiras	80 000,00
Outras Receitas	21 265,25
TOTAL	28 324 903,52

Tabela 9 - Receita acumulada relacionada com a Tempestade Kristin.

Da análise do quadro destaca-se:

- O adiantamento da indemnização recebida ao abrigo da apólice de seguros multirriscos, associada aos danos provocados pela Tempestade Kristin de 6,5 milhões de euros e o adiantamento de 11,2 milhões de euros por conta do reforço orçamental e de fundos disponíveis do Fundo de Emergência Municipal;

O financiamento de 0,9 milhões de euros pelo Fundo Ambiental, para intervenções de emergência, de reabilitação de infraestruturas e património ambiental. Informa-se que, entretanto, este processo de financiamento transitou para a plataforma do PRR, a receita em causa encontra-se a ser tratada e registada no âmbito dos dados associados ao respetivo financiamento PRR.

- Reembolso da E-Redes de 384.674,47 euros, relativo aos encargos suportados com o fornecimento de gasóleo para geradores de emergência, em consequência dos danos e constrangimentos operacionais provocados pela Tempestade Kristin;
- Atribuição de apoio financeiro no âmbito do PRR, no valor de 9,2 milhões de euros;
- Subsídio atribuído pelo Município de Oeiras, no valor de 80.000 euros;
- As restantes receitas decorrem da alienação direta de materiais ferrosos, não ferrosos e de resíduos de madeira (estilha).

4.1.1. Candidaturas

Apresenta-se abaixo um quadro resumo relativo às candidaturas do Município às diversas fontes de financiamento, no âmbito Tempestade Kristin.

APROVADO

Financiamento	Valor elegível	Comparticipação	Valor total da comparticipação dos pedidos de pagamento submetidos	Valor Comparticipação recebida	Taxa participação recebida	Valor Comparticipação 2026 recebida até agosto
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d)/(b)	
Fundo de Emergência Municipal						
Futuros contratos de auxílio financeiro						
Despacho n.º 4842-A/2026 (DR 2.ª série n.º 72 de 14-04-2026)						
Adiantamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		11 202 325,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		11 202 325,00 €
Fundo Ambiental						
Intervenções de emergência, de reabilitação de infraestruturas e património ambiental nos municípios afetados pelas intempéries						
Despacho n.º 2682-B/2026 (DR 2.ª série n.º 42 de 02-03-2026)						
Contrato-Programa (01/04/2026)	518 868,00 €	518 868,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €
TOTAL	518 868,00 €	518 868,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €
Fundo Ambiental						
PRO NAT.URBE - Programa de Ação para a Resistência e Restauro da Natureza em Áreas Urbanas operacionalizada, em Portugal						
Despacho n.º 6769-A/2026 (DR 2.ª série n.º 102 de 27-05-2026)						
Programa para o restauro de ecossistemas urbanos - Jardim Luís de Camões						
Proposto	400 000,00 €					
TOTAL	400 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
PRR [aviso-Convite n.º 09/C08-i01.01/2026]						
Criação de novas OIGP 2.0, para as áreas florestais atingidas pela tempestade Kristin						
candidatura n.º 8	13 168 244,00 €	13 168 244,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	9 217 770,80 €
TOTAL	13 168 244,00 €	13 168 244,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	9 217 770,80 €

SUBMETIDO

Financiamento	Valor elegível	Comparticipação	Valor total da comparticipação dos pedidos de pagamento submetidos	Valor Comparticipação recebida	Taxa participação recebida	Valor Comparticipação 2026 recebida até agosto
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d)/(b)	
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural - Situação Calamidade						
Mecanismo de apoio financeiro destinado à recuperação de bens culturais afetados pela situação de calamidade resultante das tempestades de janeiro e fevereiro de 2026						
Proposto	1 016 248,64 €					
TOTAL	1 016 248,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €

Tabela 10 – No âmbito de Despacho (interno) n.º 60/2026 - Mecanismos de organização e transparência administrativa – Resposta à Tempestade Kristin

4.2. Despesa

No que respeita à despesa associada à resposta à Tempestade Kristin, apresenta-se de seguida a despesa acumulada cabimentada, adjudicada e paga até ao período em análise.

Descrição	Cabimentado		Adjudicado	Pago	
	Valor	%		Valor	%
Ação Social	576 554,30	1,7%	576 554,30	554 456,83	96,2%
Ambiente	8 492 557,95	25,4%	8 489 021,69	5 122 531,36	60,3%
Bombeiros e Proteção Civil	1 430 869,44	4,3%	1 430 869,42	927 641,42	64,8%
Combustíveis	300 555,35	0,9%	300 555,34	300 555,36	100,0%
Edifícios Municipais ou sob a sua gestão	8 596 890,76	25,7%	7 567 825,09	2 549 811,24	33,7%
Escolas	5 742 239,00	17,2%	5 152 779,71	3 628 667,87	70,4%
Espaços Verdes	3 703 019,14	11,1%	3 703 019,11	3 376 704,81	91,2%
Limpeza e Higiene	20 944,44	0,1%	20 944,44	24 727,42	118,1%
Locação de equipamentos	594 020,23	1,8%	594 020,23	572 167,57	96,3%
Manutenção de espaços públicos	598 050,34	1,8%	598 050,35	265 505,93	44,4%
Mobilidade, Transportes e Trânsito	1 641 521,57	4,9%	1 641 521,54	1 343 883,05	81,9%
Outros	186 343,92	0,6%	186 343,92	180 341,89	96,8%
Vias e Taludes	1 411 175,85	4,2%	1 411 175,84	1 152 369,70	81,7%
Viaturas	8 098,38	0,0%	8 098,38	3 116,87	38,5%
Vigilância e Segurança	84 565,03	0,3%	84 565,03	93 565,02	110,6%
TOTAL DAS DESPESAS	33 387 405,70	100,0%	31 765 344,39	20 096 046,34	63,3%

Tabela 10 - Despesa acumulada relacionada com a Tempestade Kristin, por rúbrica.

Da análise do quadro destaca-se:

- As rúbricas gerais de ambiente e de edifícios municipais concentram uma parcela significativa do valor cabimentado, representando 25,4% e 25,7%, respetivamente;
- Os pagamentos efetuados, representam 63,3% do valor adjudicado.

4.3. Resumo da Despesa

O quadro seguinte apresenta os valores acumulados da despesa corrente e de capital no período em análise.

Descrição	Cabimentado	Adjudicado	Valor pago
Despesa Corrente	17 148 864,92 €	16 998 921,01 €	12328045,85
Despesa Capital	16 238 540,78 €	14 766 423,38 €	7768000,49
Total	33 387 405,70	31 765 344,39	20 096 046,34

Tabela 11 - Despesa relacionada com a Tempestade Kristin, por tipologia.

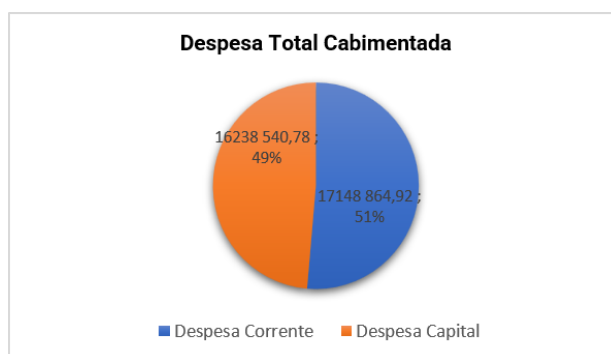


Gráfico 6 – Despesa total cabimentada, no período em análise.



04

PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES E ESTADO DE ATUALIZAÇÃO DOS MESMOS

SÍNTESE

Presente relatório sobre os processos de contencioso, para apreciação na sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Outros – Departamento Jurídico.

Identificador do Processo

Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria atualmente do TCA Sul

Demandante: Almerinda Faria Fiúza Pedro

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;
b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e, consequentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
d) Ser o Réu condenado em custas

Valor da ação: Indeterminável

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa Comum n.º 958/13.0 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, atualmente no Tribunal Central Administrativo Sul

Demandante: Aquino Construções S.A., em Liquidação

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos até efetivo e integral pagamento.

b) no pagamento de custas, incluindo custas de parte.

Valor da ação: 5.373,49 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo de Contraordenação n.º 630/2012/DSAJAL, a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandante: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Na sequência de denúncia feita por Florindo Carreira, foi instaurado processo de contraordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

Valor da ação: Não aplicável

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Executiva n.º 1129/15.6T8PBL, a correr termos no Tribunal da Comarca de Lisboa- Juízo de Execução-J3

Demandante: Município de Leiria

Demandado / Arguido: Pedro Bento Cordeiro

Pedido: Que o Executado seja condenado a pagar rendas e indemnizações no valor de € 8.952,90, acrescidas de juros vencidos e vincendos até integral pagamento.

Valor da ação: 8.952,90 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa comum n.º 881/15.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Maria Emília Saragoça da Conceição Soares;

Demandado / Arguido: Município de Leiria, P.G. Promoção e Gestão Imobiliárias, Lda, Eduardo Augusto Maria da Silva e mulher e

Joaquim Luís Vieira Pereira, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armindo Espírito Santo e Silva

Pedido: Condenação dos Réus solidariamente a:

- a) Contratar empresa especializada, credível, com vista a retirar os escombros, terras, viatura, árvores e vegetação, pertença da 1ª Ré, e que ocupam o logradouro da Autora;
- b) Projetar e construir impreterivelmente um novo muro de suporte de terras e respetiva drenagem, cujo montante se desconhece e se relega por cautela para execução de sentença;
- c) Pagar à Autora o montante de € 133.824,00 (com IVA incluído à taxa legal em vigor), a título de danos infligidos na propriedade desta;
- d) Pagar à Autora os danos que venham a ocorrer ou a revelar-se até efetiva concretização de toda a obra, e que atenta a sua difícil previsibilidade de qualificação e quantificação, à semelhança da alínea b) do pedido, se relega o seu cálculo para execução de sentença;
- e) Pagar à Autora uma indemnização decorrente da privação do uso da sua moradia, que por defeito perfaz na presente data o montante de € 94.500,00 euros, ao qual deverá acrescer o valor de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) mensais até que sejam repostas as condições de habitualidade do prédio da Autora.

Em 21/06/2022 foi realizada Audiência Prévia. Foi proferido Despacho Saneador, fixando o objeto do litígio e os temas de prova.

Foram realizadas duas sessões de julgamento nos dias 4 e 8 de novembro de 2022. Nesta última sessão, foi proferido o seguinte despacho: "Atenta a possibilidade de, através de prospecção e retirada parcial dos escombros, como resulta da opinião dos senhores peritos, se poder proceder a simulações computadorizadas do processo de derruimento do muro em causa nos autos, de forma a melhor esclarecer o Tribunal quanto à dinâmica de todo o processo, ficam os Srs. Peritos encarregados de apresentar um caderno de encargos até dia 15 de Janeiro de 2023.

Consequentemente, dou sem efeito as datas designadas para continuação da presente audiência, hoje à tarde e no próximo dia 15 de novembro, solicitando a colaboração das partes para informarem as testemunhas da desnecessidade de comparecerem em tais datas, sem prejuízo de a secretaria proceder igualmente à sua desconvocação pelos meios mais expeditos. Ficam os autos a aguardar junção do suprarreferido caderno de encargos, após o que as partes serão notificadas para se pronunciar".

Os Peritos apresentaram o sobredito caderno de encargos. O ML foi devidamente informado. O Senhor Presidente proferiu despacho no sentido de concordar com a realização da Perícia Complementar e respetivos encargos (na proporção imputável ao ML). Em 08/06/2023, foi proferido o seguinte despacho: "Antes de mais, e de forma a permitir uma mais completa pronúncia sobre os requerimentos apresentados, notifique os senhores peritos para informarem os autos sobre qual o tempo necessário para efetuar a perícia agora proposta, tendo em conta a necessidade de articulação dos vários prestadores de serviços e as condicionantes climáticas, na medida em que as mesmas sejam previsíveis, bem como para informarem qual o momento em que, nas melhores condições e tendo em vista o mais célere prazo de execução, deveriam iniciar-se os trabalhos. Prazo: 10 (dez) dias. Notifique também as partes."

Fomos notificados da resposta dos Peritos ao despacho supra transcrito: os Peritos referem que irão apresentar estimativa orçamental atualizada (dado o tempo decorrido) e que tal atualização será remetida ao Tribunal num prazo de 30 dias; mais referem que após aprovação formal, darão início aos trabalhos.

Perante este cenário, vêm dizer que não se deverá proceder a qualquer escavação no local, por pôr em risco o edificado existente e a segurança dos trabalhadores.

Perante a gravidade da situação, como membros do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, é sua obrigação alertar as entidades responsáveis p/ o perigo detetado, motivo porque procederão à exposição da situação à CML para devidas providências.

Em 15/02/2024, os Peritos informaram Trib que não existem no local indícios do início dos trabalhos de reconstrução; que a intervenção a realizar pela P.G. não deverá prejudicar e/ou impedir a realização dos trabalhos necessários ao esclarecimento das causas de colapso do muro. Solicitaram ser atempadamente informados do início da remoção de entulhos e trabalhos de reconstrução, p/ poderem acompanhar os trabalhos de levantamento topogr e esclarecimento das condições de fundação/drenagem do muro.

Segundo informou a CML, ocorreu em 25/06/2024 reunião entre PCML, Arq.º PR, SP, LC e Arq.ª Sara Saragoça (SS). Nesta reunião, SS manifestou preocupações por não cumprimento dos prazos impostos pelo ML à P.G., para apresentação do pedido de licenciamento do muro e execução da obra, conforme despacho proferido em 26/09/2023, no Proc ON/1989/1879 - intimação p/ realização de trabalhos urgentes, pelo Vereador com competência subdelegada .

Durante a reunião, PCML falou telefonicamente c/ Eng.º Carlos Serrano (perito indicado pelos RR), contratado pela P.G. para elaborar o proj de arquitetura do muro. Informou que projeto está atrasado porque a GEOALGAR (estudo geológico), só efetuou trabalhos em março. Afirmou que o proj de arquitetura estaria pronto em 4 semanas e, em ato contínuo, enviou o referido estudo.

Mais informou o ML que, em 21/06, a Dr.ª Dina Fernandes remeteu à CML esclarecimento, justificando o atraso da execução da obra. Não foi requerida prorrogação de prazo.

Em 21/10/2024, P.G. apresentou Requerimento e documentos anexos descritos no n/ e-mail de 31/10/2024 (ver e-mail).

Em 27/11/2024, foi proferido despacho judic que determinou: a) Oficie à CML para informar os autos o estado dos proc. ON/2024/585 e ON/1989/1879, concretamente:

- i) Se o proc. de comunicação prévia já se encontra concluído, e se a Requerente (P.G.) já se encontra habilitada a, querendo, iniciar os trabalhos;
 - ii) Em caso de resposta negativa, quais os trâmites necessários à sua bem-sucedida conclusão, e tempo necessário para a mesma, esclarecendo de que forma se compaginam tais trâmites com a urgência reconhecida ao estado de segurança dos imóveis sitos na R. Coronel Pinheiro Correia, n.º 5 e R. Escultor Luís Fernandes, n.º 6, e com os prazos fixados na intimação dirigida à Ré;
 - iii) Em qualquer caso se, mostrando-se decorrido os prazos fixados na intimação que foi dirigida à Ré, e tendo em conta a urgência de resolução da situação detectada pela CML, e pela mesma reconhecida, se vai proceder à posse admin. e executar as obras necessárias;
 - iv) Neste último caso, tendo em conta a urgência da situação e a necessidade de coordenação atempada c/ Peritos, data previsível p efectiva tomada de posse e início trab.
- a) Notifique a Ré para informar se vai ou não realizar os trabalhos descritos na intimação que lhe foi dirigida pela CML e, em caso afirmativo, atenta a urgência da situação, e a necessidade de articulação com os Peritos, para quando prevê o início da sua execução;

b) Notifique os Réus para se pronunciarem sobre a suscitada necessidade de se proceder à substituição do Perito indicado pelos Réus P.G., Eduardo e Maria Célia.

Segundo informação do ML, em 30/08/2024, a P.G. apresentou comunicação prévia relativa ao proj de reconstrução da estrutura de suporte após colapso - ON/2024/585/0.

O ML foi notificado pelo TAF de Leiria do despacho judicial de 26/09/2024, com o seguinte teor: "Atento o tempo entretanto decorrido, notifique as partes para informarmos autos sobre o estado da intervenção identificada no requerimento dos Réus PG de págs. 1437 e 1437 dos autos. Prazo: 10 dias."

Comunicámos ao ML o sobredito despacho e solicitámos que nos informasse o ponto de situação.

Serviços pediram dados que já foram entregues.

Proferido Despacho em 17/12/2024, a solicitar ao ML informações diversas, estando a decorrer o prazo para resposta.

Em 21/02/2025 respondemos ao despacho judicial de 27/11/2024. O processo está concluso ao juiz desde 27/02/2025.

Na sequência de Despacho Judicial de 10/03/2025, as partes foram notificadas para informarem se ainda pretendem ouvir os peritos em sede de audiência final. O ML respondeu ao despacho em 24/03/2025, informando que pretende ouvir os peritos em sede de audiência de Julgamento, que deve ser agendada com a maior brevidade.

O processo está concluso na sequência da pronúncia das partes quanto à alteração do perito. Req. no qual igualmente solicitámos agendamento urgente de julgamento.

Em 15/09/2025 veio a P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. e Outros (Réus nos presentes autos) comunicar ao Tribunal o óbito da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva, juntando certidão de óbito (aí constando como data do óbito o dia 10/06/2024);

Na sequência de tal Requerimento, o ML foi notificado do despacho judicial de 19/09/2025 (que se anexa), por meio do qual o Tribunal:

- Suspendeu a presente instância (artigos 269.º-1 e 270.º-1 do CPC, ex vi artigo 35.º-1 do CPTA); e
- Deu sem efeito as datas designadas para a continuação da audiência final nos presentes autos (ou seja, os dias 17, 24 e 31 de outubro de 2025).

Nos termos do disposto no artigo 276.º, n.º 1, alínea a), a presente instância, apenas poderá prosseguir os seus termos após a habilitação dos sucessores da parte falecida e a notificação do respetivo incidente. Determina o n.º 1, do artigo 351.º do mesmo CPC, que a habilitação dos sucessores da parte falecida pode ser promovida tanto por qualquer das partes que lhe sobrevivam como por qualquer dos seus sucessores. Uma vez que ao comunicarem o óbito da Co-Ré MARIA CÉLIA SECO RAMADAS DA SILVA, os Réus P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda., Eduardo Augusto Maria da Silva, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armando Espírito Santo e Silva não promoveram aquela habilitação, aguardarão os autos o necessário impulso processual - artigo 281.º, n.º 1 do CPC, ex vi artigo 35.º, n.º 1 do CPTA.

Face ao falecimento, o Tribunal deu sem efeito as datas designadas para continuação da audiência final nos presentes autos.

Em 06/03/2026, Eduardo Augusto Maria da Silva requereu a habilitação dos sucessores da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva.

Em 27/03/2026, a PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. apresentou Requerimento nos autos por meio do qual veio informar o Tribunal que a tempestade Kristin causou graves danos na sua moradia (nomeadamente danos no telhado, duas chaminés partidas e infiltrações de água no interior da habitação). Mais informa que existe risco de deslizamento da moradia e está a ocorrer deslizamento de terras, existindo

outrossim árvores de grande porte caídas. Requer ainda o urgente agendamento da continuação do julgamento.

Em 02/04/2026, o ML secundou o requerimento da PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. no sentido do urgente agendamento da continuação do julgamento.

Valor da ação: 228.324,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Providência Cautelar n.º 1824/15.0 BELRA CML vs. Magnetic Happiness, Unipessoal, Lda., a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Custas de parte)

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Magnetic Happiness, Unipessoal, Lda

Pedido: Proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que negou provimento ao recurso apresentado pela Magnetic Happiness, Unipessoal, Lda. e confirmou a Sentença recorrida. Apresentado requerimento de custas de parte. Celebrado acordo para pagamento das custas de parte, o qual não foi cumprido.

Foi remetido Requerimento ao TAF de Leiria para emissão de certidão e envio à AT para efeitos de processo de execução fiscal.

Em 23/08/2024- Enviámos req o à AT solicitando informação sobre o estado do PEF

Em 28/08/2024- Resposta da AT

Em 07/10/2024- Consulta do PEF0728202201120786 no SF 1 – Coimbra

Em 11/07/2022, foi instaurado o PEF, com origem na Certidão de Dívida, enviada pelo TAF de Leiria, para cobrança das custas de parte;

Foi efetuado pela AT, a título oficioso, um plano de pagamento prestacional (porque se trata de dívida de pes. col. de montante inferior a 10.000€). Devedora não aderiu;

Em 26/07/2022, ocorreu citação (funcionário- citação foi postal e não pessoal);

Foi proferido despacho para penhora em 12/09/2022;

Em 16/09/2002- Considerando que o sistema da AT não encontrou quaisquer ativos, houve automaticamente lugar a Declaração em Falhas- cf.. art.º 272.º do CPPT;

O processo mantém-se nesta fase;

Atualmente, o sistema da AT não indica qualquer ativo pertencente à devedora.

Valor da ação: 1.224,00 €

Estado: Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Declarativa n.º 1148/16.5T8LRA, a correr termos no Tribunal da Comarca de Leiria, Juízo Central Cível de Leiria – Juiz 3

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: João Carlos de Matos Pereira

Pedido: Condenação do Réu a pagar ao Município de Leiria o montante total de 33.814,30 €, a título de indemnização.

O Réu apresentou o seguinte pedido reconvenicional: condenação do Município de Leiria no pagamento ao Réu-reconvinte da quantia de 617.272,52 € , acrescida de juros de mora, à taxa legal, desde a citação até integral e efetivo pagamento, quantia essa referente à sua remuneração pelo desempenho do cargo de liquidatário da Leirisport - EM.

Valor da ação: 33.814,30 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 323/16.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Desafios Urbanos, Lda

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) Que seja declarada a nulidade ou, pelo menos, a anulação, da notificação, através do ofício n.º 3954 de 25/01/2016, da deliberação de 19/01/2016, tomada pela Câmara Municipal de Leiria, no sentido de resolver o contrato de concessão celebrado em 15/03/2007, entre o Município de Leiria e a Autora; b) Ser declarada a anulação da deliberação de resolver o contrato de concessão, tomada pela Câmara Municipal, por deliberação de 19/01/2016, ao abrigo do disposto no art.º 163º, n.º 1, do NCPA, por violação do disposto nos arts. 428º e 334º do CC; c) Em consequência, ser declarada a manutenção e vigência do contrato de concessão do direito de uso privativo de dois espaços integrados no Parque Municipal Tenente Coronel Jaime Flípe da Fonseca, na cidade de Leiria, celebrado entre o Município de Leiria e a Autora, em 15/03/2007.

Proferida sentença em Abril de 2023, decidindo julgar:

a) a reconvenção parcialmente procedente e, em consequência, condena-se a autora-reconvinda a pagar ao réu-reconvinte a quantia de €21.485,59, acrescido de juros de mora vencidos de € 6.994,00 e juros de mora vincendos até integral e efetivo pagamento;

c) o pedido incidental de litigância de má-fé improcedente e, em consequência, absolve-se a autora do respetivo pedido.

Custas quanto à causa principal pela autora.

Custas da reconvenção pelo réu/reconvinte e pela autora/reconvinda em partes iguais.

Custas quanto ao pedido incidental de litigância de má-fé pelo réu, que se fixa em 0,5UC.

Apresentadas custas de parte.

07/12/2023- Advogado renuncia ao mandato; A Autora notificada da renúncia não constitui novo Advogado.

Tribunal tenta notificar sentença à Autora. Carta devolvida.

Tentámos notificar os gerentes por carta registada com AR- carta devolvida.

Cartas enviadas à A e aos gerentes p notificação de custas de parte- devolvidas.

Entregámos requerimento executivo (execução nos próprios autos) para tentativa de cobrança do valor em dívida.

Valor da ação: 36.492,15 €

Estado: Concluído - Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 312/17.4BELRA que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante: Mercure- Projetos Imobiliários, S.A.

Demandado/Arguido: Réu: Município de Leiria

Intervenientes:

- Sílvio Miguel Gaspar Roda (habilitado como sucessor do falecido Manuel Alexandre Jesus Roda);
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampaio, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

Pedido: Que o Município de Leiria seja condenado a encetar todas as diligências tendentes à reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (queda do muro) e a proceder à sua execução, determinando-se a sua condenação no pagamento de uma sanção pecuniária compulsória calculada à razão de 500,00 €/dia, por cada dia de atraso no cumprimento. Para o caso de se entender que a reconstituição natural não será possível, não repara integralmente os danos ou é excessivamente onerosa, o que se não concede, deverá ser a indemnização fixada em dinheiro no montante de €180.161,11, já deduzido da importância recebida do Dono de Oba na sequência da decisão judicial proferida e da execução instaurada, condenando-se o Município de Leiria no seu pagamento, acrescido dos competentes juros de mora, calculados à taxa legal, desde a citação até efetivo e integral cumprimento.

Por despacho datado de 11/04/2022, o Juiz deferiu as intervenções principais provocadas, requeridas pelo Município de Leiria na respetiva Contestação, de:

- Manuel Alexandre Jesus Roda;
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampaio, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

A Fidelidade, SA e Manuel de Jesus Pereira da Silva apresentaram as respetivas contestações.

Valor da ação: 180.161,11 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa Comum n.º 1475/13.3 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (em 16/11/2020, aos presentes autos foram apensados a Ação Administrativa com o n.º 168/18.0BELRA e respetivo apenso constituído pela Providência Cautelar n.º 1408/17.8BELRA)

Demandante: Moniz & Ribeiro, Lda, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) Declarar-se que a Autora adquiriu os direitos e obrigações que Manuel Oliveira e Silva e Alzira da Costa e Silva detinham no protocolo assinado no dia 08/05/2006 e condenar-se o Réu a reconhecer à A. esses direitos.

b) Condenar-se o Réu a pagar à Autora a quantia de 520.642,00 €, acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efetivo pagamento.

c) Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):

d) Condenar-se o Réu a demolir todas as obras que realizou no prédio da Autora, a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restituí-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.

e) Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):

f) deve o Réu ser condenado a pagar à 2ª e 3ª Autoras a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à taxa legal até efetivo pagamento.

g) Condenar-se o Réu nas custas e procuradoria.

Valor da ação: 536.261,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Moniz & Ribeiro, Lda

Pedido: Sendo julgada procedente a ação intentada pela Ré contra o Autor, que corre termos na 1ª U.O. do TAF de Leiria, sob o n.º 1475/13.3BELRA, e, consequentemente, tendo o Autor sido condenado no âmbito desta ação a pagar à Ré uma indemnização pelo incumprimento do Protocolo, deve a ação ser julgada procedente, por provada, e, consequentemente:

- a) declarar-se o incumprimento pela Ré Moniz & Ribeiro Lda do Protocolo melhor identificado em 8.º e 9.º da petição inicial, por culpa da Ré, e, consequentemente, ser proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial em falta da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, consequentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o seguinte prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Quinta de São Romão, São Romão, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, sob o artigo 10.338, com uma área de 20.310 m2, a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, freguesia de Pousos, concelho de Leiria; ou, quando assim se não entender,
- b) seja proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, consequentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: e, ainda,
- c) declarar que a transmissão ao Autor do prédio supra identificado, seja no caso da alínea A) ou B), é feita livre de quaisquer ónus ou encargos, condenando-se a Ré a reconhecer que essa transmissão é feita nestes termos;
- d) condenar a Ré a reconhecer ao Autor a faculdade de expurgar quaisquer hipotecas legais ou voluntárias constituídas sobre o prédio referido em A) e B), nomeadamente, a hipoteca voluntária a favor de Leonardo António Lisboa Moniz e Leticia Lisboa Moniz, para garantir um empréstimo no montante de €1.150.000,00, conforme melhor resulta da inscrição AP. 2660 de 2014/10/03 16:13:08 UTC, registada no prédio descrito sob o n.º 2615, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria, e, consequentemente, condenar o Réu a pagar ao Autor as quantias que este tiver que despende, sejam de que natureza forem, para expurgação daquelas hipotecas, a liquidar em execução de sentença, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento; e)
- e) condenar a Ré a pagar ao Autor, a título de indemnização, as quantias que este tiver que despende para desonerar o prédio identificado em A) e B), a liquidar em execução de sentença, nomeadamente para pagamento e cancelamento das penhoras referidas em c) e d) do artigo 35.º da petição inicial, bem como para pagamento e cancelamento de quaisquer outros ónus ou encargos que onerem ou venham a onerar o referido prédio, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação: 520.642,00 €

Estado: Em curso **Decisão final:**

Identificador do Processo

Embargos de Terceiro n.º 2206/15.9 T8PBL-B, a correr termos no Juízo de Execução de Pombal [Embargos à execução comum n.º 2206/15.9T8PBL da Comarca de Leiria- Pombal- Instância Central- 2ª Seção de Execução- J1, intentada pelos Exequentes/Credores Hipotecários Leonardo António Lisboa Moniz e Leonardo António Lisboa Moniz contra a Moniz & Ribeiro, Lda, para cobrança de quantia exequenda no valor de € 997.655,01]

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Moniz & Ribeiro, Lda; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz; Banco BIC Português, S.A. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL

Pedido: A) Que se declare que o Embargante adquiriu em 30/04/2007, ou em qualquer outra data que se vier apurar nos autos, por acessão industrial imobiliária, e para integrar o seu domínio privado municipal, o prédio urbano situado na Quinta de São Romão, em S. Romão, composto por terreno para construção urbana, com uma área de 20.310 m², a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, inscrito na matriz predial urbana da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sob o artigo 10.338, descrito na 2ª CRP de Leiria sob o n.º 2615/19941020, da freguesia de Pousos, mediante o pagamento pelo Embargante da quantia de €396.562,50 à Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. correspondente ao valor que este prédio tinha à data da incorporação das obras realizadas pela Embargante naquele prédio, ou outra quantia que se vier apurar nos presentes autos;

B) Que se condenem os Embargados a reconhecer que desde 30/04/2007, ou desde qualquer outra data que se vier apurar nos autos, que o Embargante é o dono do prédio referido na alínea anterior, e consequentemente, a ordenar o cancelamento da inscrição de aquisição AP. 10 de 2008/12/16 daquela descrição predial;

C) Que se declare a nulidade, por simulação absoluta, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas anteriores, a favor dos Embargados Leonardo António Lisboa Moniz e Letícia Lisboa Moniz, titulada pela escritura pública de hipoteca outorgada por aqueles em 05/07/2011, no Cartório Notarial de Ourém, a cargo da notária Alexandra Heleno Ferreira, lavrada a folhas 37 a 39, do Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 155 daquele cartório, hipoteca aquela inscrita a favor destes pela AP. 2660 de 2014/10/03, sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, da freguesia de Pousos, concelho de Leiria, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, Leonardo e Letícia, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

Ou caso o pedido referido em C) não seja julgado procedente, que se:

D) Declare a nulidade, por falta de legitimidade da Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. e conforme melhor referido de 84º a 106º da PI, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados Leonardo e Letícia, titulada pela escritura pública de hipoteca referida na alínea anterior, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, Leonardo e Letícia, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial,

bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial; ou, caso assim se não entenda, e que este pedido D) não seja julgado procedente, que:

E) Declare ineficaz, e que não produz quaisquer feitos relativamente ao Embargante, conforme alegado em 107º a 111º da PI, a hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados Leonardo e Letícia, titulada pela escritura pública de hipoteca já referida e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, Leonardo e Letícia, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente a este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

F) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 29/06/2016 pela Embargada Banco Bic Português, S.A., no âmbito do processo executivo nº 3302/13.2TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Instância Central – 2ª Seção de Execução, hoje denominada por Juízo de Execução – Pombal – Comarca de Leiria, que tem como Exequente o Banco Bic Português, S.A, e Executada a Moniz & Ribeiro Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada Banco Bic Português, S.A. pela AP. 2455 de 2016/09/26, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, consequentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2455 de 2016/09/26 daquela descrição predial;

g) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 21/03/2017 pela Embargada Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL no âmbito do processo executivo nº 144/13.9TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Juízo de Execução, que tem como Exequente a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL e Executada a Moniz & Ribeiro, Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, pela Ap. 2568 de 26/09/2016, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, consequentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2568 de 26/09/2016, daquela descrição predial.

Sentença proferida em 01/07/2022, com os embargos a serem julgados improcedentes por extemporâneos.

Apresentado recurso dessa decisão. Em 14/03/2023, foi proferido acórdão pelo Tribunal da Relação de Coimbra a confirmar a sentença da 1.ª Instância.

Apresentada reclamação da nota discriminativa e justificativa de custas de parte apresentada pelos Embargados, julgada parcialmente procedente, condenando-se o ML no pagamento da quantia de 4.306,95 € a título de custas de parte e no pagamento de 0,5UC pelo decaimento parcial.

Apresentado requerimento a solicitar a restituição do valor do depósito autónomo pago em excesso e entrega do remanescente aos embargados.

Valor da ação: 396.562,50 €

Estado: Em curso **Decisão final:**

Identificador do Processo

Providência Cautelar n.º 1408/17.8 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Custas de parte) - Os autos de providência cautelar estão apensados à Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0BELRA, intentada na sequência do deferimento da providência

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Moniz & Ribeiro, Lda

Pedido: Proferida Sentença que decretou a providência cautelar, a vigorar até ser proferida decisão na ação principal a intentar pelo Requerente, através da qual:

a) Se autoriza o Requerente Município de Leiria a retirar quaisquer objetos que impeçam o acesso e a livre utilização do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca pelos seus utentes, e público em geral, e que se encontrem colocados no prédio sito na Quinta de São Romão, S. Romão, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito atualmente na matriz predial urbana sob o artigo 10.338, da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, com a área de 20.310m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, que impeçam o acesso e livre utilização dos espaços exteriores envolventes daquele complexo pelo Requerente Município de Leiria e pelo público em geral.

b) Se determina dever a Requerida permitir o acesso e utilização pelo Requerente e pelo público em geral do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca, e do prédio referido na alínea anterior, abstendo-se de qualquer comportamento que obste ou comprometa a utilização dos mesmos nas condições atualmente existentes, ou que ponha em causa essas condições. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos custas de parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

Valor da ação: 1.101,60 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Execução de sentença e execução por custas - Proc. 396/17.5T9LRA.1, a correr termos no Juízo local criminal de Leiria- Juiz 2 - Proveniente do Processo Comum Singular n.º 396/17.5 T9LRA (A este processo foram apensados os Inquéritos nºs 2375/17.3T9LRA, 98/18.5PFLRA, 935/17.1T9LRA, 22211/17.8T9LRA, 2905/18.3T9LRA, 981/18.5PFLRA, 2/19.3PCLRA e 341/17.8PCLRA, 2934/17,4T9LRA, a correr termos no Juízo Local Criminal de Leiria- Juiz 2)

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Arlindo Lisboa Pereira Moniz

Pedido: Tendo a sentença transitado em julgado e não tendo sido pago qualquer montante, foi intentada ação executiva para cobrança da quantia de 111.914,76 €, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos pelo Município de Leiria, e da quantia de 2.139,38 €, a título de custas de parte, acrescidas de juros até integral pagamento.

Concretizada a penhora dos seguintes veículos:

- a) Veículo automóvel, da marca, Mercedes-Benz, modelo 220D, ligeiro de passageiros, com a matrícula, FV-16-90;
- b) Trator Agrícola, da marca International, modelo 523, com a matrícula, IL-87-89;
- c) Trator Agrícola, da marca FIAT, modelo 455 C Compatto, com a matrícula, FO-74-12.

GNR aceita armazenar veículos no antigo estaleiro da JAE.

Penhora da quota detida pelo Executado na sociedade Moniz & Ribeiro, Lda. Insistência pela realização da apreensão dos veículos com as matrículas IL-87-89 e FO-74-12.

Invocada a irregularidade da citação pelo Executado.

O Tribunal declara a regularidade da citação.

Aguarda o decurso do prazo de citação de credores.

Valor da ação: 120.400,18 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 319/18.4 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante: Mélanie Domingues Silva Carreira

Demandado/Arguido: Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido: Serem os Réus considerados como responsáveis pelo pagamento à Autora dos danos/prejuízos sofridos por esta em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 5.980,00 €, a título de indemnização por danos patrimoniais- 5680,00 € de perda total do veículo e 300,00 € dos óculos danificados em consequência do acidente- bem como a quantia de 1.000,00 € a título de danos morais, tudo no total de 6.980,00 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais que à taxa legal se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Proferido Despacho Saneador. Na sequência de solicitação do Tribunal, a entidade policial veio juntar aos autos participações de acidentes no local em apreço no processo judicial. O ML exercer o respetivo contraditório.

Realização da 1.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 20 de abril de 2023. Foi realizada a 2.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 25/05/2023.

Em 30/05/2023 foi proferida Sentença pelo TAF de Leiria, julgando a ação parcialmente procedente e, em consequência: condenou os Réus (ML e Fidelidade, SA) a pagar à Autora as seguintes quantias:

- i) €1.000,00, a título de indemnização por danos morais e pela privação do uso do veículo e
- ii) €5.680,00, a título de indemnização pela perda total do veículo sinistrado, o que perfaz um total de €6.680,00. Às referidas quantias acrescem os juros de mora à taxa legal desde a citação até efetivo e integral pagamento (cf. artigos 804.º, 805.º, n.º 3 e 806.º, n.º 1, todos do Código Civil).

Valor da ação: 6.980,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 1119/18.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ageas Portugal- Companhia de Seguros, S.A.

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A. e Águas de Centro Litoral, S.A. Interveniente provocada: AIG Europe Limited - Sucursal em Portugal e Tranquilidade – Seguradoras Unidas, S.A..

Pedido: Que se condenem os Réus ao pagamento solidário do valor de 4.125,00€, acrescidos de juros de mora, vencidos e vincendos até efetivo pagamento, custas judiciais e respetivas custas de parte.

Valor da ação: 4.125,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 782/19.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Álvaro Gameiro Manuel e Ideal Mercantil, Lda

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Contrainteressados: BCM- Bricolage, S.A.; Continente Hipermercados, S.A.; Telhabel- Construções, S.A. e Brimogal Sociedade Imobiliária, S.A.

Pedido: a) Que se seja nulo ou anulado o ato de licenciamento titulado pelo Alvará n.º 498/17, emitido pelo Réu, por violação do Alvará de Loteamento n.º 1/14, anteriormente emitido, a favor do 1º Autor e por violação do direito de propriedade de ambos os Autores; ou;

Caso assim não se entenda, ou seja, caso se entenda que com emissão do Alvará de Loteamento n.º 1/14 o ora Réu procedeu à alteração das áreas de cedência estabelecidas no âmbito do Alvará de Loteamento n.º 455/82, emitido a favor do 1.º Autor,

b) Ser declarado nulo ou anulado o ato titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/14, emitido oficiosamente pelo Réu, na parte em que altera as áreas de cedência estabelecidas pelo Alvará n.º 455/82.

E, em consequência,

c) Ser o Réu condenado a praticar todas as operações materiais necessárias e adequadas para o restabelecimento do direito de propriedade dos Autores, cuja violação ocorreu em virtude dos atos praticados, repondo-se os solos na situação em que se encontravam antes do início das obras em causa.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 1198/19.0BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Vibeiras- Sociedade Comercial de Plantas, S.A.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Seja declarado totalmente inválido, por nulo ou anulável, o ato administrativo de aplicação de uma sanção pecuniária à Autora, pelo Réu Município de Leiria, no valor de 23.020,00 €.

Valor da ação: 23.020,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 1249/19.8 BELRA, que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ana Paula da Silva dos Santos e marido Manuel Gaspar das Neves

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Que o Município seja obrigado a reconhecer que assiste legitimidade para os Autores, desacompanhados dos restantes proprietários de quotas indivisas, requerem a reversão das parcelas sobrantes identificadas, pelo que deverá determinar-se a anulabilidade do despacho de 09/07/2019, que indeferiu o pedido de reversão das parcelas sobrantes n.º 2 e n.º 3 da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública, constante da deliberação de 18/03/2014. Mais se requer que se reconheça o direito de reversão dos Autores das duas parcelas sobrantes da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública constante da deliberação camarária de 18/03/2014, a qual foi cedida ao Município de Leiria, para o domínio público municipal, através de escritura outorgada em 15/07/2015, respetivamente, - com a área de 1.076,00 m2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11349 e descrita na 1ª Conservatória Predial de Leiria sob o número 370420180820 da freguesia de Leiria e - com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350 e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria. Cumulativamente, requer-se adjudicação aos Autores das duas parcelas sobrantes supra descritas, sendo que pela adjudicação da parcela com a área de 1.086,00 m2, identificada com o n.º 2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes do concelho de Leiria, sob o artigo 11349, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3704/2018820 da freguesia de Leiria deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 77.667,25 € e pela parcela com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata de Câmara de 24.07.2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria, deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 102.984,19 €, tudo no montante global de 180.651,44 €.

A Autora apresentou um requerimento de ampliação do objeto do processo, nos termos do art 63º do CPTA, peticionando: deverá a presente ampliação do objeto do processo ser julgada procedente, por provada e, consequentemente, ser declarada a anulabilidade da deliberação da Ass Mun de Leiria, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CML n.º DLB 818/18, de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass. Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública.

Caso assim se não considere, deverá ser declarado que a deliberação da Ass Mun, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CM n.º DLB 818/18, datada de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública, nos termos do disposto no artigo 171º do CPA, só produz efeitos

para o futuro, isto é, não tem efeitos retroativos, pelo que o direito à reversão constituído a favor dos Autores, pela dita deliberação de 31.07.2018, não se encontra precludido por aquele ato revogatório, mantendo-se em vigor no nosso ordenamento jurídico, devendo os presentes autos prosseguir os seus trâmites até final, com a condenação do Réu nos termos peticionados. A este Requerimento respondeu o Município de Leiria, opondo-se à ampliação.

Valor da ação: 180.651,44 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 130/20.2 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Construções Ponte & Mota, Lda

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Que o Réu seja condenado, a reconhecer:

- a) A nulidade das deliberações tomadas em reunião de Câmara de 15/05/1999 e 09/03/2006 e, em consequência dos contratos de permuta celebrados: 1- Por escritura pública lavrada no dia 13/01/2000, no 1º Cartório Notarial de Leiria, denominada "CEDÊNCIAS DE PARCELAS E PERMUTA", de folhas 1 a 8 vº do Livro de Notas para escrituras diversas número 255- do extinto 1º Cartório Notarial de Leiria; 2- Por escritura pública, em 21/03/2006 no Cartório Notarial de Leiria a cargo do Notário António Pedro Monteiro Correia Tavares, onde a Autora declarou permutar o lote 37, sito em Vale Sepal, para o Réu Município de Leiria e, adquiriu daquele o Lote B com a descrição 7564 da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria da freguesia de Marrazes, averbada ao seu favor pela Ap. 1 de 17/04/2006 e, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia com o artigo 8619, por falta de objeto do contrato de permuta celebrado.
- b) Face, à impossibilidade de repristinação natural e ser entregue à Autora o anterior lote 37, sito em Vale Sepal, ser o Réu condenado a indemnizar-lhe os montantes correspondentes ao valor do lote, atualizado, ao lucro cessante e, despesas com contrato celebrado num montante global de 591.645,57€. Quando assim se não entenda:
- c) Condenar o Réu no pagamento na diferença económica do valor de mercado do lote com o índice atual de construção e valor de mercado com o índice de construção assegurado, acrescida das respetivas despesas suportadas com o imóvel e que se fixa no montante global de 346.000,00 €;
- d) Tudo acrescido de juros moratórios até integral e efetivo pagamento;
- e) Nas custas e procuradoria condigna.

Valor da ação: 591.645,57 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 429/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Fernando de Jesus Gomes

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Contrainteressado- Isaías Gaspar Ferreira Gomes e mulher Isaltina das Neves Ferreira

Pedido: Que sejam declarados nulos os atos administrativos referidos na P.I. com as legais consequências, ou se assim não se entender declarados os atos revogados, quer pela prescrição e/ou abuso de direito, e/ou pela circunstância de tal ordem de demolição ser contrária a lei, uma vez que o prédio sobre o qual impende a ora impugnada ordem de demolição, encontra-se devidamente legalizado, por ter sido construído de acordo com o projeto aprovando, não havendo assim, qualquer fundamento, para tal ordem de demolição. Mais requer que se considere o efeito suspensivo da impugnação relativamente à ordem de demolição referida, ordenando a notificação da Câmara Municipal de Leiria de tal ordem de suspensão.

Valor da ação: 5.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 559/20.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Manuel Costa Rita

Demandado/Arguido: Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido: Seja a Ré condenada a pagar ao Autor:

- a) A quantia de 10.000,00€ a título de indemnização por danos morais sofridos e que virá a sofrer;
- b) A quantia a fixar a título de danos materiais, que não deverão ser inferiores a 10.000,00€;
- c) Tudo acrescido dos juros de mora à taxa legal que se vencerem desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- d) O montante que se relega para fixação/liquidação posterior correspondente às incapacidades temporais e à incapacidade parcial permanente que vier a ser fixada ao Autor pelo Instituto de Medicina Legal, bem como os danos morais que advierem da incapacidade, bem como os danos e todas as despesas associadas, com todos os tratamentos que, como consequência direta e necessária da queda, tiver feito, fizer ou que vierem a mostrar-se necessários, no futuro, para debelar as sequelas físicas e psicológicas da queda, que não deverá ser inferior a 10.000,00€.

Valor da ação: 20.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 480/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Albertina da Silva Dias

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Contrainteressados- Maria Isabel Dias Gaspar; Maria Helena Anastácio Junqueira de Faria e Rui Ferreira Faria; Rui Sérgio Feliz Dinis; Henrique Cardoso Pedrosa e Maria Fernanda Henriques Pedrosa; Luís Santos Fernandes e Maria Celina Di

Pedido: Intimada a entidade demandada a ordenar e concretizar a demolição de todas as obras efetuadas pelos proprietários do lote 12 em desconformidade com o projeto aprovado, designadamente:

- A Maria Isabel Dias Gaspar, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal e marquise no alçado posterior do prédio, bem como a reposição da fração "A", conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87;
- A Rui Ferreira Faria, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "C" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Rui Sérgio Félix Dinis, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "D" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Henrique Cardoso Pedrosa, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal, da ampliação do hall e da marquise posterior da fração "F", do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Luís Santos Fernandes, a demolição da ampliação do hall de entrada e marquise no alçado posterior da fração "G" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.

Valor da ação: 30.000,01€

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 1049/20.2 BELRA, a correr termos na Unidade Orgânica 1 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Cecília Margarida Cordeiro Gonçalves de Oliveira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Que o Réu seja:

- a) condenado a reconhecer que a Autora é dona e legítima possuidora do prédio rústico composto por terreno de Pinhal, sito no Vale, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica da união de Freguesias de Leiria, Pouso, Barreira e Cortes sob o art. 10673 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial n.º 2152 da referida freguesia de Pousos.
- b) condenado a reconhecer que, por decisão judicial, foi atribuída à Ré uma faixa de terreno com a largura de 3 metros numa extensão de cerca de 62,50m, o que totaliza a área de 187,50m², sob o “leito” do prédio da Autora, i.e., constitui-se um direito/caminho público de passagem por um prédio particular/privado, sem a aquisição, quer pela forma tradicional, quer pela expropriação, quer por qualquer outra via legal, seja por compra, doação ou até usucapião, da respetiva faixa de terreno;
- c) a pagar a quantia de €101.865,00 a título de danos patrimoniais decorrentes da apropriação de uma faixa de terreno para os fins de domínio público;
- d) a quantia de € 40.000,00 a título de danos não patrimoniais;
- e) custas

Valor da ação: 141.865,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa n.º 1025/20.5 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ondagulosa- Unipessoal, Lda

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Que a ação seja julgada como procedente por provada e em consequência sejam declarados anuláveis ou nulo os atos melhor identificados no artigo 1º da P.I., com as legais consequências, e bem assim condenado Município Réu, ao abrigo do disposto nos artigos 67º, n.º 1, alínea b), 68º, n.º 1, alínea a) e 69º, n.º 3, todos do CPTA, à prática dos atos devidos, ou seja, à reapreciação do pedido de esplanada.

Deverá ainda o Município Réu ser condenado a indemnizar a Autora, a título da responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas, pelos prejuízos decorrentes da prática e da execução dos atos impugnados, em montante a liquidar em execução de sentença.

Apresentámos Contestação em 21/01/2021, à qual o Autor apresentou Réplica e o Município apresentou o respetivo contraditório. A Autora apresentou Réplica. O ML exerceu o contraditório em relação à réplica. Por despacho de 05/06/2023, o Juiz dispensou a realização de Audiência Prévia.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final

Identificador do Processo

Procedimento cautelar n.º 1159/21.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério do Planeamento

Pedido: A autora requereu:

a) Seja decretada a suspensão de eficácia dos seguintes atos:

- i) A Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;
- ii) O Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iii) O Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

Valor da ação: Indeterminado

Estado: Concluído - Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo

Processo n.º 432/23.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;

Contrainteressados: Lusicresce- Produção Avícola, Lda; Meigal-Construção e Adminis

Pedido: A autora requereu:

a) Que julgada procedente a ação e, em consequência, seja decretada a nulidade dos seguintes atos:

i) Da Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;

ii) Do Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iii) Do Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

b) Que sejam adotadas as medidas preventivas e de correção que se revelem necessárias, bem como a condenação genérica, com posterior liquidação, das Rés e Contrainteressadas, ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados no ambiente.

Valor da ação: Indeterminado

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 1604/21.3BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: José Augusto dos Santos Marques

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Que, seja declarada a nulidade do ato administrativo impugnado, ou, quando assim se não se entenda, seja declarada a sua anulabilidade, e, ainda, em qualquer um dos casos, que a Entidade demandada seja condenada à prática de ato administrativo de admissão do pedido de licenciamento apresentado pelo autor.

Valor da ação: 5.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 1013/22.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Beatriz Fonseca da Anunciação e Diogo Nuno Fonseca da Anunciação

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Contrainteressado: GES-SONIF - Sociedade Imobiliária Lda

Pedido: 1- A declaração de nulidade ou anulação dos atos administrativos praticados no âmbito do Processo de Licenciamento nº 568/16, designadamente o despacho proferido em 23/11/2016, pelo Vereador Ricardo Santos, que aprovou o projeto de arquitetura, apresentado pelo Contrainteressada, em 29/07/2016; o despacho proferido em 29/10/2016, pela Vereadora Rita Coutinho, que aprovou as alterações ao projeto de arquitetura, apresentadas pela Contrainteressada em 19/07/2019; o despacho de licenciamento proferido em 06/05/2000, pela Vereadora Rita Coutinho, e o despacho proferido em 30/06/2020, que emitiu o alvará de obras de alteração nº 349/2020.

2- A condenação no reconhecimento de que a obra levada a cabo pela Contrainteressada não é suscetível de licenciamento.

3- A condenação do Réu na prática de ato que ordene a demolição do edificado, quanto às operações urbanísticas concretizadas com base nos atos administrativos nulos.

Valor da ação: 40.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 680/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: José António Cândido Oliveira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: 1) Ser o Autor reconhecido como proprietário e legítimo possuidor do prédio inscrito sob o artigo matricial 6058 da matriz predial da freguesia do Arrabal;

2) Ser o Réu condenado a pagar ao Autor:

a) a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial já requerida nos presentes autos, correspondente ao valor de 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) ilegalmente cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual por danos patrimoniais, pelos prejuízos causados pelo corte dos pinheiros e dos eucaliptos, acrescida dos juros à taxa legal a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;

b) Ser o Réu condenado a pagar a quantia de 1,000,00 €, a título de indemnização extracontratual por danos não patrimoniais sofridos nos termos expostos, acrescida dos juros à taxa legal, a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;

3) Ou para a hipótese, que não se concede, de assim não se entender, requer-se, subsidiariamente, que seja o Réu condenado a pagar ao Autor a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial nos presentes autos já requerida, correspondente ao valor das 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual decorrentes da imposição de sacrifícios, acrescida dos juros à taxa legal a contar da data da citação, até efetivo e integral pagamento;

4) Custas e procuradoria a cargo do Réu.

Valor da ação: 5.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 808/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de € 6.854,06€, datada de 10/04/2023.

Valor da ação: 6.854,06 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 1171/23.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: João Carlos Ferreira Moreira

Demandado/Arguido: Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.; Liga Portuguesa de Futebol Profissional; Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Pedido: Serem as Réus condenadas, solidariamente, a pagar ao Autor os danos sofridos em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 4.460,04 € a título de indemnização por danos patrimoniais, bem como a quantia de 1.000,00€ a título de indemnização por danos morais, tudo no total de 5.460,04 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais, que à taxa legal, se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação: 5.460,04 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 1278/23.7 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de 5.000,00€, datada de 22/08/2023.

Valor da ação: 5.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 15/24.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Luís Miguel Cardoso Lopes de Matos

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser a Ré condenada a pagar ao Autor a quantia de € 2.352,43 a título de indemnização pela reparação do veículo e pelo tempo em que o Autor esteve privado de o utilizar, acrescida de juros à taxa civil, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação: 2.353,43 €

Estado: Concluído – Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo

Processo nº 613/24.5 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Isabel Maria Alves Baptista Sismeiro

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser declarado anulado o ato identificado no artigo 1º da PI (despacho de 17/11/2023 do Sr. Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas que ordenou à Autora a demolição total das obras/trabalhos e reposição do terraço na cobertura do Lote 4 da Avenida Adelino Amaro da Costa, em Leiria), com as legais consequências.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 655/24.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Manuel Antunes Caetano e mulher Maria do Carmo Carreira de Almeida Pereira Antunes Caetano

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser declarado nulo ou anulado o ato impugnado (a deliberação de 14/07/2023, da Comissão Municipal de Toponímia do concelho de Leiria, que, no seu ponto 1, deliberou emitir "Parecer Condicionado à execução da bolsa de retorno", na Rua Joaquim de Almeida, sita em Portelas, União da Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes), no âmbito do processo ON/2022/382.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso –

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 1082/24.5 BELRA, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: SANTGM - Investimentos Imobiliários Ld.ª

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser declarado anulado o ato referido no artigo 1º da P.I., com as legais consequências (ato proferido pelo Vereador Ricardo Santos em 12/06/2024, no âmbito do processo ON/2018/355, notificado à Autora em 12/06/2024, através do ofício nº 7035, e no qual foi ordenada a demolição das obras executadas em desacordo com o projeto aprovado.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 1110/24.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld.ª

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Serem anuladas as deliberações da CML de 20/02/2024 e 14/05/2024 que aplicaram à Autora a sanção pecuniária de € 119 304,75, em virtude do incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea f) do nº 2 da Cláusula 19ª e alíneas a), c) e d) do nº1 da Cláusula 51ª, ambas do caderno de encargos do contrato de concessão nº 05/2017(Parque de Campismo da Praia do Pedrógão).

Valor da ação: 119.304,75 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação administrativa nº 1121/24.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Cristina Pereira Gaio

Demandado/Arguido: Agrupamento de Escolas da Caranguejeira- Santa Catarina da Serra;

Município de Leiria;

DGEST- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares da Região Centro

Pedido: Ser condenado a pagar à Autora a quantia de 15 500,00 € a título de indemnização de danos patrimoniais e morais, acrescidos de juros de mora a contar da citação. Também deve ser condenado a responsabilizar-se por todas as intervenções, tratamentos e despesas que venham a ser necessários para atenuar o agravamento da situação de saúde da Autora, bem como todas as despesas médicas e medicamentosas que se relacionem com as sequelas do acidente descrito.

Valor da ação: 15.500,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 1393/24.0BELRA, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Egídio Marques Pereira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Declarar-se a anulabilidade da ordem de demolição de anexo a tardo de sua moradia, sita na Rua do Carmo n.º 23, Casal da Cruz, decretada pelo Senhor Vereador das Operações Urbanísticas e Loteamentos, de 11/06/2024.

Valor da ação: 16.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 1546/24.0 BELRA, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Sandra Isabel Andrónico Casaca Matias Caseiro

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Fidelidade- Companhia de Seguros S.A.

Pedido: Serem as R.R. condenadas solidariamente a pagar à Autora a quantia global de 372.052,79 €, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4%, a contar da citação até efetivo e integral pagamento de todas as quantias em dívida. Por fim, devem as R.R. ser condenadas no pagamento das custas e taxas de justiça do processo e nas custas de parte.

Valor da ação: 371.052,79 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Insolvência nº 1772/14.0TYLSB (CIRE), a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo do Comércio, Juiz 7

Apensos: Ação de verificação ulterior de créditos n.º 1772/14.0TYLSB- D,
Liquidação 1772/14.0TYLSB-H

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Insolvente: Albará, S.A. (antiga Moviflor- Comércio de Imobiliária, S.A.)

Pedido: Reclamação de créditos

Valor da ação: 1.586,21 €

Estado: Concluído – Aguarda diligências

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 1630/24.0 BELRA, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Patrícia Leonilde Mendes Caseiro

Luís Manuel da Silva Francisco

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Fidleidade - Companhia de Seguros, S.A.

Pedido: Condenar-se o Ré Município de Leiria:

- a) A proceder às intervenções urbanísticas necessárias e materialmente adequadas, de acordo com as disposições técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, e em conformidade com "as leges artis", que se mostrem aptas a eliminar a fonte dos danos causados ao prédio dos Autores, tais como descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, designadamente que se mostrem aptas a permitir o escoamento das águas pluviais para poente, eliminando o ponto baixo e suprimindo o desvio do caudal para norte no alinhamento do muro dos Autores, precavendo, assim, a erosão dos solos a norte da Rua de Santo António, em Pousos, Leiria, nomeadamente mediante o reperfilamento e reformulação das valetas ali existentes, de modo a garantir aquele escoamento e, bem assim, mediante a colocação de um coletor de águas pluviais residuais, tudo com as legais consequências; e
- b) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos, descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, a quantia de € 86.000,00;
- c) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, a mínima de € 14.000,00;
- d) A pagar aos Autores juros de mora sobre as quantias referidas em b) e c), à taxa supletiva de juros civis de 4% ao ano, calculados desde a citação até efetivo e integral pagamento, tudo com as legais consequências.

Valor da ação: 100.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 1659/24.9 BELRA, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Providência cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo)

Demandante: Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ldª

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Deve o procedimento cautelar ser julgado procedente por provado, decretando-se a suspensão de eficácia do ato administrativo constante da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024.

Valor da ação: 40.000,00 €

Estado: Concluído – Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 1663/24.7 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante: Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ldª

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Deve ser decretada a anulação da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024, devidamente identificada nesta ação, mantendo-se em vigor o contrato de concessão nº 05/2017 (concessão de gestão e exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão), outorgado a 17/03/2017, com início a 01/05/2017 e termo a 01/05/2027.

Valor da ação: 40.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

NUI/CO/001613/24.0 EACBR

Demandante: ASAE

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Falta de título de técnico de exercício físico, por parte de monitora (artigo 11º-1 da Lei nº 39/2012, de 28 agosto).

Valor da ação: Coima de 8 000,00 € a 30 000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 684/12.7 TBLRA, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo de Execução de Ansão - J2

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. - Luís Alberto Henriques Magalhães

Pedido: Acção Executiva para cobrança de rendas. Face à insolvência da “Solplay – Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.”, corre termos apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. Este Executado deduziu oposição à execução.

Foi requerida a substituição do Exequente “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM”, pelo Município de Leiria, o que foi admitido.

Em 21/03/2017, foi realizada a diligência de penhora de bens do Executado Luís Magalhães, que apresentou uma proposta de pagamento, aprovada por deliberação da CML de 03/04/2017. Nos termos da proposta aprovada, ficou estabelecido o pagamento do valor de € 400.000,00 euros, sendo 10.000,00 euros no acto da diligência de penhora e os restantes € 390.000,00 euros em 54 prestações de € 7.000,00 e uma última de € 12.000,00. De igual modo, pelo referido acordo, ficou estabelecido o penhor sobre os bens móveis penhorados ao Executado para garantia das obrigações assumidas. Atento o acordo celebrado foi declarada a extinção da instância.

Em 06/04/2018, foram efetuados pagamentos ao ML no total de € 59.000,00 euros, encontrando-se em mora as prestações de dezembro de 2017 a março de 2018.

Em 06/04/2018, foi requerida a renovação do proc execução para cobrança do valor total da dívida, face ao incumprimento do acordo de pagamento por parte do executado.

Em 03/05/2018, foi realizada nova diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, no decorrer da qual este apresentou nova proposta de acordo de pagam:

- a) As partes fixam a dívida em €341.000,00, correspondente ao valor de €400.000,00, fixado no anterior acordo, descontado das importâncias pagas pelo executado no seu cumprimento, no montante global de €59.000,00;
- b) Como princípio de pagamento, no dia da diligência, o executado efectuou a entrega de €15.000,00, por transferência bancária para conta da agente de execução;
- c) Até 08/06/2018, o executado obrigou-se a efectuar o pagamento adicional de €20.000,00, por transferência para a mesma conta, assim regularizando os pagamentos que estavam em falta até Abril de 2018, no âmbito do anterior acordo;
- d) Até 10/07/2018, o executado obrigou-se a pagar €5.000,00;
- e) O valor de €283.000,00 seria pago em 71 prestações mensais e sucessivas, no valor de €5.000,00, durante os meses de Maio a Outubro, e no valor de €3.000,00, durante os meses de Novembro a Abril, vencendo-se a primeira prestação em 10/08/2018 e as restantes no dia 10 dos meses subsequentes;
- f) No dia 10 do mês subsequente ao vencimento da 71ª prestação, o executado obriga-se a pagar o valor final de €18.000,00;

Desde a data da apresentação da proposta e até 30/09/2018, o Executado procedeu ao pagamento, por transferência para a Agente de Execução, de € 50.000,00, que foi por esta transferido para o Município de Leiria.

Em reunião da Câmara Municipal de Leiria, realizada em 02/10/2018, foi deliberado a aprovação da proposta de pagamento do Executado.

O acordo, redigido nos termos da deliberação aprovada, foi assinado por ambas as partes e junto ao processo.

Entre 19/10/2018 e 15/03/2021, o Executado pagou 88.000,00 €.

Em 17/05/2021, foi realizada a transferência de €1.000,00 relativa ao pagamento de 1/5 quinto da mensalidade de Agosto de 2020 (€5.000,00). Ficaram por liquidar €4.000,00 referentes a Agosto de 2020, bem como as prestações seguintes.

Após vários contactos tendo em vista a cobrança dos valores em dívida, em 25/10/2021, o Executado veio apresentar uma nova proposta de acordo de pagamento, propondo pagar o montante de €700,00/mês, durante dois anos, com início a partir de janeiro de 2022, findos os quais pagaria o remanescente numa prestação divisível por 24 meses. A proposta foi recusada.

Foi requerida a renovação da instância executiva e a penhora, com remoção, dos bens relacionados no auto de penhora elaborado no dia 21/03/2017, sobre os quais foi constituído penhor para garantia do acordo alcançado nos autos.

Em 17/05/2022, foi realizada diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, tendo este procedido ao imediato pagamento à AE de €2.500,00, ficando acordada a suspensão da diligência por 30 dias para apresentação de uma proposta.

Valor da ação: 651.255,88 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo nº 563/12.8 TYLSB, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo de Comércio de Lisboa - J1

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.

Pedido: Proferida sentença de aprovação de lista de créditos. Reconhecido o crédito no valor de €335.510,64.

Em 19/07/2017, foi apresentado requerimento para substituir a Leirisport pelo Município de Leiria, enquanto credora da insolvente. Foi deferida a substituição.

Por despacho de 28/02/2018, reiterado em 07/05/2018, o Tribunal veio fixar a remuneração e despesas do Administrador da Insolvência, e notificou-o para apresentar nova prestação de contas, tendo em atenção esses elementos.

Em 11/05/2020 e, novamente, em 16/09/2020, o Tribunal notificou o AI para vir informar qual o valor remanescente, destinado aos credores, para efeitos de rateio final.

Em 09/01/2021, o AI veio informar que a AT o notificou de uma vasta lista de dívidas fiscais do insolvente, das quais, no seu entender só uma dívida de IMI seria devida, pelo que a fixação do valor remanescente para rateio final estava dependente do tratamento a dar a estas dívidas e, em última análise, do resultado da sua eventual impugnação.

Em 19/03/2021, o MP em representação da AT, informou que as dívidas fiscais decorrem da actividade comercial da insolvente não ter sido encerrada em sede de IVA e IRS.

Em 28/05/2021, o AI veio prestar esclarecimentos acerca da cessação da actividade da insolvente.

Em 30/11/2021, o Tribunal despachou: a actividade da insolvente cessou em 31/08/2012, devendo AI informar quais as dívidas fiscais da massa insolvente a essa data.

Em 14/03/2022, o AI foi notificado para informar do saldo da conta da insolvência e apresentar proposta de rateio final.

Em 31/05/2022, o AI comunicou o saldo da conta da insolvência no montante de €197.121,34.

Em 09/08/2022, a AT enviou aos autos certidão descritiva das dívidas fiscais da Massa Insolvente, tendo por referência a cessação da actividade em 31/08/2012, no valor global de €458.248,16.

O AI reclamou contra a dívida fiscal, tendo o Tribunal ordenado a notificação da Comissão de Credores e, após esta, do MP, para se pronunciarem.

O Tribunal decidiu que não lhe compete dirimir o litígio acerca da existência ou não das dívidas fiscais.

O AI apresentou reclamação graciosa junto da AI contra as dívidas fiscais.

Valor da ação: 335.510,64 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Inquérito 551/24.1T9OER, a correr termos pelo DIAP de Oeiras - 2ª seção

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Luís Alberto Henriques de Magalhães

Pedido: Em 26/02/2024, a AE promoveu a diligência de remoção dos bens, tendo encontrado a casa vazia.

Em 06/03/2024, o Tribunal ordenou o envio de certidão do processo para o MP, para efeitos de responsabilização criminal do Executado.

Em 26/08/2024, ML apresentou participação criminal pelo desaparecimento dos bens penhorados à ordem do processo de execução e relativamente aos quais o participado estava nomeado como fiel depositário, o que deu origem Processo nº 1848/24.6 T9OER, do DIAP de Oeiras, 1ª Seção. Esse processo foi apensado ao presente processo de inquérito.

Valor da ação:

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Ação Administrativa nº 12404/24.9 BELSB, a correr termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: SNBS - Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores

Demandado/Arguido: ADSE, Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP;
Município de Leiria e outros Municípios

Pedido: Deve a ação ser julgada procedente, e em consequência:

- a) Deverão as Rés Município abster-se de proceder os descontos sobre os subsídios de férias e de Natal para a Ré ADSE;
- b) Deverá a Ré ADSE ser condenada a devolver aos Bombeiros o equivalente a 2 meses de descontos por cada ano.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 212/25.4T8LRA a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Cível de Leiria, Juiz 3

Demandante: Conceição da Silva Franquinho e marido Fernando dos Santos Rainho

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Junta de Freguesia de Amor

Pedido: Deve a presente ação ser julgada procedente e, em consequência, condenarem-se solidariamente os réus a:

- a) reconhecerem que os A.A. são proprietários e legítimos possuidores do prédio identificado no artigo 1º da PI;
- b) Cessarem de imediato ou em prazo nunca superior a 30 dias ou outro que o Tribunal vier a fixar para o efeito, a ilícita ocupação e privação do normal uso desse prédio;
- c) Não impedirem por qualquer forma os A.A. de fazerem a ocupação e uso devidos desse seu prédio;
- d) Pagarem aos A.A. por tais ilícitas atitudes a título de danos patrimoniais e não patrimoniais por si já sofridos até 16/01/2025, a quantia global de € 14.000,00;
- e) Pagarem aos A.A. a título de indemnização de danos futuros que a tal título (patrimoniais e não patrimoniais) vierem a sofrer desde a data de que vier a ser fixada pelo tribunal para efetiva cessação das ilícitas violações dos RR.;
- f) Pagarem essa indemnização acrescida de juros à taxa legal desde a data da sua fixação até efetivo pagamento;
- g) Pagarem as custas legais e demais encargos com o processo.

Valor da ação: 15.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo 122/25.5BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante: Gomes Gaspar, Ld^a;

Fernando Graça – Sapatarias Unipessoal, Lda

Demandado/Arguido: Aquino Construções, S.A.;

ZURICH INSURANCE PLC – Sucursal em Portugal;

Município de Leiria.

Pedido: Devem os Réus ser condenados a:

A. Pagar à 1^a Autora:

- 1) O montante de € 13.853,63 referente à perda de mercadorias;
- 2) O montante de € 2.000,00 que se reporta a custos com a pintura dos imóveis;
- 3) Uma indemnização, a título de privação de uso dos imóveis, desde a data de 13.07.2022 e até trânsito em julgado da decisão proferida nos autos, no valor nunca inferior a €50/dia;
- 4) Juros moratórios vincendos, calculados sobre os valores supra referidos, desde a citação até integral pagamento.

B. Pagar à 2^a Autora:

- 1) O montante de € 24.792,57, ao qual acresce o valor referente a juros de mora vincendos desde a citação até integral pagamento.

Valor da ação: 40.646,20 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo 3202/24.0T9LRA – DIAP de Leiria – 2.ª Seção de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Mário Gouveia Nobre

Pedido: Processo crime por desrespeito de embargo de obra. Deu origem a processo de contraordenação PCO n.º 58/CO/2024, que o ML enviou para o MP com a participação crime.

Valor da ação:

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 251/25.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Luís da Silva Oliveira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Deve ser provada a ação e, em consequência:

A) Ser decretada, em via principal, a anulação do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024;

B) Condenar-se o Réu à prática dos seguintes atos administrativos devidos:

B1) Designação do Autor, em regime de substituição, no cargo de Diretor do Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DEGCO), até conclusão do procedimento concursal com a referência PC.01.2022 ou até 45 dias após a entrega pelo júri respetivo da proposta de designação de diretor em regime de comissão de serviço;

B2) Implementar os ulteriores termos, após apresentação de candidaturas, do procedimento concursal com a ref. PC.01.2022;

C) Condenar o Réu a indemnizar o A., em danos patrimoniais e não patrimoniais, que ascendem, nesta data, a 29.666,97€, também em consequência da ilegalidade, e conhecer por via principal ou incidental, da ilegalidade do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024, nos juros vincendos, à taxa legal, após citação e até efetivo e integral pagamento e, bem assim, nas diferenças, vincendas, entre os valores auferidos pelo Autor e as que este auferiria mantendo o cargo de Diretor do DEGCO;

D) Condenar o Réu nas custas e demais encargos legais.

Valor da ação: 29.666,97 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Proc. 1020/24.5 PBLRA, a correr termos no DIAP LEIRIA- 1ª Secção

Demandante: Verónica Ferreira Marques

Demandado/Arguido: António Rafael Amaral Guerra

Pedido: Difamação a Técnica da CPCJ (tráfico de seres humanos, na pessoa do menor xxxxx, para fins de exploração sexual)

Valor da ação:

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 472/25.0 BELRA a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Loft XXI- Sociedade Imobiliária, S.A.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser declarado anulado o ato administrativo impugnado (que o edifício sito na Rua das Olarias, 40 e 42, em Leiria foi considerado devoluto, nos termos do artigo 2º do DL nº 159/2006, de 08 de agosto, na redação do DL 67/2019, de 21 de maio), notificado através do ofício n.º 30904 de 05/02/2025 (prédio continua na lista de edifícios devolutos, no ano fiscal de 2024), com as legais consequências.

Valor da ação: 5.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 3217/25.1T8CBR, a correr termos no Tribunal de Trabalho de Coimbra

Demandante: José Paulo Ferreira Lopes de Moura e Sá

Demandado/Arguido: Município de Leiria e Horizonte Itinerante Unipessoal Ld.ª

Pedido: Pedido principal:

A. Ser declarado que o PCPP, ao qual o A. estava adstrito e prestava trabalho ao serviço da 2ª Ré, até 05/05/2025, configura um estabelecimento/unidade económica, no stermos e para os efeitos do disposto no artigo 285º CT;

B. Ser declarado que a posição de empregadora no contrato d etrabalho celebrado entre A. e a 2ª Ré, em 01/05/2015, se transferiu para a 1ª Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e exploração do PCPP nº572017 e da posse administrativa pela 1ª Ré do estabelecimento em 05/05/2025;

C. Ser declarada ilícita a recusa da 1ª ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral após 05/05/2025;

D. Ser reconhecido que, por força do não reconhecimento pela 1ª Ré da transmissão da posição de empregador e da recusa da 1ª Ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral, o A. foi ilicitamnete despedido pela 1ª Ré, declarando-se a ilicitude do despedimento;

E. Ser a 1.a Ré condenada a reintegrar o Autor ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou ser a 1.a Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência final de julgamento;

F. Serem as RR. solidariamente condenadas a pagar ao A. as seguintes quantias:

a. As retribuições que o Autor deixou de auferir desde a data do despedimento ilícito (05-05-2025) até ao trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida pelo tribunal;

b. A título de abono de falhas, a quantia total ilíquida de €4.037,41;

c.A título de prémio de conhecimento de línguas, a quantia total ilíquida de €4.699,55;

d. Pela diferença entre os montantes de subsídio de alimentação pagos entre fevereiro 2017 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito, a quantia total ilíquida de €2.946,38;

e. Pela diferença entre os montantes de remuneração base recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €3.618;

f. Pela diferença entre os montantes de subsídio férias e subsídio Natal recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €284 relativa ao subsídio férias e quantia total ilíquida €367 relativa ao subsídio Natal;

g. a quantia total ilíquida de €1.437,80, pela diferença entre os montantes de retribuição especial pela isenção do horário de trabalho recebidos entre janeiro 2022 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito;

h. A quantia não inferior a 5.000,00€, a título de danos não patrimoniais causados ao A. em virtude da conduta das 1ª e 2ª Rés, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efetivo e integral pagamento;

i. A quantia ilíquida de 219,00€, relativa à remuneração mensal dos 5 dias de trabalho prestados em maio 2025 até à posse administrativa;

j. A quantia ilíquida de 150,00€ , relativa ao subsídio de alimentação de maio 2025; k.A quantia ilíquida de 43,80€, relativa à retribuição específica pela isenção de horário de trabalho, no período compreendido entre 1 e 5 de maio 2025;

l.A quantia ilíquida de 1.720,15€, relativa aos 24 dias de férias vencidos entre 2016 e 2023, não gozados pelo A.;

m.A quantia ilíquida de 1.075,096, relativa aos 18 dias de férias vencidos em 01/01/2024 e não gozados pelo A.;

n. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa à retribuição de férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

o. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa ao subsídio férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

p. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa à retribuição de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

q. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa ao subsídio de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

r.A quantia ilíquida de 547,50€, relativa ao subsídio Natal, proporcional ao tempo de serviço prestado no ano 2025, caso o A- venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

s. E, bem assim, os juros de mora vencidos e vincendos, calculados à taxa legal civil, desde a data de vencimento de cada uma das prestações acima identificadas nas alíneas a) a g) e i) a r), e, depois, até efetivo e integral pagamento.

Pedido Subsidiário:

Subsidiariamente, caso assim se não entenda, e se considere que a posição de Empregadora assumida pela 2ª Ré no contrato de trabalho celebrado com o A. em 01 /05/2015 não se transmitiu para a 1º Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e da exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, sempre deverá:

A. Ser declarado ilícito o despedimento efetuado pela 2.a Ré, e, em consequência ser a 2.ª Ré condenada a reintegrar o A. ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou, em caso de impossibilidade, naquele que se situe mais próximo daquele em causa, sem prejuízo da sua categoria profissional e antiguidade, com pagamento das despesas inerentes à transferência de local de trabalho, ou ser a 2ª Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência julg.

B. Ser a 2.a Ré condenada a pagar ao Autor as quantias referidas no pedido principal.

Valor da ação: 50.534,48 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 522/26.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Centro Cultural e Recreativo das Almoinhas

Pedido: Reversão de direito de superfície

Valor da ação:

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 1084/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Ideal Mercantil Lda.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Serem declaradas anulados os atos acima identificados no artigo 1.º, com as legais consequências.

Atos impugnados constantes do artigo 1.º: a) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo VI/2019/1 no qual, além do mais, foi determinada a tomada de posse administrativa, para o dia 07/05/2025, dos prédios sites no lugar de Arrabalde da Ponte, da União d freguesias de Marrazes e Barosa, inscritos nas matrizes urbanas 1702 e 2615, da dita União de Freguesias, com vista aos seguintes trabalhos- Demolição total das ruínas com remoção do respetivo entulho, do prédio a nascente; limpeza total do espaço; remoção ou substituição e reparação das chapas de vedação metálica existentes a norte das edificações;

b) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo PA 73/2025 e 23/FIS/2025, no qual, além do mais, ordenou o embargo total das obras em execução nos prédios e determinou fosse dado conhecimento à A. que deveria dar cumprimento à intimação para realização de trabalhos urgentes notificada através do ofício 12180, de 07/10/2024, ou seja, precisamente o que estava a ser levado a cabo pela A.;

c) Ofício subscrito em 04/06/2025 pela Senhora Chefe de Divisão de Apoio Técnico à Gestão Urbanística que procedeu à liquidação e comunicação à Autora, acompanhada da respetiva ordem d pagamento, das despesas efetuadas pelos serviços técnicos municipais, na sequência da posse administrativa e execução coerciva das obras nos Prédios.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Oposição

Demandante: Ideal Mercantil

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Em data não apurada, o ML remeteu à AT Certidão de Dívida para instauração de Execução Fiscal, pela falta de pagamento voluntário da fatura FTI0000325/3202, emitida 04/06/2025, referente a trabalhos executados coercivamente, determinados por despacho datado de 23/09/2024, proferido em sede do Processo VI/2019/, pelo Vereador Eng. Ricardo Santos.

Na sequência da remessa pelo ML da adequada certidão de dívida, a Administração Fiscal autuou o PEF 3255202501342860.

Em 08/09/2025, a Executada apresentou, no SF Lisboa 10, Oposição Judicial à Execução. Pedido- Que a Oposição à Execução seja julgada totalmente procedente.

Requerimento para prestação de garantia (penhor de obra de arte), a fim de suspender a execução.

Valor da ação: 18.924,53 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 1184/25.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Maria Lúcia Lopes de Almeida Tiago

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: O Réu ser condenado:

- a) A pagar à A. a quantia de €136.640,05, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescida de custas, procuradoria condigna e até efetivo e integral pagamento;
- b) A pagar à A. o que se vier a remeter para liquidação a título de danos futuros, tratamentos, consultas, medicamentos, cirurgias, exames, deslocações, incapacidades temporais e perdas salariais, não contempladas em a).

Valor da ação: 136.640,05 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 206/26.2T8ANS a correr termos no Juízo de Execução de Ansião do Tribunal da Comarca de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Ondagulosa, Lda.

Pedido: Cobrança de rendas - 2 faturas de fevereiro de 2021 da loja 0.15 e 0.16 do Centro Cultural Mercado de Sant' Ana, no valor de 329,26€

Valor da ação: 329,26 €

Estado: Em curso – novo processo

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 49/23.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Ana Filipa Gameiro Fernandes e Bruno Cunha Costa

Demandado/Arguido: Município de Leiria e Fidelidade – Companhia de Seguros S.A.

Pedido: A) Os Réus ser condenados a pagar solidariamente aos AA. a quantia de €20.600,00 (vinte mil e seiscentos euros);

B) Bem como deverá acrescer os juros vencidos e vincendos desde a data da citação até integral pagamento;

C) Custas e procuradoria condigna a favor dos AA.

Valor da ação: 20.600,00 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Contraordenação ASAE NUI/CO/000346/25.5EACBR

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Horizonte Itinerante Lda.

Pedido: Decisão de processo contraordenacional instruído pela ASAE

Valor da ação:

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 1327/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Associação de Moradores da Urbanização da Boucharia

Demandado/Arguido: Município de Leiria e AMITEI – Associação de Solidariedade Social de Marrazes

Pedido: Se digne deferir o pedido formulado e consequentemente determinar a suspensão de eficácia dos atos em causa, cedência do direito de superfície da parcela identificada na deliberação da CML de 23.01.2024 e licenciamento da obra para ali prevista e em concreto decretar o embargo imediato da obra que corresponde ao processo de obras n.º 0N/2022/925.

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 5627/25.5T9LRA, a correr termos no Juízo do Trabalho de Leiria - Juiz 3

Demandante: ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Coima aplicada no valor de €40.800,00, por violação do artigo 285.º do Código do Trabalho (CT).

Infração muito grave, nos termos do artigo 285.º-11 b) do CT.

Valor da ação: 40.800,00 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 857/23.7PBLRA, a correr termos no Juízo Local Criminal de Leiria - Juiz 2

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Micael Torres

Pedido: Em 26/10/2013, cerca das 04h 05 min., deslocou-se ao parque subterrâneo do Mercado de Sant'Ana. Logrou entrar no interior do veículo Renault KC Kangoo, com a matrícula 17-58-ZS, propriedade do Município de Leiria, através da sua porta lateral, subtraindo 200 Euros em moedas de 1 Euro e as chaves dos parómetros da cidade de Leiria. Cometeu em autoria material e na forma consumada um crime de furto qualificado.

Valor da ação: 200,00 €

Estado: Concluído – Aguarda diligências

Decisão final: Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo n.º 1106/26.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Ana Oliveira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) Que seja anulado o despacho impugnado (despacho de Vereador do Urbanismo de 13/02/2026;

b) Que seja o Município condenado a pagar à Autora a quantia de € 105.000,00, a título de indemnização, acrescida de juros de mora à taxa de 4% ao ano, desde a citação até ntegral pagamento

Valor da ação: 105.000,00 €

Estado: Em curso – Novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo

Notificação Judicial avulsa n.º 2712/26.9T8LRA, a correr termos no Juízo Local Cível de Leiria, Juiz 1

Demandante: Lara Ferreira

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Interrupção da prescrição

Valor da ação: Não aplicável

Estado: Em curso – Novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo

Inquérito 1508/26.3T9LRA, a correr termos no DIAP de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Ruslan Goncharyuk

Pedido: Participação crime contra Ruslan Goncharyuk por difamação agravada

Valor da ação: Não aplicável

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Inquérito n.º 408/25.9PCLRA - Ruslan Goncharyuk

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Ruslan Goncharyuk

Pedido: Participação crime contra Ruslan Goncharyuk

Valor da ação: Não aplicável

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo de Execução Fiscal n.º 139220501097458

Demandante: Horizonte Itinerante Unipessoal, Lda.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Oposição à Execução Fiscal para cobrança coerciva de montante aplicado em penalidades contratuais (Contrato de Concessão do Parque de Campismo Praia Pedrógão).

Execução por falta de pagamento voluntário da certidão de dívida n.º 1/2025, emitida pelo Município, relativa à sanção pecuniária aplicada pela deliberação tomada pela CML em 14/05/2025, reformada quanto ao valor em reunião de 01/10/2024, no sentido de apenas exigir a quantia de € 52.032,52, equivalente a 20% do preço contratual, a que se deuziu o valor de € 5.203,25, correspondente à execução da garantia (caução) prestada no contrato de concessão, conforme deliberação da CML de 06/08/2024, tendo em atenção o pagamento efetuado pela CGD (banco garante) em 22/04/2025.

Valor da ação: 46.829,27 €

Estado: Em curso – novo processo

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Ação Administrativa Comum n.º 169/25.1 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Hugo Manuel Guerra Afonso

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Ser o ML condenado a contabilizar os pontos relativamente às avaliações de serviço obtidas enquanto ex-militar, para efeitos de atribuição de reposicionamento remuneratório (SIADAP)

Deverá ainda ser condenado a pagar ao Autor as diferenças entre o que auferiu mensalmente e o que deveria ter auferido, desde 1 de janeiro de 2021, acrescido de juros de mora.

Valor da ação: 5.000,01 €

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo de contraordenação n.º 000253/26.4EACBR, a correr termos na ASAE

Demandante: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Na sequência de inspeção versada sobre os empreendimentos turísticos, a ASAE deslocou-se ao Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, aplicou contraordenação por oferta de serviços de alojamento turístico sem título válido de abertura, com coima entre 8.000,00 a 30.000,00 €, simultaneamente com a coima e em função da gravidade da infração e da culpa poderão ser determinadas uma ou mais das sanções acessórias previstas no (s) diploma(s) violado(s).

Valor da ação: Coima de de 8.000,00 € a 30.000,00 €

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo de Insolvência n.º 1596/26.2T8LRA a correr termos no Juízo de Comércio - Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria

Demandante: Município de Leiria

Demandado/Arguido: Gilmara de Oliveira Amorim

Pedido: Candidatura ao FMES: comprovativo da aquisição de bens essenciais e rendas correspondente ao mês de fevereiro de 2023. A Insolvente obrigou-se a apresentar ao Município de Leiria nos 30 dias imediatos os documentos comprovativos da realização dessas despesas. Não entregou os documentos comprovativos da realização dessas despesas, no valor total de €535,00, dentro do respetivo prazo.

Valor da ação: 535,00€

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo n.º 941/26.5 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante: Fernando Manuel Pereira Gaio

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: a) Ser declarada a ilegalidade do despacho proferido em 19/02/2026, pelo Vereador do ML (que determinou a demolição imediata da edificação sita na Rua D. Pedro de Castilho, Longra, Carenguejeira) e da subsequente atuação administrativa material do Réu;

b) Ser o Réu seja condenado no pagamento de indemnização ao Autor pelos danos patrimoniais sofridos, em montante a fixar equitativamente pelo Tribunal, mas nunca inferior a 55.000,00 €;

c) Ser o Réu seja condenado no pagamento de indemnização ao Autor pelos danos não patrimoniais sofridos, em montante a fixar equitativamente pelo Tribunal, mas nunca inferior a 5.000,00 €;

d) Ser o Réu condenado no pagamento de juros de mora desde a citação até efetivo e integral pagamento;

e) Ser o Réu condenado me custas e demais encargos legais.

Valor da ação: 60.000,00€

Estado: Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo

Processo de contraordenação n.º 000258/26.5GIA, a correr termos no IGAMAOT

Demandante: Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: A IGAMOT aplicou contraordenação ambiental grave por deposição de RCD em aterro em violação do disposto do n.º 3 do artigo 51º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro - Anexo I (a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020), na redação dado pelo Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março, sancionável, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 22º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com redação dada pela Lei nº 114/2015, de 28 de agosto, com coima entre 12.000,00 € a 72.000,00 €, em caso de negligência e de 36.000,00 € e 216.000,00 €, em caso de dolo e ainda eventual aplicação das seguintes sanções acessórias.

Valor da ação: Coima de 12.000,00 € a 72.000,00 € (em caso de negligência), de 36.000,00 € a 216.000,00 € (em caso de dolo)

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo de contraordenação n.º PCP.278.GPCO/26, a correr termos na ANEPC

Demandante: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: A ANEPC aplicou contraordenação por deficiente funcionamento ou manutenção dos equipamentos da rede de incêndio armada do tipo carretel, em violação das disposições expressas na alínea r) do art.º 2, alínea c) do n.º 1 do art. 3º alíneas a) e b) do n.º 4 do art. 8º e alínea r) do n.º 1 do art. 25º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, alterado e republicado pela Lei n.º 123/201, de 18/10, com nova redação introduzida pelo art. 94º do Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29/01, conjugadas com os art. 164º e art. 167º do Regulamento Técnico do SCIE, aprovado em anexo à Portaria n.º 1532/2008, de 29/12, atentas as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020, de 02/06. com coima entre 4.000,00 € a 8.000,00 €.

Valor da ação: Coima de 12.000,00€ a 72.000,00€ (em caso de negligência) e de 36.000,00€ a 216.000,00€ (em caso de dolo)

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Recurso de contraordenação n.º 5358/25.6T9LRA

Demandante: Ministério Público

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Com fundamento em alegada violação da proibição de publicidade institucional em período eleitoral, conduta que constitui infração contraordenacional prevista no artigo 10.º, n.º 4 e punida pelo artigo 12.º, ambos da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, foi instaurado processo de contra-ordenação e o Ministério Público instaurou Recurso de Contra-ordenação.

Valor da ação: Coima de 15.000,00€ a 75.000,00€

Estado: Em curso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 746/15.9BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: LCC - Leiriasshopping - Centro Comercial

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Remetido aos SMAS

Valor da ação: 30.000,01 €

Estado: Recurso

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Ação Administrativa n.º 969/22.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Carlos Miguel Gameiro Martinho Gomes

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Remetido aos SMAS

Valor da ação: 58.900,00 €

Estado: Aguarda despacho saneador

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Ação Administrativa n.º 968/22.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Ana Paula Alves Mendes

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Remetido aos SMAS

Valor da ação: 10.950,00 €

Estado: Aguarda despacho saneador

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Ação Administrativa n.º 1899/24.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Joviality, Unipessoal, Lda.

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Remetido aos SMAS

Valor da ação: 13.987,57 €

Estado: Remessa Tribunal Cível

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo Ação Administrativa n.º 776/23.7BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante: Lourenço das Neves Vicente

Demandado/Arguido: Município de Leiria

Pedido: Remetido aos SMAS

Valor da ação: 9.845,87 €

Estado: Recurso para Tribunal Central Administrativo – Aguarda acórdão

Decisão final: Não previsível

Identificador do Processo

Processo n.º 1632/24.7T8LRA, a correr termos no Juízo de Comércio de Leiria – Juiz 2

Demandante: Município de Leiria (e Outros)

Demandado/Arguido: VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Pedido: Ser declarada a nulidade e/ou anulabilidade das deliberações tomadas na assembleia geral realizada em 26 de março de 2024, nomeadamente as vertidas nos pontos 1 a 3 da ordem de trabalhos: deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas referentes ao exercício de 2023; deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados; e, apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade.

Mais requer que a Ré seja notificada para apresentar a ata da assembleia geral, nos termos previstos no artigo 59.º, n.º 4, do CSC, uma vez que, apesar de já ter sido interpelada para o envio da mesma, ainda não o fez, não sendo, por isso, possível aos Autores proceder à sua junção.

Requer que a Ré informe os autos acerca da identificação do seu contabilista certificado, para que o mesmo seja notificado para ser inquirido como testemunha.

Valor da ação: 30.001,00 €

Estado: Remetido a “Teófilo Araújo dos Santos & Associados” - Em curso - aguarda a prolação de sentença

Decisão final: Não previsível



15

**INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE A
ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No âmbito das funções constitucionais e regimentais que lhe estão conferidas, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria participou, durante o período em análise, nos trabalhos e reuniões de âmbito institucional e intermunicipal, designadamente nas reuniões da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal de Leiria, no Conselho de Administração dos SMAS, na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e na Valorlis.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

No período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2026, a Divisão de Comunicação e Relações Públicas assegurou o acompanhamento comunicacional da atividade municipal, através da produção e divulgação de informação pública, relação com os órgãos de comunicação social, gestão dos canais digitais, cobertura fotográfica e audiovisual, desenvolvimento gráfico e multimédia, apoio à organização e divulgação de iniciativas municipais e articulação com fornecedores.

1. Comunicação institucional, assessoria de imprensa e conteúdos digitais

A DICRP assegurou a produção, revisão e divulgação de conteúdos relativos às diferentes áreas de intervenção municipal, designadamente Cultura, Desporto, Economia, Educação, Habitação, Freguesias, Juventude, Mobilidade, Ambiente, Cidadania, Espaço Público, Espaços Verdes, Proteção Civil, Transparência, Turismo, Recursos Humanos e projetos de recuperação do concelho.

Foi assegurada a assessoria de imprensa, incluindo preparação e divulgação de notas de imprensa, acompanhamento de iniciativas e resposta às solicitações dos órgãos de comunicação social, bem como a atualização regular das notícias do site institucional.

Nos canais digitais, foram produzidos e publicados conteúdos para as diferentes plataformas municipais. Entre junho e agosto, foram realizadas 99 publicações nas redes sociais do Município e 193 publicações no Instagram Leiria Cultura, a que acrescem conteúdos em vídeo, stories e outras publicações associadas às iniciativas municipais.

2. Comunicação de projetos, eventos e iniciativas municipais

A Divisão assegurou a comunicação e divulgação de um conjunto alargado de iniciativas municipais realizadas no período em análise, entre as quais o Festival da Sardinha, Há Música na Cidade, iniciativas do Mercado Municipal, Feira Anual de São Bartolomeu, Férias Educativas, Freguesias em Movimento, Passeio de Cicloturismo, Feira do Livro e das Artes, Há Música na Praça e Danças no Castelo, através da produção de conteúdos, imagem gráfica, divulgação digital, fotografia, vídeo e materiais promocionais.

Foi igualmente desenvolvida a comunicação e promoção antecipada de eventos futuros, designadamente a Leiria Run, agendada para 19 de setembro, e o Leiria Sobre Rodas, a realizar de 20 a 22 de novembro, incluindo a produção e divulgação de conteúdos, materiais gráficos e promocionais e outros suportes de comunicação associados à preparação destas iniciativas.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido na comunicação da candidatura de Leiria a Capital Portuguesa da Cultura 2028 e da candidatura do Castelo de Leiria às 7 Maravilhas de Portugal, bem como o apoio a projetos nas áreas da mobilidade, educação e ambiente, designadamente Plano de Mobilidade Urbana Sustentável - PMUS, Mobilis, Eco-Escolas, Voluntariado Cultural, Património com Pessoas e CRIO.

3. Design, multimédia, fotografia e identidade visual

Na área do design e multimédia, foram desenvolvidos materiais gráficos, digitais, audiovisuais, expositivos e de sinalética para diferentes serviços e projetos municipais. Entre os trabalhos realizados incluem-se a criação e adaptação de identidades visuais, materiais para eventos e campanhas, sinalética e suportes para espaços municipais, bem como o desenvolvimento do manual de identidade gráfica dos museus e espaços culturais para o projeto IN WEB do Município de Leiria.

Foi ainda assegurada a produção e gestão de conteúdos fotográficos e audiovisuais da atividade municipal, incluindo 102 reportagens fotográficas, respetivo arquivo diário, seleção de imagens para envio aos órgãos de comunicação social e gestão de conteúdos no Instagram do Município.

4. Relação com fornecedores e apoio operacional

No período em análise, a DICRP assegurou ainda a gestão de procedimentos associados à execução das ações de comunicação, designadamente serviços de impressão, publicidade, vídeo, fotografia, locução e outros fornecimentos.

Foram registadas 61 requisições, das quais 49 relativas a eventos, 6 a imprensa, 4 a vídeo e 2 a locução, bem como o acompanhamento dos fornecimentos associados aos contratos em vigor nas áreas de produção gráfica e comunicação.

DIVISÃO DE TURISMO E EVENTOS

1. EVENTOS

Leiria Kids Festival - Planeamento global do evento em coordenação com a Junta de Freguesia e *stakeholders* do projeto; Definição do Plano de Comunicação; Definição do Plano de Bilhética e dos canais de venda; Aquisição de serviços diversos; Definição do Programa Geral – implementação do novo estrutura de palco (Palco Histórias) em parceria com a Musicalmente, ampliação do espaço “Praia” com insufláveis de água, ampliação dos mini palcos dedicados a atividades musicais; Implantação da nova planta do evento com alteração dos espaços de Palco Leiria Kids, Loja, Palco Moinho e Zona de Ativação de Patrocinadores;; Reuniões de preparação com o movimento associativo local; Formulação do protocolo de utilização da Quinta do Faria; Gestão e Produção do Evento;

Total Assistência | 4.043 (5.364) pessoas;

Valor Total Investimento | 149.184€

Receita | 31.896€

Festival da Sardinha - Planeamento global do evento em coordenação com a Junta de Freguesia e *stakeholders* do projeto, Implantação da Planta do evento. Realização de reuniões para preparação do funcionamento dos espaços Praça da Gastronomia; Gestão dos fornecimentos de equipamentos e serviços ao Festival nas mais diversas áreas; Gestão dos contratos e das ativações com patrocinadores de serviços;

Coordenação Geral do Evento – gestão de resíduos, limpeza geral do recinto, gestão dos operadores, gestão do fornecimento de energia, gestão da promoção e comunicação do evento, gestão do programa de concertos do Palco; Estiveram presentes na Praça da Gastronomia 10 Associações/clubes nas Tasquinhas e 10 Stands de Artesões e Associações das Uniãos de Freguesia de Monte Redondo e Carreira, Monte Real e Carvide e do Coimbrão.

Restaurantes aderentes | 6;

Consumo de Sardinhas | 10 TN de Sardinha no Festival (7,5 TN no recinto do evento e 2,5 TN nos restaurantes);

Total Visitantes | > 100.000 pessoas nos 8 dias do evento;

Valor Total Investimento | 313.267€

VIVÓ VERÃO – Preparação das ações de promoção e dinamização da Praia do Pedrógão – **Festa Silenciosa e Carnaval de Verão**; Realização de reuniões de planeamento com os *stakeholders*; Aquisição de serviços e de equipamentos para os eventos, bem como, a preparação do Programa geral; Reunião com as Juntas/Uniãos de Freguesias, Autoridades Locais e Associações/Clubes para operacionalização dos eventos acima referidos;

Valor Total Investimento | 69.898€ (97.442€)

Festa Silenciosa | 2.500 pessoas;

Carnaval de Verão | > 8.000 pessoas;

ACP CLASSIC Fest | Definição do Programa Geral em Parceira com o ACP; Definição e concretização do plano geral de Aquisição de serviços diversos; Produção e acompanhamento ao evento;

PROVE LEIRIA DOÇARIA – Planeamento global do evento; Aquisição de serviços de agenciamento de artistas e Chefs; Criação da Identidade Gráfica do Evento; Plano de Comunicação; Reunião com os stakeholders para apresentação do programa desta edição e da Escolha Doce dos Leirienses; Definição do Regulamento da Escolha Doce dos Leirienses; Decor do Espaço do Evento;

LEIRIA SOBRE RODAS – Planeamento e produção das ações a realizar em 2026: Leiria Expo Auto, Leiria Motorshow, Rally Vidreiro, Mostra de Veículos Históricos e Desportivos e Passeios; Criação da base e desenho do evento em parceria com as marcas/concessionários automóveis e motos de Leiria; Definição da estratégia de comunicação LSR 2026; Aquisição de serviços diversos; Produção da Planta Geral do Evento; Contato com Colecionadores para a Mostra Veículos Históricos e SuperCars Paddock;

Leiria Natal - Definição do conceito de iluminação decorativa, atividades lúdicas e equipamentos para o evento; Tratamento de informação para início dos procedimentos de contratação pública dos serviços e equipamentos a alugar para o evento; Preparação da reunião com os diversos *stakeholders* do projeto internos (ML) e externos para definição das responsabilidades de cada unidade orgânica; Preparação do lançamento dos procedimentos e atribuição de exploração de bares e street food do Leiria Natal e Passagem de Ano 2026/27;

Passagem de Ano – Planeamento do Programa de Atividades e local (ais) onde iremos realizar o evento;

2. GESTÃO DE ESPAÇOS

Quinta do Faria | Ecoparque Leiria – Planeamento de aquisições de serviços, materiais e equipamentos para a gestão diária do espaço; Gestão das Atividades programadas para o espaço realizadas pelo Município de Leiria – Viver Ativo, por Entidades Privadas sejam Associações/Clubes de carácter desportivo e cultural, IPSS e Empresas Locais. Criação do Regulamento de Funcionamento do Espaço (em fase de conclusão após consulta aos diversos stakeholders); Reuniões de trabalho com a equipa técnica para formulação do Masterplan e criação da Marca ECOPARQUE LEIRIA e Espaço de Arborismo,

Parque de Campismo da Praia do Pedrógão – Planeamento Global para a época balnear 2026: definição das necessidades e respetiva contratação de recursos humanos em regime de trabalho temporário e afetação de colaboradores do Município de Leiria;; Gestão dos Contratos em vigor para utilização do Parque; Participação nas reuniões do processo judicial de tomada da posse da gestão do Parque; Início do procedimento de licenciamento do Parque de Campismo de acordo com a legislação em vigor com as diversas unidades orgânicas do ML; Identificação das necessidades de manutenção corretiva, aquisição de serviços diversos; Definição do Plano de Comunicação; Lançamento do procedimento para a construção do Masterplan do Parque de Campismo de acordo com as novas tendências deste tipo de equipamentos turísticos;

3. GESTÃO DE MARCAS

É DE LEIRIA – Gestão da Campanha de promoção dos produtos endógenos de Leiria (Morcela de Arroz, Brisas do Lis, Leitão da Boa Vista); Aquisição de serviços para a ativação na Feira de Sant'Iago; Operação e Gestão da participação do ML em diversas ações: Think Conference, Leiria W50, Base Aberta Leiria Tem Saúde, Projeto "Amassar o Pão"; Presença no Festival da Morcela e Arroz Doce e na Feira de Sant'Iago em Setúbal com os Produtos É DE LEIRIA; Preparação da presença com um Stand no Leiria Medieval e ativação com os operadores; Operação da Petiscaria É De Leiria no âmbito da Feira de Leiria – Tradicional Feira de Maio. **Morcela de Arroz de Leiria** –Definição do Plano de Comunicação e de Ações de promoção da marca; Reuniões com a entidade que irá apoiar o processo de certificação da Morcela de Arroz, QUALIFICA; **Olaria da Bajouca** – planeamento da presença na 8.ª edição da Exposição Nacional de **Olaria** a realizar em Leiria;

Visite Leiria | Turismo | Definição do Plano de Comunicação e de ações a realizar em 2026; Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage*; Integração do colaborador técnico de turismo; Implementação de ações de promoção do território, Hoteleiros de Leiria e Turismo do Centro; Preparação da reunião com os stakeholders para apresentação da estratégia Turismo para Leiria 2023; Preparação da Informação para o Turismo do Centro; Preparação da ação #Leiria não existe sem ti. Presença em duas reuniões da Associação dos Caminhos de Fátima e diversas ações do Turismo do Centro e da CIMRL. Preparação da participação de Leiria na edição 2026 da Bolsa de Turismo de Lisboa.

4. APOIO UO

- **NEXXT** – apoio ao planeamento do evento em áreas como programa, logística, comunicação e patrocínio;
- **Taça da Liga 2026** – preparação em reunião de planeamento e produção do evento;
- **UO** – gestão de necessidades logísticas de contratos de fornecimentos contínuos de estruturas, casas de madeiras, monoblocos, sanitários químicos, comunicação exterior entre outros.

DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ÀS FREGUESIAS

A Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos e às Freguesias tem a seu cargo o serviço de atas da Câmara Municipal, a ligação com as freguesias e delegação de competências, entre outras.

Passaremos a apresentar, de forma sumária, a atividade desenvolvida no período em análise.

Atuação transversal da divisão

Neste período, no que se refere à atuação transversal da divisão, serão de destacar as seguintes atividades:

- Continuação dos trabalhos de revisão dos estudos de recursos subjacentes a alguns Contratos Interadministrativos;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à monitorização e discussão de melhorias no âmbito da Transferência de Competências e da Delegação de Competências;
- Elaboração de Estudo Económico-Financeiro para a atualização dos recursos a transferir para as freguesias e uniões e freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
- Continuação dos trabalhos relativos à Plataforma Apoia+;
- Trabalhos no âmbito da Comissão da Transparência e Integridade;
- Planeamento e implementação do Orçamento Participativo Jovem (OPJ) 2026/2027.

Serviço de Atas

O Serviço de Atas desenvolveu no período em análise o seu trabalho em torno das seguintes atividades:

SERVIÇO DE ATAS	
INDICADOR	RESULTADO
N.º de deliberações	312
N.º de atas aprovadas	7
N.º de reuniões ordinárias	7
N.º de reuniões extraordinárias	0
N.º de reuniões descentralizadas (*)	2
N.º de reuniões com possibilidade participação do público	4
N.º de reuniões com efetiva participação do público	4
N.º de intervenções do público	9
N.º de presenças do público	87
N.º de Ordens de Trabalho para sessões AM	2
(*) Reunião Câmara Aberta na Carreira (01/06/2026) e Coimbra (27/07/2026)	

No âmbito do **serviço de atas** destaca-se ainda:

- O levantamento de apoios não financeiros atribuídos a diversas entidades;
- A anonimização de todos os dados pessoais presentes nos documentos referentes às reuniões de câmara publicados na área pública do site do Município de Leiria, em cumprimento do RGPD;
- A 3.ª edição do programa #CâmaraAberta.

Ligação com freguesias e delegação de competências

No período em análise foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Transferência e delegação de competências	N.º deliberações/despachos de delegação de competências	0
	N.º deliberações/informações relativas a transferência de competências	0
	N.º comunicações DGAL - transferência de competências	0
Delegação de competências - contratos interadministrativos	N.º de procedimentos negociação iniciados	19
	N.º de novos contratos celebrados	20
	N.º de adendas/modificações celebradas	10
	N.º de relatórios de execução física e financeira analisados	47
	N.º reuniões realizadas com executivo e gestores	0
N.º de Novos Contratos: CI SMAS – 5 contratos; N.º Adendas/ modificações: 10; CI Obras Estruturantes – 4 contratos; CI Obras Diversas – 9 contratos; CI Viver Freguesias – 1 contrato; CI Desenvolvimento Sustentável – 1 contrato.		

No âmbito das **freguesias** destaca-se a realização de Reuniões Temáticas com Eleitos e Técnicos das Freguesias 2025-2026 sobre os temas:

TEMÁTICA	FREGUESIAS REPRESENTADAS	INSCRITOS	PARTICIPANTES	% FREQUÊNCIA
Apoios, Delegação e Transferência de Competências nas Freguesias	18	38	38	100%
Mapas Interativos (SIG) + Leiria Repara	16	43	37	86%

Refira-se que a temática “Mapas Interativos (SIG) e Plataforma Leiria Repara” foi sugerida na anterior Reunião Temática dedicada ao Urbanismo e Toponímia, quer pelos formadores, quer pelos participantes inscritos, evidenciando o interesse das freguesias nesta matéria.

DIVISÃO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL

DESPACHO N.º 3924/26 DE 25 DE MARÇO- PROGRAMA NACIONAL DE LUTA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA RAIVA ANIMAL E OUTRAS ZOONOSES (PNLVERAZ)

Após emissão de despacho 3924/2026 da DGAV, deu início à organização da campanha PNLVERAZ nas instalações do Centro de Recolha Oficial (Canil Municipal) de Leiria e nas diversas Juntas de Freguesias do Município de Leiria. Mobilização de recursos humanos e transporte nas diversas datas assinaladas no Edital referente à Campanha.

Intervenção no âmbito do Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) de colónias felinas

Os serviços do CRO encontram-se a intervir em colónias felinas através do Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução), em conformidade com a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, e com a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que promovem a esterilização como método de controlo da população de gatos errantes. As ações desenvolvidas incluem a captura, esterilização, identificação, monitorização e devolução

dos animais ao seu local de origem, contribuindo para o bem-estar animal, a redução da reprodução descontrolada e uma gestão sustentável das colónias felinas.

LEIRIANIMÁLIA 2026

A DIPSA encontra-se a encetar diligências e procedimentos para organizar o LEIRIANIMÁLIA 2026, que decorrerá nos próximos dias 19 e 20 de setembro no Parque do Avião- Leiria

Trata-se de um evento ao ar livre, aberto ao público em geral e dedicado a animais e que apresenta no local uma área expositiva, dedicada a profissionais vocacionados para este sector (clínicas veterinárias, treinadores, petHoteis, produtos/rações caninas, etc). Realizadas reuniões para facultar novas sugestões e ideias para o LeiriaAnimália 2026, traçados novos objetivos e definidos novas intenções para que o evento LeiriaAnimália continue a crescer.

Aviso 2/ Aviso 3/ Aviso4 /2026/DGAV-DBEAC

Preparação e submissão de candidaturas do Município de Leiria aos apoios financeiros no âmbito do programa de bem-estar animal lançados pela DGAV no presente ano de 2026:

CANDIDATURA: AVISO 2/2025 DGAV-DBEAC-. Campanha de prestação de serviços veterinários de assistência e alimentação a animais detidos pelos centros de recolha oficial de animais. Valor apresentado em sede de pagamento- 15.000,00€ relativo a alimentação e cuidados médico veterinários prestados.

CANDIDATURA: AVISO 3/2270/2026 DGAV-DBEAC. Campanhas de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia; Valor apresentado em sede de pagamento - 31.900,00€ relativo a 519 esterilizações financiadas pelo Município de Leiria;

CANDIDATURA: AVISO 4/2271/2026 DGAV-DBEAC; Campanha de apoio à identificação eletrónica e registo de animais de companhia; Valor apresentado em sede de pagamento- 4.000,00 € relativo a 544 identificações eletrónicas financiadas pelo Município de Leiria;

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Descrição e quantificação das ações de Fiscalização	
Processos Urbanismo	524
Atribuição de N.º de Polícia/Toponímia	185
Certidões	129
Licenciamento Zero	10
Publicidade	-
Autos de Participação/Notícia	10
Autos de Embargo/Remoção	3
Notificações	7
Reclamações/Queixas	168
Ambiente	30
Viaturas Abandonadas	74
Gestão de Combustíveis	270
TOTAL	1410

Resumo
Foram executadas cerca de 1692 ações de fiscalização para informar os 1410 processos acima discriminados
Realizado o levantamento das OVP's na Praia do Pedrogão

DIVISÃO DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

Durante o período em análise, as ações mais relevantes desenvolvidas pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco (DIAGR) foram as seguintes:

1. **Cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, incluindo:
 - a) Revisão integral do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas do Município de Leiria;
 - b) Preparação e integração das alterações ao Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas na plataforma de gestão de risco HER+;
 - c) Elaboração do relatório de avaliação do Sistema de Avaliação do Programa de Cumprimento Normativo;
 - d) Acompanhamento contínuo da implementação e monitorização dos instrumentos de prevenção da corrupção e infrações conexas;
 - e) Prossecução do procedimento de revisão da Norma de Controlo Interno (NCI);
 - f) Elaboração do projeto de alteração do Código de Ética e Conduta e submissão a consulta pelo universo municipal e delegados sindicais.

2. **Auditoria Interna:**

Elaboração e aprovação de um relatório de auditoria interna e difusão das recomendações pelo universo municipal com divulgação de memorando.

3. **Apoio à decisão e desenvolvimento de instrumentos internos:**

Elaboração dos relatórios de monitorização da resposta à tempestade Kristin (1.º e 2.º trimestre).

4. **Formação e capacitação interna:**

- a) Desenvolvimento da iniciativa de *microlearning* “Minuto de Ética”;
- b) Preparação e realização de sessão de esclarecimentos dedicada aos auxílios de minimis.

5. **Apoio técnico-jurídico:**

Prestação de apoio técnico-jurídico permanente às Unidades Orgânicas, nas áreas da auditoria interna, gestão de risco, controlo interno, ética e conformidade legal.

6. **Atividade operacional:**

Desenvolvimento de outras ações de natureza operacional indispensáveis ao regular funcionamento da Divisão, ainda que com impacto mais circunscrito na gestão municipal.

DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO DE PESSOAS**1. Apoio à Gestão****1.1 Procedimento administrativo - Procedimentos concursais de recrutamento de dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º graus.**

Nos meses de julho e agosto, foram acompanhados 43 procedimentos concursais de recrutamento de dirigentes intermédios. No âmbito destes procedimentos, foram agendadas e realizadas 43 reuniões dos respetivos júris, destinadas à definição dos parâmetros e da metodologia de avaliação, tendo sido elaboradas as correspondentes 43 atas para aprovação e formalização desses elementos.

O acompanhamento incluiu ainda a articulação com os júris, o envio e a recolha das atas assinadas, a solicitação de declarações de inexistência de conflitos de interesses e o controlo das assinaturas em falta.

1.2 Apoio na elaboração de propostas de aquisição para procedimentos de contratação pública

Foram elaboradas propostas de contratação para os seguintes serviços:

DIAM	DIAAC	DETDI	SMPC / OIGP2.0*	GAP
3	1	13	5	1

1.3. Procedimentos associados à Loja de Cidadão de Leiria e BUA**1.3.1 Sinalética**

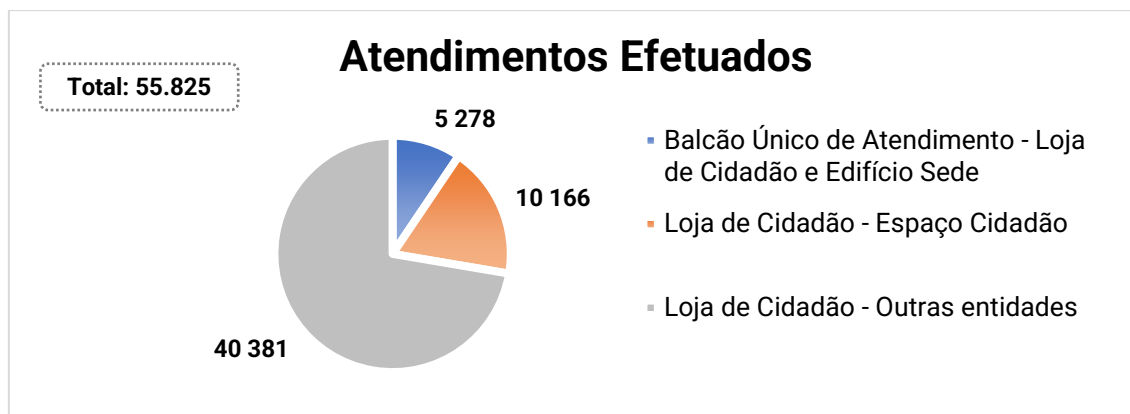
Desenvolvimento do procedimento de contratação, acompanhamento e instalação da nova sinalética da Loja de Cidadão, ao abrigo do Aviso-Convite n.º 158/C19-i01.01/2026.

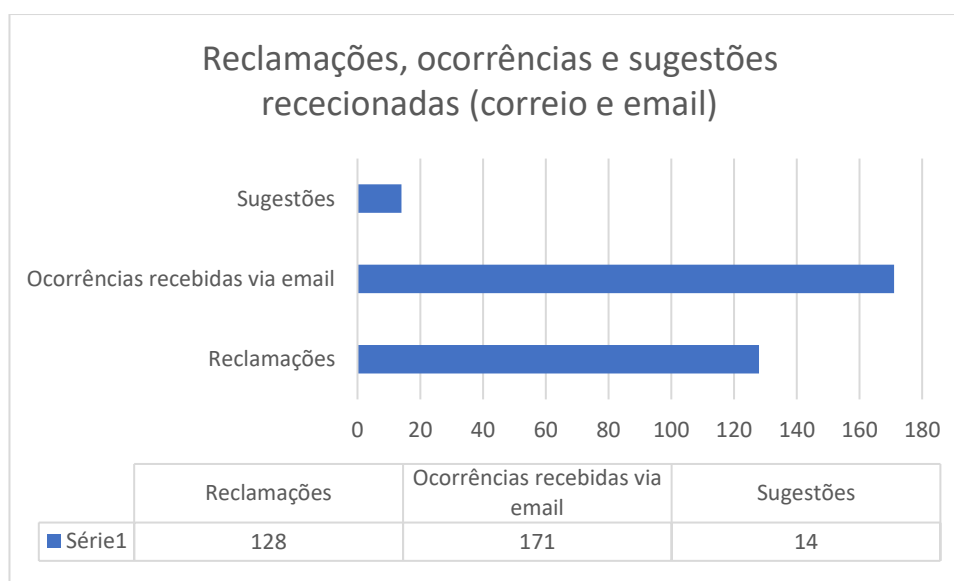
1.3.2 Instalação de novas entidades na Loja de Cidadão - E-REDES e Regimento de Artilharia n.º 4/Exército

Preparação das instalações e da infraestrutura informática, articulação com a ARTE para obtenção das autorizações necessárias, elaboração e assinatura dos respetivos protocolos. Foi ainda assegurado o acompanhamento da instalação e das configurações necessárias ao funcionamento das entidades.

1.3.3. Criação de gabinete adicional no BUA - Edifício Sede

Desenvolvimento do procedimento de contratação, acompanhamento e instalação de uma divisória na sala de atendimento afeta ao SAAS, no BUA do Edifício Sede, com vista à criação de um gabinete adicional destinado, nesta fase, à instalação do GIP — Gabinete de Inserção Profissional.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO E APOIO AO CIDADÃO**2. Divisão de Atendimento e Apoio ao Cidadão (DIAAC)****2.1. Atendimento presencial****DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO****3. Divisão Administrativa e de Modernização (DIAM)****3.1. Gestão de reclamações, exposições, ocorrências e sugestões**



3.2. Receção e expedição de correspondência

Para além da recção e distribuição de correspondência, foram expedidos **2863** envelopes.

3.3. Classificação e registo de documentos

Correio eletrónico	Correio papel	Plataformas eletrónicas	Telefone	Documentos internos	Total
4862	641	304	0	148	6429

3.4. Modernização Administrativa

3.4.1. Desmaterialização e melhoria na tramitação de processos internos.

Documentos Internos	Formulários internos	Modelos internos	Requerimentos	Circuitos	Manuais
Normalização				1	3
Criação/implementação	2	7	5	2	5

3.4.2. Implementação da plataforma de gestão de ocorrências – Leiria Repara

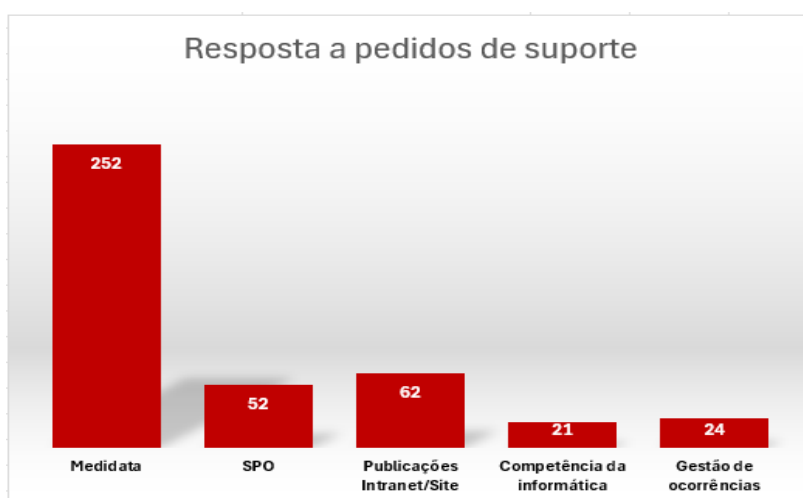


No âmbito da implementação da plataforma Leiria Repara, foram definidos e parametrizados os tipos e subtipos de ocorrências, os serviços responsáveis e os respetivos circuitos de encaminhamento, tendo sido realizados testes e introduzidas melhorias nos formulários, mapas, notificações e

aplicações de gestão e utilização no terreno. Foram igualmente preparados os elementos de comunicação e divulgação, identificados e capacitados os utilizadores municipais e desenvolvido o processo de integração das Juntas de Freguesia, mediante a definição das respetivas competências e a configuração de acessos às ocorrências da sua responsabilidade. A plataforma Leiria Repara entrou em funcionamento no dia 12 de junho de 2026 e até à presente data, foram recebidas 2 770 ocorrências, das quais 514 se encontram submetidas, 1 156 em resolução e 1 100 concluídas.

3.4.3. Apoio aos serviços

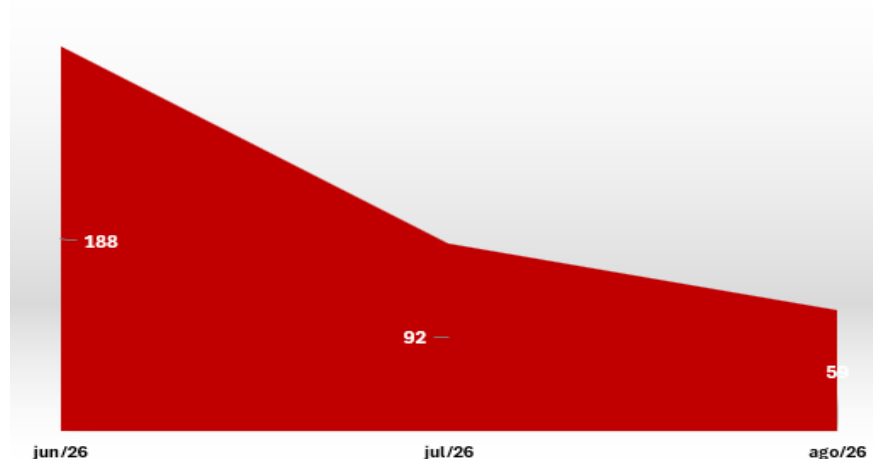
Durante o período em análise foram registadas 455 ocorrências/atividades, distribuídas pelas diferentes áreas de intervenção. A maior incidência verificou-se na área Medidata, com 252 registos, seguida das Publicações Intranet/Site, com 62, e do SPO, com 52. Os restantes registos correspondem a atividades da competência da Informática, gestão de ocorrências e outros assuntos.



3.4.4. Serviços Online

No período em análise, verificou-se uma redução progressiva do número de adesões dos municípios online. Em junho foram registadas 188 adesões, valor que diminuiu para 92 em julho e para 59 em agosto. Esta evolução representa uma redução global de 68,6% entre junho e agosto, evidenciando uma tendência de diminuição das adesões ao longo do período analisado.

Adesões dos municípios online



UNIDADE DE ARQUIVO MUNICIPAL

4. Unidade de Arquivo Municipal (UNAM)

4.1. Atividades desenvolvidas

Funções	Informatização de processos	Digitalizações	N.º total de pedidos	Consultas online	Consultas presenciais
Processos	20.288	1.279	2.713	1.511	1.202
Imagens		27.992			

4.2. Acesso online ao site do Arquivo Municipal

Acesso online ao site do Arquivo Municipal	
Utilizadores	3.918
Sessões	4.913
Visualizações	157.846
Distribuição geográfica	45 países

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

5. Divisão de Recursos Humanos (DIRH)

5.1. Balanço de entradas e saídas:

Foi efetuado o acolhimento dos trabalhadores e demais procedimentos relativos à contratação por tempo indeterminado de 13 Assistentes Operacionais, designadamente 3 da área de ação educativa, 4 da área de apoio geral e 6 da área de jardineiro, 2 Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação e 1 Técnico Superior da área de Engenharia do Ambiente, com recurso a procedimentos concursais e respetivas reservas de recrutamento.

Foi prestado apoio aos júris designados para a tramitação de procedimentos concursais na análise de reclamações apresentadas na fase de admissão ao procedimento, designadamente na sequência da audiência dos interessados concedida aos candidatos que o júri manifestou intenção de excluir, nomeadamente:

- Uma relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 2 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.45.2026), a que corresponde a carreira e categoria de Técnico Superior, e a área Engenharia Civil, tendo, face à documentação apresentada, sido deferida;
- Uma relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 2 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.14.2025), a que corresponde a carreira e categoria de Técnico Superior, e a área de psicologia, tendo, face à documentação apresentada, sido deferida.

5.2. Assiduidade

Neste período, destacam-se as seguintes atividades:

- Realização de reconhecimentos faciais dos trabalhadores afetos ao Município;

- b) Desenvolvimento dos procedimentos associados ao ingresso de novos colaboradores, incluindo o respetivo recenseamento para reconhecimento facial, a parametrização dos dados no programa e no portal web de assiduidade, bem como a formação individual sobre a utilização destas ferramentas;
- c) Acompanhamento e registo das ausências dos trabalhadores decorrentes de situações de greve;
- d) Deslocações a Agrupamentos de Escolas e a diversos edifícios municipais para recenseamento de trabalhadores para reconhecimento facial e formação sobre a plataforma de assiduidade.

5.3. Gabinete do Trabalhador:

- a) Procedimentos inerentes ao acompanhamento de 27 acidentes de trabalho participados;
- b) 9 doenças profissionais qualificadas pelo Departamento de Proteção contra os riscos profissionais do ISS;
- c) Realização de ações de acolhimento e sensibilização no âmbito da segurança e saúde no trabalho aos novos trabalhadores (recrutamento) nos dias 1.06.2026 (9 trabalhadores abrangidos) e 3.08.2025 (3 trabalhadores abrangidos)
- d) No âmbito da Saúde Ocupacional foram realizadas as consultas/exames identificadas no quadro seguinte:

N.º consultas médicas periódicas	N.º consultas médicas admissão/iniciais	N.º consultas ocasionais	N.º consultas de apoio psicossocial	N.º consultas aconselhamento alimentar	N.º Consultas de Medicina Curativa*
152	17	7	29	37	27

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

6. Divisão de Sistemas de Informação Geográfica (DISIG)

6.1. Gabinete Reerguer Leiria

No âmbito das medidas de apoio à recuperação das habitações afetadas pela Tempestade Kristin, foi prestado apoio técnico ao grupo de trabalho responsável pela análise das candidaturas submetidas. As atividades desenvolvidas compreenderam a análise técnica das candidaturas, a verificação da documentação apresentada, a validação da informação relativa aos danos reportados e o acompanhamento da respetiva instrução, assegurando o cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos.

Paralelamente, foi assegurada a articulação com os técnicos externos responsáveis pela realização das vistorias às habitações afetadas, promovendo a partilha e atualização da informação necessária à correta avaliação dos danos e ao enquadramento das intervenções propostas.

Durante o período em análise, foi concluída a primeira apreciação das 10.807 candidaturas submetidas, representando a conclusão de uma etapa fundamental deste processo. Este trabalho permitiu sistematizar e validar a informação recolhida, identificar situações que careciam de elementos adicionais ou de análise complementar e criar as condições necessárias para o prosseguimento das fases subsequentes de avaliação, validação e decisão dos apoios.

6.2. Apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil

Prossegue o acompanhamento do Serviço Municipal de Proteção Civil na caracterização da rede viária florestal afetada pela Tempestade Kristin, incluindo os trabalhos de reconhecimento e desobstrução no terreno e a articulação e coordenação entre as diferentes entidades envolvidas.

Foi prestado apoio às empresas externas envolvidas nos trabalhos, nomeadamente na organização, preparação e cedência de informação geográfica necessária ao desenvolvimento das respetivas atividades, garantindo o acesso a dados atualizados e adequados às necessidades das intervenções em curso.

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E INOVAÇÃO

Considerações Gerais - Principais Atividades desenvolvidas

O Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação assegura a definição e execução da estratégia municipal de tecnologias de informação, promovendo a transformação digital, a inovação, a segurança e a interoperabilidade dos sistemas e serviços municipais. Compete-lhe garantir a gestão integrada das infraestruturas tecnológicas, aplicações e dados, assegurando a fiabilidade, eficiência e sustentabilidade dos recursos digitais. A Divisão de Segurança e Infraestruturas Digitais é responsável pela gestão, manutenção e segurança das infraestruturas tecnológicas, redes e sistemas centrais. A Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações desenvolve, integra e gere os sistemas aplicacionais, assegurando o suporte aos utilizadores, a qualidade da informação e o apoio à decisão. Em conjunto, promovem a modernização administrativa, a desmaterialização de processos e a oferta de serviços digitais ao cidadão.

Procedimentos de contratação

- Aquisição de equipamentos ativos de rede ecossistema UBIQUITI - Modernização de Redes de Estabelecimentos Escolares;
- Aquisição de Hardware para estabelecimentos de ensino e serviços municipais;
- Reforço do licenciamento CHATGPT;
- Aquisição do domínio leiria.pt;
- Renovação e ampliação do licenciamento Microsoft Office 365;
- Renovação do licenciamento e serviços universo AIRC 2027;
- Renovação e ampliação do Licenciamento universo Adobe;
- Renovação e ampliação do Licenciamento do universo Autodesk;
- Renovação e ampliação de Licenciamento da aplicação HER - Gestão do Risco e respetivo suporte;
- Renovação e atualização do licenciamento CYPE - 2026-2029;
- Aquisição de Equipamentos NFC para Utilização do Cartão Municipal em Contexto Escolar;
- Aquisição de telemóveis para o Executivo Municipal;
- Renovação dos Serviços de Alojamento, Suporte, Manutenção e Evolução do SBI Metrology;
- Renovação dos Serviços de Manutenção, Suporte e Evolução das Soluções do Universo WireMaze;
- Aquisição de plataforma de gestão documental, atendimento e balcão eletrónico;
- Renovação do contrato de manutenção das aplicações do universo Medidata (EsPublico);
- Renovação de serviços técnicos especializados em sistemas e tecnologias de informação.

Apoio e participação em projetos transversais

- Plataformas de denúncia;
- Plataforma de gestão de ocorrências (Leiria Repara);
- Serviços ao Cidadão;
- Modernização Administrativa;
- Apoio em diversas plataformas e *sites* para gestão diversa;
- Apoio à análise de projetos ITED de obras municipais;
- Preparação e participação nas reuniões da Assembleia Municipal e de Câmara;
- Projeto Cartão de Leiria (leiriamais.leiria.pt);
- Orçamento Participativo;
- Inteligência Artificial.

Inteligência Artificial

- Desenvolvimento do sistema de Inteligência Artificial de apoio à gestão de cibersegurança do DETDI, projeto denominado "Security Intelligence HUB", com recurso a meios on-premises de inteligência artificial.

Planeamento, reporte e articulação institucional

- Elaboração e consolidação de relatórios periódicos de atividades do Departamento;
- Participação em reuniões técnicas e estratégicas, assegurando a articulação institucional;
- Contributo para o alinhamento das soluções aplicacionais com os objetivos de transformação digital e modernização administrativa do Município de Leiria.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS DIGITAIS**Gestão de *datacenters* e infraestruturas centrais**

- Manutenção de máquinas virtuais, servidores e sistemas operativos, garantindo atualizações regulares de segurança;
- Gestão de *backups*, espaço de armazenamento, *firewalls*, *routers* e continuidade dos serviços tecnológicos;
- Migração de infraestruturas de servidores associadas a vários equipamentos e serviços municipais, numa perspetiva de melhoria contínua e atualização tecnológica.

Redes, comunicações e conectividade

- Gestão das centrais telefónicas, comunicações fixas e móveis, acessos à Internet, *M2M*, *VPN's*, *IPs* públicos e *DNS*;
- Implementação e planeamento do alargamento das comunicações (*internet*, voz *IP* e cablagem estruturada) a escolas, espaços do cidadão e edifícios municipais;
- Configuração, instalação e manutenção de equipamentos ativos de rede (*switches*).

Infraestruturação de espaços municipais

- Manutenção de bastidores, redes cabladas e redes *wireless*;

- Desenvolvimento de projetos de infraestruturação tecnológica em diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Realização de levantamentos técnicos de infraestruturas de rede em múltiplos locais.

Segurança da informação e sensibilização de utilizadores

- Monitorização contínua de sistemas, redes, antivírus, *firewalls* e VPN's;
- Implementação e acompanhamento das medidas decorrentes do Decreto-Lei n.º 65/2021 (Cibersegurança);
- Auditorias técnicas, reforço de políticas de *passwords* e *compliance*, controlo de acessos físicos e utilização de ferramentas de gestão centralizada do parque informático;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre boas práticas de segurança da informação (Projeto RADAR Ciber), proteção de contas e utilização adequada dos recursos digitais;
- Análise e mitigação de incidentes de segurança, nomeadamente relacionados com *phishing* e outras formas de fraude informática;
- Articulação com as políticas municipais de segurança e cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Redes *wireless* e videovigilância

- Incremento da capacidade das redes *wireless's* privadas municipais (cerca de 165 antenas, distribuídas pelos vários edifícios Municipais);
- Gestão dos sistemas de videovigilância municipais e planeamento da sua modernização. Novos sistemas de videovigilância disponibilizados no Cemitério Municipal, Mercado de Falcão, Biblioteca Municipal, Galeria Mercado de Santana, Canil Municipal e zona técnica do Datacenter do Município de Leiria.

Procedimentos de contratação infraestrutural

- Apoio à gestão de concursos e aquisições relacionadas com comunicações, *hardware* de redes, fibras óticas, alojamento e manutenção de sistemas de suporte infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

Inteligência Artificial

- Apoio às implementações do DETDI, nas valências específicas nas áreas da sua competência.

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E APLICAÇÕES

Suporte a utilizadores a apoio operacional

- Encerramento de 1816 pedidos de suporte registados através do serviço de suporte;
- Prestação contínua de suporte técnico aos utilizadores, assegurando a resolução de pedidos relacionados com aplicações corporativas, ferramentas de produtividade e equipamentos informáticos;
- Apoio na organização, otimização e reestruturação de caixas de correio eletrónico e objetos da AD;

- Realização de intervenções técnicas locais e remotas, garantindo a continuidade operacional dos serviços municipais.

Formação, capacitação e apoio funcional

- Apoio funcional e formativo aos serviços municipais na utilização das aplicações de gestão autárquica;
- Promoção da correta utilização dos sistemas e contributo para a desmaterialização de processos e modernização administrativa;
- Apoio nas áreas financeira, ação social e obras municipais.

Gestão aplicacional e continuidade dos sistemas

- Gestão, manutenção e acompanhamento das aplicações municipais, com especial enfoque na transição anual das plataformas *AIRC*, *ERP*, *MyNet* e *SPO*;
- Articulação com fornecedores e serviços internos para execução, validação e acompanhamento de procedimentos técnicos críticos;
- Monitorização da estabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação;
- Apoio à gestão das políticas de segurança aplicacional e sensibilização de utilizadores.

Gestão do parque informático e apoio a estabelecimentos de ensino

- Gestão, acompanhamento e manutenção do parque informático afeto aos utilizadores finais;
- Instalação e substituição de equipamentos informáticos;
- Apoio técnico aos estabelecimentos de ensino, incluindo acompanhamento de pedidos e incidentes reportados através das plataformas existentes;
- Apoio à abertura de novos estabelecimentos escolares, nomeadamente a Escola Básica D. Dinis e a Escola Básica Integrada de S. Romão.

Procedimentos de contratação aplicacional

- Apoio à gestão de procedimentos concursais relacionados com licenciamento de *software* aplicacional, plataformas digitais, soluções de inteligência artificial e ferramentas de produtividade infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

Inteligência Artificial

- Apoio às implementações do DETDI, nas valências específicas nas áreas da sua competência;
- Apoio aos diversos projetos de inteligência artificial em curso;
- Disponibilização e configuração de duas máquinas de elevada performance para utilização específica na área da inteligência artificial.

Projetos

- Desenvolvimento do site *leiriaeconomia*;
- Adaptação da plataforma do orçamento participativo ao OP Jovem.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO**1. Enquadramento**

O presente Relatório de Atividades visa dar cumprimento ao dever de reporte à Assembleia Municipal, apresentando a atividade desenvolvida pelo Departamento Financeiro e respetivas divisões no período em referência, nos termos da estrutura orgânica vigente.

O Departamento Financeiro integra as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira;
- Divisão de Controlo da Receita;
- Divisão de Património Municipal.

A atividade desenvolvida encontra-se sistematizada por divisão, evidenciando-se as principais ações e indicadores do período.

O Departamento Financeiro desenvolveu, no período em análise, as competências que lhe estão atribuídas no âmbito da estrutura orgânica vigente, assegurando a regularidade e o acompanhamento das áreas financeira, patrimonial e de controlo da receita.

Mantém-se como prioridade a consolidação dos procedimentos e a monitorização da atividade, em articulação com os serviços municipais.

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA**2. Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira (DICGF)**

No período em análise, a Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira assegurou o normal funcionamento dos circuitos contabilísticos e o cumprimento das obrigações legais em matéria de registo e reporte financeiro, bem como o apoio técnico-financeiro à gestão municipal.

Sem prejuízo da informação detalhada constante do Relatório Financeiro elaborado autonomamente, a atividade da Divisão incidiu ainda, designadamente, na validação e acompanhamento dos registos contabilísticos, na articulação com a Tesouraria Municipal e no apoio técnico aos restantes serviços.

DIVISÃO DE CONTROLO E RECEITA**3. Divisão de Controlo da Receita (DICR)****3.1 Enquadramento da atividade desenvolvida**

A Divisão de Controlo da Receita desenvolveu atividade no domínio da emissão, regularização e acompanhamento administrativo da receita municipal, assegurando a emissão e conferência de documentos de receita, designadamente faturas, anulações, estornos e declarações de não dívida, bem como o acompanhamento de pendências associadas à respetiva tramitação.

Assegurou igualmente a instrução, tramitação e acompanhamento dos processos de execução fiscal, incluindo a articulação com a Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente aos processos abrangidos pelo protocolo aplicável, bem como o acompanhamento de pagamentos, extinções, penhoras e demais atos inerentes à cobrança coerciva. No período em análise, foram ainda prosseguidos trabalhos de melhoria da

monitorização e sistematização da informação relativa às execuções fiscais, com vista ao reforço da fiabilidade dos indicadores de acompanhamento e reporte.

No âmbito do controlo da receita, prosseguiram os trabalhos de análise e sistematização dos circuitos de tramitação dos procedimentos associados à receita municipal, incluindo a identificação de pendências, responsabilidades, pontos de controlo e necessidades de uniformização procedimental.

A atividade da Divisão incluiu ainda o acompanhamento de matérias específicas relacionadas com rendas e outras receitas municipais, bem como a emissão de pareceres e contributos técnicos relativos ao respetivo enquadramento contabilístico, fiscal e procedimental.

Paralelamente, a DICR manteve intervenção em matérias de natureza transversal, em apoio ao Departamento Financeiro e a outras unidades orgânicas, designadamente no acompanhamento de procedimentos associados à tempestade «Kristin», incluindo a centralização da informação relativa a donativos e o apoio à respetiva tramitação, bem como em procedimentos de contratação e outras matérias de natureza financeira e administrativa.

3.2 Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Emissão e Gestão da Receita	N.º de documentos de receita relativos a transferências correntes e de capital emitidos e conferidos	129
	Valor total das transferências correntes e de capital emitidas e conferidas (€)	45 791 167,81
	N.º de documentos de receita relativos a rendas para fins não habitacionais e concessões emitidos e conferidos	104
	Valor total das rendas e concessões emitidas e conferidas (€)	113 834,82
	N.º de anulações emitidas e conferidas	94
	Valor total das anulações emitidas e conferidas (€)	335 565,02
	N.º de anulações conferidas (emitidas pelos restantes serviços)	20
	Valor total das anulações conferidas (€) (emitidas pelos restantes serviços)	503 060,27
	N.º de estornos à receita emitidos e conferidos	90
	Valor total dos estornos emitidos e conferidos (€)	714 886,61
	N.º de declarações de não dívida emitidas	536
Execuções Fiscais	N.º de processos de execução fiscal (PEF) com dívida no final do período [1]	12 721
	Valor total em dívida (€)	470 106,46
	N.º de processos/registos integrados no circuito de cobrança coerciva no período	110
	↳ PEF de tramitação municipal	11
	↳ Registos encaminhados para instauração/tramitação pela AT	99
	Valor total associado aos processos/registos integrados no período (€) [2]	4 563,91
	N.º de processos extintos no período [3]	480

Área	Indicador	Resultado
	↳ dos quais, extintos por pagamento	480
	N.º de citações emitidas	11
	N.º de notificações emitidas	0
	N.º de guias emitidas	325
	Valor total recebido no âmbito dos processos de execução fiscal (€) [4]	13 434,55
	↳ Quantia exequenda (€)	10 619,15
	↳ Juros de mora, taxa de justiça e encargos (€)	2 815,40

[1] O stock de processos de execução fiscal foi apurado diretamente na aplicação de execuções fiscais, considerando os processos com dívida à data de referência e o respetivo valor de dívida exequenda.

[2] Os valores apresentados respeitam à quantia exequenda.

[3] Os processos extintos são imputados ao período de acordo com a respetiva data de extinção registada na aplicação.

[4] O valor total recebido corresponde aos pagamentos registados no período, incluindo pagamentos parciais, independentemente de o processo se encontrar ou não integralmente extinto, compreendendo quantia exequenda, juros de mora, taxa de justiça e encargos.

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

4. Divisão de Património Municipal (DIPM)

4.1 Enquadramento da atividade desenvolvida

No período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto, a atividade da DIPM focou-se na otimização da gestão de bens móveis e imóveis que integram o domínio público privado da Autarquia, bem como na regularização e acompanhamento dos respetivos procedimentos administrativos, patrimoniais e contabilísticos, destacando-se as seguintes ações:

Inventário e cadastro- Procedeu-se à inventariação e ao registo de 1.617 novos bens, garantindo a correspondência entre o registo patrimonial e a realidade física existente.

Abates- Foram instruídos e concluídos 7 processos de abate ao património físico e contabilístico, incluindo material informático e escolar, num total de 71 bens.

Regularização registral, incluindo pedidos de registo novos- Foram desencadeados diversos procedimentos, visando a segurança jurídica quanto à titularidade dos bens, incluindo a constituição de propriedade horizontal do Mercado Municipal e de habitações sociais.

Procedimentos de alienação/aquisição- Foram celebradas três escrituras de compra e venda de imóveis, incluindo duas relativas ao parque empresarial de Monte Redondo.

Hastas públicas- Foram preparados 3 cadernos de encargos e 3 programas de procedimentos, destinados à realização de hastas públicas, tendo sido igualmente assegurados os demais atos procedimentais necessários, designadamente a participação nas sessões de hasta pública e a elaboração das respetivas minutas de contratos.

Gestão de seguros – Foi instruído o procedimento destinado à contratualização da corretora de seguros do Município de Leiria, visando assegurar a mediação e a gestão da carteira da apólice da Autarquia.

Sinistros automóveis- Procedeu-se ao acompanhamento e à instrução de processos relativos a sinistros, em articulação com a respetiva seguradora, assegurando o tratamento e seguimento dos processos até à sua resolução.

Gestão dos contratos de arrendamento- Foi assegurada a gestão de contratos de arrendamentos ativos e passivos, em que o Município de Leiria é senhorio ou arrendatário, incluindo o tratamento de processos de trespasse, regularização e atualização de rendas.

Chama-se a atenção para os arrendamentos a efetuar no âmbito da transferência de competências da saúde.

Dívidas: Tratamento de processos administrativos visando a regularização de dívidas motivadas por falta de pagamento das rendas devidas ao Município de Leiria.

Aquisição de bens e serviços- Procedeu-se à instrução e acompanhamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento das atividades municipais, emitindo pareceres sempre que tal se mostrou necessário.

Entidades participadas- Foi concluído o processo de recolha, análise e tratamento dos dados contabilísticos relativos às entidades participadas pelo Município, com vista ao preenchimento dos respetivos mapas SIPART e subsequente envio à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

4.2 Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Inventário geral	N.º total de bens inventariados	1617
	Valor total inventariado (€)	1 899 273,68
	N.º total autos de abate	7
Bens móveis – inventariação	N.º de bens móveis inventariados	1605
	Valor total dos bens móveis inventariados (€)	958 454,17
Bens imóveis – inventariação	N.º total de bens imóveis inventariados	12
	Valor total dos bens imóveis inventariados (€)	940 819,51
	N.º total de escrituras	5
	N.º de desafetações do Domínio Público	0
	Valor das desafetações do Domínio Público (€)	0,00
Imóveis – aquisições	N.º de imóveis adquiridos	9
	Valor dos imóveis adquiridos (€)	880 752,77
Imóveis – onerações – direitos de superfície	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de escrituras de reversão	0
Imóveis – onerações – comodatos	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de contratos extintos	0
Imóveis – onerações – arrendamentos/concessões	N.º de novos contratos de arrendamento/concessão	2
Imóveis – alienações	N.º de imóveis alienados	0
	Valor dos imóveis alienados (€)	0,00
Procedimentos	N.º total de procedimentos tramitados	3
	N.º de novos contratos celebrados	2

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Pareceres	N.º de pareceres emitidos	92
	N.º minutas preparadas a pedido dos serviços	16
Regulamentos	N.º total procedimentos iniciados	2
	N.º de procedimentos elaboração iniciados	1
	N.º de procedimentos alteração/revisão iniciados	1
	N.º total procedimentos transitados	20
	N.º total procedimentos concluídos	1
Responsabilidade civil extracontratual	N.º de processo em curso	319
	N.º de processos concluídos	26
	N.º de processos desertos	0
	N.º de processos indeferidos	16
	N.º de processos deferidos	10
	Valor de indemnizações pagas pela seguradora	10.003,27€
Danos em património municipal	N.º de processo em curso	41
	N.º de processos concluídos	11
	Valor de indemnizações pagas ao ML	5.339,00€
Contraordenações gerais	N.º de processo em instrução	379
	N.º de processos com decisão	50
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	4.004,00€
Contraordenações ambientais	N.º de processo em instrução	75
	N.º de processos com decisão	10
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	2.929,50€
Contraordenações económicas	N.º de processo em instrução	94
	N.º de processos com decisão	15
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	2.353,01€

Contraordenações rodoviárias	N.º de processo em instrução	3105
	N.º de processos com decisão	1340
	N.º de Execuções judiciais	11
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	31.034,10€
Processos de inquérito/disciplinares	N.º de processos de inquéritos instaurados	1
	N.º de processos de inquéritos em curso	0
	N.º de processos de inquéritos findos	1
	N.º de processos de disciplinares instaurados	0
	N.º de processos de disciplinares em curso	0
	N.º de processos de disciplinares findos	0
Processos contencioso	N.º TOTAL de processos em curso	87
	N.º de processos em curso demandados pelo ML	68
	N.º de processos em curso demandados contra o ML	19
	N.º de novos processos	2
	N.º de processos concluídos	8
	N.º de processos concluídos com decisão favorável	8
	N.º de processos concluídos com decisão desfavorável	0

Neste período, no que se refere à atuação do Departamento Jurídico, serão de destacar as seguintes atividades:

- Alteração ao Regulamento do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria;
- Preparação das Adendas aos Acordos e aos Autos de Transferência de Competências.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS

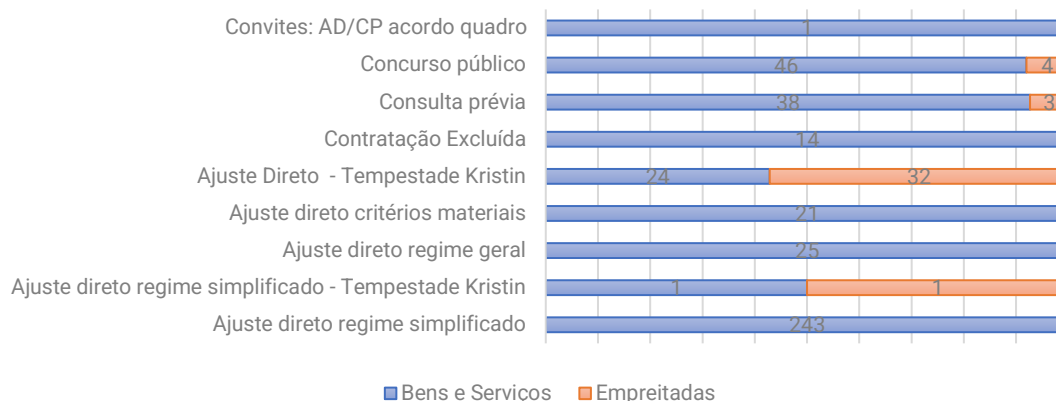
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No período a que se refere o presente relatório, a Divisão de Contratação Pública desenvolveu a sua ação procedendo à realização de procedimentos administrativos de contratação, no âmbito dos quais resultou:

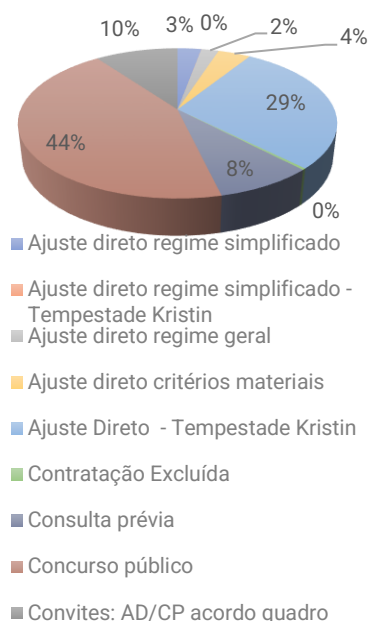
- Prestação de informações técnicas, na sequência de pedidos de apoio realizados pelas unidades orgânicas em relação a procedimentos de contratação a iniciar e ou em instrução – 31 Informações;
- A **adjudicação** de 453 contratos, no valor global de **€20.353.793,10**;
- A tramitação, **em curso**, de **109** procedimentos, cujo preço base total dos mesmos é de **€19.220.422,37**.

Os gráficos seguintes ilustram, sucintamente, a atividade registada ao nível dos procedimentos de contratação adjudicados, por tipo de procedimento e por tipologia de contrato:

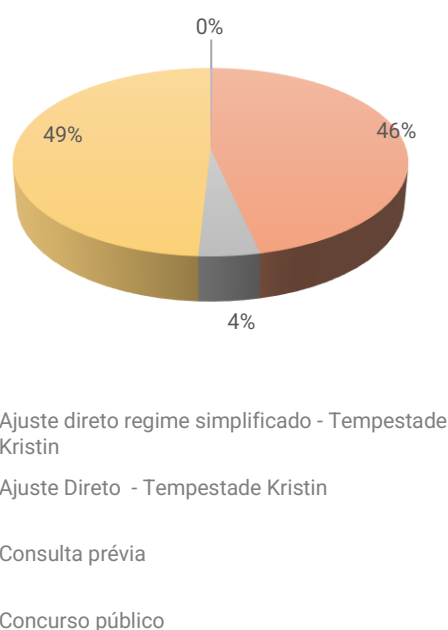
Número de Contratos Adjudicados



Bens e Serviços - Distribuição do valor adjudicado



Empreitadas - Distribuição do valor adjudicado



De destacar, ainda, os seguintes indicadores:

- As adjudicações de **bens e serviços** totalizaram **€13.294.640,45**, representando 65% do valor total adjudicado, predominando sobre as **empreitadas**, que totalizaram **€7.059.152,65**;
- Em termos de quantidades do total de contratos adjudicados, a maioria (54%) diz respeito a **ajustes diretos regime simplificado** (243 contratos).

Ao abrigo de ajuste direto por critérios materiais foram adjudicados 21 contratos, conforme tabela abaixo:

Nome Fornecedor	Objeto	Valor
WIREMAZE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 275/2026/DICP – Aquisição de Serviços para integração das aplicações WireMaze com serviços da ARTE no âmbito da candidatura “Identidade digital no Município de Leiria - Integração de ferramentas eAI	€23.160,00

ATMOSENSATION, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 288/2026/DICP - Contratação de animação musical para convívio sénior - Praça da Gastronomia	€8.985,00
WIREMAZE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 263/2026/DICP - Desenvolvimento de website Leiria+Economia	€4.045,88
ATMOSENSATION, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 282/2026/DICP - Contratação de prestação de serviços de atuações musicais dos artistas: "A TÔA, Smille Like 90's e Rita Guerra", no âmbito do Festival da Sardinha 2026	€28.000,00
EVK EXPERIENCES, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 222/2026/DICP - Aquisição e substituição de multimédia (Hardware e Software) da exposição de longa duração do Museu de Leiria, referente aos núcleos do Castelo de Leiria e Moedas romanas	€6.020,00
WECUL, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 284/2026/DICP - Renovação, pelo período de 12 meses, da subscrição do serviço de leitura digital pressreader, para a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira	€6.970,00
ESPETÁCULOS À MANEIRA, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 243/2026/DICP - Prestação de serviços de atuações musicais no âmbito da realização do evento Festival da Sardinha 2026	€9.000,00
EDNI - EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MATERIAL INFORMÁTICO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 298/2026 - Aquisição de equipamento informático para apetrechamento da nova Unidade de Saúde da Barreira	€23.221,08
EDNI - EMPRESA DISTRIBUIDORA DE MATERIAL INFORMÁTICO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 293/2026/DICP - Aquisição de equipamento informático para apetrechamento da nova Unidade de Saúde dos Pousos	€19.161,59
ESCRINOVA - MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 305/DICP/2026 - Aquisição de mobiliário para apetrechamento da nova Unidade de Saúde dos Pousos	€30.387,00
ARTIFOFO - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E FARMACÊUTICOS, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 299/2026 - Aquisição de equipamento médico para apetrechamento da nova Unidade de Saúde da Barreira	€56.228,96
ARTIFOFO - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E FARMACÊUTICOS, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 304/2026/DICP - Aquisição de equipamento médico para apetrechamento da Nova Unidade de Saúde dos Pousos	€42.107,90
EIPWU, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 303/2026/DICP - Prestação de serviços de produção, realização e emissão do programa as Novas 7 Maravilhas de Portugal	€55.000,00
ATMOSENSATION, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 324/2026/DICP - Contratação de serviços de atuação de bandas para arruadas a realizar no âmbito do Festival da Sardinha 2026	€9.130,00
AMERICO MONTEIRO - ESTUDIOS DE GRAVAÇÃO AUDIO E VIDEO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 343/2026/DICP - Prestação de serviços de atuação musical do artista EMANUEL, no âmbito do Festival da Sardinha 2026	€14.000,00
M. S. Cariano, Lda.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 329/2026/DICP - Locação de Máquinas Industriais, Equipamentos de Elevação e Transportes Normais e Especiais, na modalidade de fornecimento contínuo, inclui serviços conexos	€103.142,70
SOCIEDADE ARTISTICA MUSICAL DOS POUSOS	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 334/2026 - Contratação de Oficinas pedagógicas "Léguas de Línguas e o "Rebelde do Lapedo" dinamizadas pela SAMP	€2.991,00
ASSOCIAÇÃO YEHUDI MENUHIN PORTUGAL	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 314/2026/DICP - Contratação de serviços de desenvolvimento do projeto pedagógico "Mus-E" nos estabelecimentos de ensino do território educativo de Marrazes	€36.812,00

MAR E PALCO - PRODUÇÕES E EVENTOS, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 348/2026/DICP - Prestação de serviço de atuação musical dos artistas "NÉMANUS" no âmbito do Festival da Sardinha 2026	€16.500,00
ERMIDAS & BRUMAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 364/2026/DICP - Contratação de serviços artísticos e culturais para apresentação de espetáculos teatrais	€14.000,00
IMOCHIADO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DO CHIADO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 272/2026/DICP - T-104/2026 - Aquisição de projeto para recuperação dos espaços exteriores do núcleo amuralhado do Castelo de Leiria	€14.715,00

No que diz respeito ao valor, destacam-se as adjudicações a seguir apresentadas, que correspondem a 35% do montante total adjudicado (€20.353.793,10):

Valor Adjudicado	Procedimento
€2.227.939,18	Concurso Público n.º 56/2026/DICP - T-37/2020 - Requalificação do conjunto urbano das instalações da Antiga Adega Cooperativa das Cortes
€1.979.440,63	Concurso Público n.º 38/2026/DICP - Contratação de serviços de acompanhamento do fornecimento e ou distribuição de refeições escolares e serviços de acompanhamento e de dinamização de atividades socioeducativas no âmbito das atividades de animação e apoio à família (AAAF) e do apoio às famílias especiais (AFE) e outras ações de apoio ao desenvolvimento do projeto educativo municipal (PEM)
€1.569.966,44	Concurso Público n.º 60/2026/DICP - Aquisição de serviços de higiene e limpeza, incluindo fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza, nas instalações do Município de Leiria
€1.330.927,24	Consulta Prévia n.º 22/2026/DCIP - Prestação de serviços combinados de vigilância e de ligação a central de alarmes, ao abrigo do Acordo Quadro [CIMRL-AQ/5/2022]

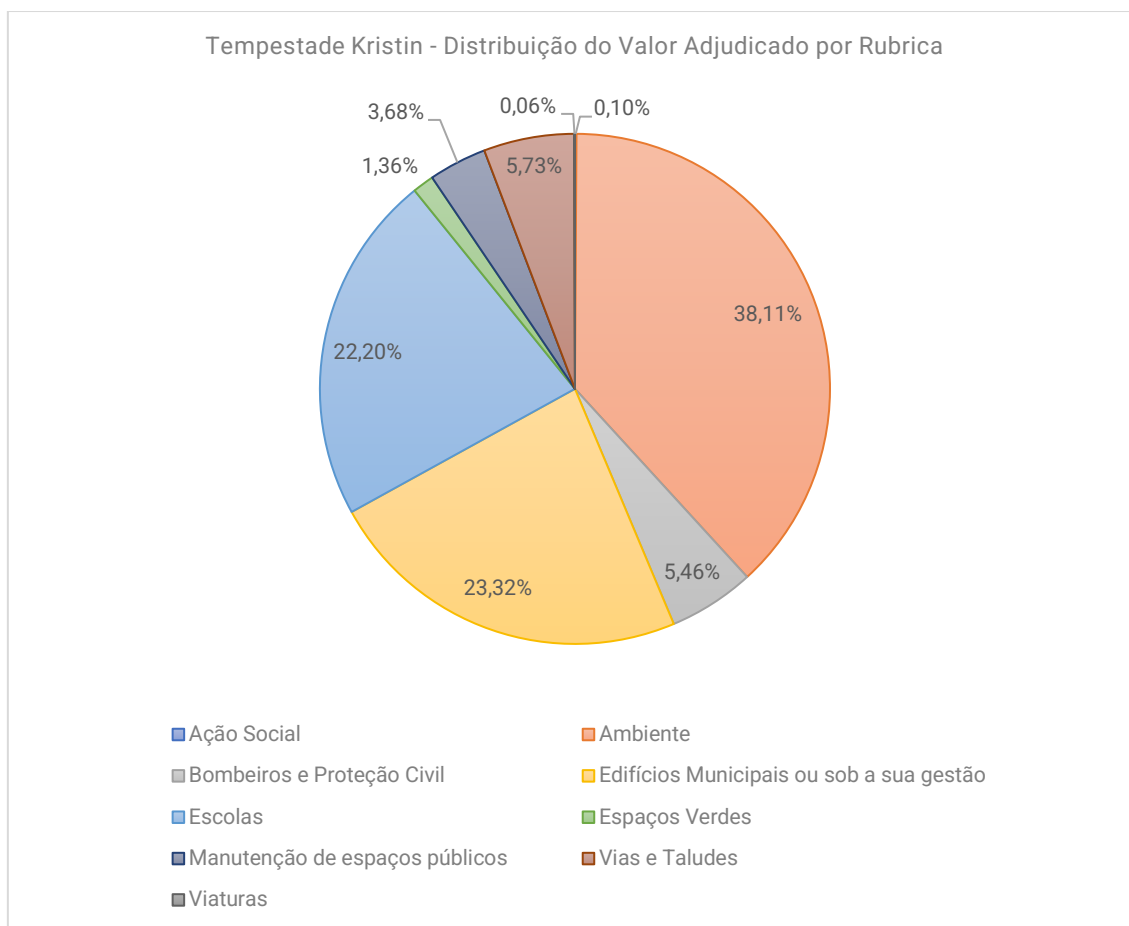
Despesa Associada à Tempestade Kristin

Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, ocorrida na madrugada de 28 de janeiro, foram adotadas medidas excecionais de resposta e recuperação, enquadradas legalmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e respetivas renovações, que declararam a situação de calamidade e autorizaram a adoção de mecanismos excecionais de contratação e despesa pública.

Complementarmente, o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, veio estabelecer um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira, destinado à reconstrução e reabilitação de património e infraestruturas, bem como prestação de apoio às populações, designadamente no que respeita à formação dos contratos de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, destinados à realização das intervenções necessárias para resposta aos danos causados pelo fenómeno meteorológico extremo.

No âmbito das medidas adotadas no período em apreço, foram adjudicados **66** contratos, no valor global de **€7.135.036,48**, que correspondem a **35%** do montante total adjudicado (€20.353.793,10).

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do valor dos contratos adjudicados por rubrica, destacando-se as rubricas do ambiente, Edifícios Municipais ou sob a sua gestão e escolas como as mais representativas, com 38,11%, 23,32% e 22,20%, respetivamente.



No período em apreço, foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos respeitantes aos seguintes procedimentos:

- Consulta Prévia n.º 16/2026/DICP - Fornecimento e distribuição agregado, por lotes, de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – Lote 1, contrato n.º 317/2026, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., outorgado a 24 de junho de 2026, visado na sua sessão diária de visto de 30/07/2026;
- Consulta Prévia n.º 16/2026/DICP - Fornecimento e distribuição agregado, por lotes, de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – Lote 2, contrato n.º 332/2026, celebrado entre o Município de Leiria e o Consórcio ICA e Nordigal, outorgado a 26 de junho de 2026, visado na sua sessão diária de visto de 30/07/2026;
- Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, celebrado entre o Município de Leiria e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, outorgado a 15 de junho de 2026, a aguardar visto;
- Concurso Público n.º 38/2026/DICP - Contratação de serviços de acompanhamento do fornecimento e ou distribuição de refeições escolares e serviços de acompanhamento e de dinamização de atividades socioeducativas no âmbito das atividades de animação e apoio à família (AAAF) e do apoio às famílias especiais (AFE) e outras ações de apoio ao desenvolvimento do projeto educativo municipal (PEM), contrato n.º 409/2026, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Know How - Sociedade de Ensino de Línguas e Ação Social, Unipessoal Lda., outorgado a 4 de agosto de 2026, a aguardar visto.

No mesmo período, foram ainda submetidos a fiscalização concomitante do Tribunal de Contas, os contratos respeitantes aos trabalhos complementares dos seguintes procedimentos:

- Concurso Público n.º 104/2024/DICP - T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão – Leiria;
- Concurso Público n.º 45/2024/DICP – T-57/2018 - Construção de Rotunda na E.N.242 (Variante Da Barosa), Barosa, Leiria;
- Concurso Público n.º 37/2024/DICP - T-40/2023 - Construção da Central de Mobilidade de Leiria.

Neste período, foram apresentadas observações, em sede de audiência prévia, pelos seguintes concorrentes:

- **APRI - MOBILIÁRIO, TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Consulta Prévia n.º 35/2026/DICP - Aquisição de mobiliário para a Loja de Cidadão e Espaços Cidadão (Juntas e União de Freguesia);
- **ITSREADY - PROJETOS DE IMAGEM, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 32/2026/DICP - Reparação, produção e instalação de telas para o topo norte do Estádio Municipal de Leiria (Interior e Exterior) devido à Tempestade Kristin;
- **RAMOS STS PORTUGAL VESTUÁRIO DE PROTEÇÃO, DESCARTÁVEIS & ACESSÓRIOS, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 26/2026/DICP - Aquisição por lotes de equipamentos de proteção individual, na modalidade de fornecimento contínuo - Lote 1;
- **GRANDALVO – EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 26/2026/DICP - Aquisição por lotes de equipamentos de proteção individual, na modalidade de fornecimento contínuo - Lote 1;
- **WAVECOM – SOLUÇÕES RÁDIO, S.A.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 62/2026/DICP - Aquisição de equipamentos ativos de rede ecossistema UBIQUITI - Modernização de redes de Estabelecimentos Escolares;
- **P.R.N. – INFORMÁTICA, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 41/2026/DICP - Aquisição, por lotes, de Equipamento Informático e Audiovisual para Diversas Escolas;
- **INFORABREU, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 41/2026/DICP - Aquisição, por lotes, de Equipamento Informático e Audiovisual para Diversas Escolas;
- **REDPOST DESIGN, CRIATIVIDADE E COMUNICAÇÃO, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 61/2026/DICP - Prestação de serviços para projeto de comunicação e ativação de marca: Orçamento Participativo Jovem 2026;
- **MASSISTANCE, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 71/2026/DICP - Aquisição, por lotes de equipamento hoteleiro e eletrodomésticos para as diversas escolas na modalidade de fornecimento contínuo;
- **TECNORÉM – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 13/2026/DICP - T-45/2026 - Reconstrução da Escola EB 2,3 dos Marrazes.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

No que se refere às tarefas cometidas à Divisão de Gestão de Contratos, será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido no período a que se refere o presente relatório, o seguinte:

- Prestação de informações técnico-jurídicas, na sequência de pedidos de apoio realizados sobre a execução de contratos decorrentes de procedimentos de contratação ou com estes relacionados – **19 Informações**;
- Acompanhamento da execução dos contratos de fornecimento contínuo, ao nível financeiro e controlo das quantidades, tendo sido movimentadas **2.016 faturas**, no **montante total de €11.566.864,95** (IVA incluído);
- Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, foram emitidos **8 pedidos de fornecimento**, nos procedimentos em vigor, no montante total de **€117.264,65**(IVA incluído);
- Promoção das diligências para a avaliação dos fornecedores / prestadores de serviços / empreiteiros, tendo sido avaliados no período em apreço **46 contratos**;
- O desencadeamento dos diversos processos de aquisição, por fornecimentos contínuos, bem como a monitorização e execução dos que se encontram em vigor, a fim de fazer face às necessidades decorrentes da atividade e/ou intervenção municipal;
- Realização do inventário semestral
- Prestação de Serviços no Armazém Solidário, receção e entrega de bens à população em geral, ao abrigo do programa “Reerguer Leiria”.

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL**DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL****1. Programa de Comparticipação à Aquisição de Medicamentos do Concelho de Leiria**

Foram apresentadas 75 candidaturas, das quais, 39 deferidas, 10 indeferidas e 26 em análise.

2. Programa de Comparticipação ao Arrendamento do Município Leiria

Foram rececionadas 25 candidaturas, das quais 8 deferidas, 5 indeferidas, 1 apreciadas liminarmente e 11 em análise. Neste período existiam 246 processos ativos, dos quais 4 cessaram, 7 terminaram, ficando ativos 235 processos familiares.

3. Programa Creche Para Todos

Não foram apresentadas candidaturas para a integração em creche da rede privada devido à existência do programa nacional Creche Feliz.

4. Fundo Municipal de Emergência Social (FMES)

Foram apresentadas 31 candidaturas, das quais, 14 deferidas, 4 indeferidas e 13 em análise.

5. Táxi Social 65+

Foram rececionadas 7 candidaturas, das quais, 3 deferidas, 2 indeferidas e 2 em análise.

6. Banco Local de Voluntariado de Leiria

Foram registados 32 novos/as voluntários/as. Foram integrados/as 26 voluntários/as em programas de voluntariado de longa duração.

7. Programa Teleassistência

Foram rececionadas 2 candidaturas, das quais 1 indeferida e 1 em análise. No total, estão a usufruir do apoio 48 beneficiários.

8. Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)

Encontravam-se em situação de Sem Abrigo, 12 pessoas (10 homens e 2 mulheres), 20 pessoas no Morada Certa - Housing First (está um casal integrado numa habitação) e 10 pessoas integradas em Apartamentos Partilhados. O NPISA recebeu 3 novas sinalizações de PSSA, que se encontram a ser objeto de análise e avaliação.

9. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Foram realizados 378 atendimentos, 370 a particulares e 8 entidades.

10. Projeto Viver Melhor

Classes Mobilidade – 19 sessões, com uma média de 15 participantes por sessão; Capoeira – 10 sessões, com uma média de 5 participantes por sessão; Oficinas Criativas – 13 sessões, com uma média de 7 participantes; Atividade “A construir em conjunto” – 2 sessões, com uma média de 6 participantes; Celebração do Dia Mundial da Criança com 13 participantes; Visita ao CIA: Exposição sobre Mata dos Marrazes com 13 participantes; “Vamos Conviver: Juntos Reerguemo-nos” com 15 participantes; Arraial fim de ano Escola José Mattoso com 8 participantes; Piquenique no Parque de Merendas de Amor com 14 participantes; “Dança no Castelo para Todos” com 10 participantes; V Encontro Intermunicipal de Desporto Sénior com 13 participantes; Exercícios de Estimulação Cognitiva com 15 participantes; Álbum do Viver Melhor – 2 sessões com 6 participantes; Colorir Mandalas com 3 participantes; Passeio a São Martinho do Porto com 7 participantes.

11. SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) do Concelho de Leiria – Transferência de competências na área social

Realizados 1756 atendimentos descentralizados, 509 visitas domiciliárias, 843 contactos telefónicos e 565 articulações com serviços; 40 novos requerimentos de Rendimentos Sociais de Inserção (RSI) atribuídos; 18 ocorrências LNES. Atribuídos 14 Apoios económicos de carácter eventual.

Projeto + Perto de Si: Foram encaminhadas 16 pessoas para esta resposta; realizados 128 atendimentos de psicologia.

ALICE4U: Identificadas 78 pessoas para integração neste projeto.

12. Habitação

Relativamente à ELH, no âmbito do 1º Direito - AVISO Nº1 - RE-CO2i01/2021 – PRR. Conclusão da construção de 6 fogos de HS – Coimbrão e da requalificação de 1 fogo - Milagres e de 1 fogo - Sto. António do Carrascal. Início da construção 1 fogo – Monte Redondo.

13. Habitação Social Municipal

Foram realizados 13 pedidos de habitação social, no período em apreço.

Foram celebrados 8 contratos de arrendamento apoiado.

14. Pro Leiria

Foram analisadas e aprovadas, em Reunião de Câmara, a atribuição de auxílios financeiros a 5 instituições (4 na área da ação social e 1 na área da saúde) para implementação ou continuidade de atividades/projetos no valor de €138.236,50 e 2 candidaturas para apoio ao investimento (aquisição de equipamento e obras de requalificação) a efetuar por IPSS, no valor de €35.009,95.

DIVISÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Projeto Bata Branca

Continuidade do projeto.

Junho – 2691 consultas

Julho – 1644 consultas

Agosto – 874 consultas

2. Projeto Reminder

Junho – 25 consultas online

Julho – 25 consultas online

Agosto – 21 consultas online

A 31/8/2026 estavam em acompanhamento 12 jovens.

DEPARTAMENTO DE DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE DESPORTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

1. ASSOCIATIVISMO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DESPORTIVA

1.1. Apoio ao Associativismo Desportivo

1.1.1. PRO Leiria 2024 e 2025: Desbloqueamento das verbas referentes aos montantes do apoio, consoante os casos, após assinatura dos Contratos-Programa (40% do apoio) e entrega de 70% ou 100% dos comprovativos de despesa, relativas às correspondentes tranches do apoio;

1.1.2. PRO Leiria 2025: PRO Leiria - Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – controlo e encerramento dos processos, nomeadamente comunicação de documentação em falta relativamente às candidaturas apresentadas neste âmbito, designadamente Prática Desportiva Federada, Apoios Pontuais e atribuição de Espaços Desportivos;

1.1.3. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – Apoio Pontual, aprovado em Reunião de Câmara de 01.06.2026, no valor de €2.385,00 (dois mil trezentos e oitenta e cinco euros) – à Associação Cultural Recreativa Desportiva da Reixida, para a realização da "16.ª Edição dos Trilhos Loucos da Reixida" (€1.000,00); ao Fudoshin - Clube Kendo de Leiria, para a participação no "34 rd European Kendo Championships 2026 - Montenegro" (€750,00); Clube Recreativo de Carvide, para a realização da "4.ª Etapa do Portugal Teqball Tour 2026" (€200,00); ao Grupo Desportivo de Santo Amaro, para a realização do "Torneio de Aniversário Judo GDSA" (€435,00);

1.1.4. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – 1.ª Fase, aprovado em Reunião de Câmara de 15.06.2026, no valor de €255.450,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta euros), a 18 clubes do concelho;

1.1.5. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – Apoio Pontual, aprovado em Reunião de Câmara de 13.07.2026, no valor de €155.461,49 (cento e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e nove cêntimos) - Associação Desportiva e Recreativa dos Barreiros, para a “Requalificação Pavilhão Desportivo – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€19.655,89); ao Grupo de Atletismo da Caranguejeira, para a “Requalificação Pavilhão Desportivo – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€21.402,00); à Associação Recreativa Lugares Unidos, para a “Requalificação Sede Social e Balneários – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€20.100,00); ao Grupo Recreativo Amigos da Paz, para a “Aquisição Bancos Suplentes Campo Futebol 11 – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€5.299,48); à Juventude Desportiva do Lis, para a “Aquisição de Marcador Eletrónico - Pavilhão Desportivo” (€3.365,28); à União Desportiva de Leiria, para a “Requalificação Infraestrutura Desportiva – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€36.004,00); ao Trampolins Clube de Leiria, para a “Aquisição de Equipamentos Desportivos de Ginástica” (€2.500,00); à Associação Desportiva e Recreativa da Mata, para a “Requalificação Edifício Sede - Varanda – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€1.686,99); à Casa do Povo de Monte Real, para a “Reabilitação e Conservação do Edifício da Casa do Povo de Monte Real” (€14.630,85); ao Grupo Desportivo de Santo Amaro, para a Participação no “Campeonato do Mundo de Judo Veteranos - Bósnia” (€400,00) e para a “Requalificação Muro de Vedação Campo Futebol 11 – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€11.439,00); e ao Grupo Desportivo e Recreativo da Boavista, para a “Requalificação dos Balneários do Campo de Futebol – Danos Estruturais – Tempestade Kristin” (€18.978,00);

1.1.6. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – 2.ª Fase, aprovado em Reunião de Câmara de 24.08.2026, no valor de €197.520,00 (cento e noventa e sete mil quinhentos e vinte euros), a 5 clubes do concelho;

1.1.7. Outros Apoios Pontuais e Parcerias (apoios financeiros e logísticos - cedências de materiais, espaços e ofertas institucionais, a diversas entidades):

- Apoio financeiro de €1.000,00 (mil euros), à Associação Desportiva Cultural e Recreativa Bairro dos Anjos, para a realização do “BA Sport Fun Fest”, ratificado em Reunião de Câmara de 15 de junho de 2026;
- Cedência do EML e respetiva logística no valor estimado de €246,00 (duzentos e quarenta e seis euros), à Juventude Vidigalense para a realização do evento “XVII Torneio Mini Craque”, aprovado em Reunião de Câmara de 15 de junho de 2026;
- Apoio financeiro de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) e cedência do CMPL e respetiva logística no valor estimado de €713,69 (setecentos e treze euros e sessenta e nove cêntimos), à Associação de Natação do Distrito de Leiria, para a realização do “Taça ANDL - João da Silva Abreu”, ratificado em Reunião de Câmara de 26 de junho de 2026;
- Apoio financeiro no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Grupo Desportivo e Recreativo Bidoeirense, para a realização do “IV Kids Cup 2026”, ratificado em Reunião de Câmara de 29 de junho de 2026;
- Apoio financeiro no valor de €2.000,00 (dois mil euros), ao Grupo Recreativo Amigos da Paz, para a realização do “3ª Eliminatória da Taça de Portugal de Futebol de Praia Masculino e

Campeonato Nacional de Futebol Praia Feminino”, aprovado em Reunião de Câmara de 29 de junho de 2026;

- Apoio financeiro no valor de €72.000,00 (setenta e dois mil euros), Contrato-Programa com o Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria, para a “Requalificação Edifício Principal e Construção WC Adaptado e balneários”, aprovado em Reunião de Câmara de 27 de julho de 2026;
- Apoio financeiro no valor de €1.900,00 (mil e novecentos euros), ao Grupo Recreativo Amigos da Paz, para a participação na “Final Four do Campeonato de Elite Futebol de Praia – Braga”, aprovado em Reunião de Câmara de 10 de agosto de 2026;
- Apoio financeiro no valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), à Federação Portuguesa de Ténis, para a realização do evento “Leiria W50 Ladies Open”, aprovado em Reunião de Câmara de 24 de agosto de 2026.

1.2. Programa de Formação Desportiva

1.2.1. Leiria Bike

Coordenação do programa Leiria Bike, em parceria com os 8 Agrupamentos de Escola do concelho, que conta com a participação de 2000 crianças do primeiro ciclo no programa

1.3. Divulgação Desportiva

Atualização e publicação de conteúdos no Site, Facebook e Instagram do “leiriadesporto.pt”, com informação alusiva aos diversos programas desportivos municipais, eventos e iniciativas desportivas das Associações/Clubes Desportivos do Concelho, que decorreram entre os meses de junho a agosto de 2026.

2. PROGRAMA DE DESPORTO INFORMAL

2.1. Eventos Desporto Informal

Fazem parte desta programação os eventos Rede de Percursos Pedestres de Leiria, Leiria RUN 2026, Meia Maratona de Leiria, entre outros. Para o efeito, têm sido preparados os respetivos cadernos de encargos, planos de comunicação e dossiers de marketing, para apresentação junto dos eventuais parceiros públicos e privados (freguesias, clubes e associações/federações de modalidade, entidade privadas, etc.).

2.1.1. Rede de Percursos Pedestres de Leiria

Preparação dos Percursos Pedestres, contactos com as respetivas freguesias para definição dos percursos e demais logística, acompanhamento dos contactos a efetuar com as entidades particulares para a passagem nas suas propriedades, nomeadamente dos seguintes percursos:

- a) **Percorso Pedestre Santa Catarina da Serra:** decorreu na data de 7 de junho de 2026, com a participação de 280 caminhantes e colaboração logística da Freguesias de Santa Catarina da serra e da sessão Os Serranos Run Team, do clube União Desportiva da Serra;
- b) **Percorso Pedestre Nascente do Lis:** decorreu na data de 14 de junho de 2026, com a participação de 564 caminhantes e colaboração logística da União de Freguesias de Leiria, Pousos Barreira e Cortes e do Núcleo de Espeleologia de Leiria;
- c) **Percorso Pedestre da Ervideira:** decorreu na data de 21 de junho de 2026, com a participação de 329 caminhantes e colaboração logística da Freguesias de Coimbrão e do Clube de Orientação do Centro;

- d) **Percorso Pedestre Arrabal:** decorreu na data de 28 de junho de 2026, com a participação de 245 caminhantes e colaboração logística da Freguesias de Arrabal e do Núcleo de Espeleologia de Leiria;

2.1.2. Leiria Run 2026 | 19 de setembro de 2026

Coordenação e preparação do evento desportivo municipal, dando início aos procedimentos de contratação pública para as necessidades logísticas identificadas, bem como, a realização de diversas reuniões com parceiros e entidades públicas, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública, para a definição dos percursos do evento e cortes de trânsito.

3. PROGRAMA DE DESPORTO FORMAL

3.1. Programa Viver Activo e Academia Sénior

- Atendimento geral, de forma a dar resposta a questões relacionadas com os dois programas;
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores e também com a equipa administrativa para preparação de novas atividades e monitorização e avaliação das aulas e dos testes de aptidão física;
- Coordenação e acompanhamento das seguintes atividades extracurriculares do Programa Viver Activo:
- Coordenação e acompanhamento da Gala do programa Viver Activo, no dia 17 de junho de 2026 com a participação de 700 utentes.
- Coordenação e acompanhamento do 5º encontro Intermunicipal de Desporto Sénior, no dia 22 de junho de 2026, com a participação de 1500 participantes;

3.1.1. Leiria – Freguesias em Movimento

Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores para preparação das atividades, monitorização e avaliação das aulas;

Coordenação e acompanhamento do programa, que funcionou de 13 de julho até 31 de agosto, em todas as freguesias do concelho com diversas atividades físicas, uma vez por semana e contou com mais de 2000 participações.

4. GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – ACORDOS

4.1. Pavilhões Desportivos Municipais

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, a DIDGED operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

Foram marcados/alterados jogos, torneios, etc. dos respetivos campeonatos oficiais, num total de 127 competições.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Procedeu-se ainda, à análise dos relatórios quadrimestrais dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos PDM, no período de vigência 2025/2029.

Efetuuou-se mensalmente o controlo dos formulários de presença dos clubes utilizadores nos PDM e no Pavilhão da Escola Rodrigues Lobo, Pavilhão da Escola José Saraiva, Pavilhão Colégio Milagres e na tenda desportiva na Escola Sede - Marrazes.

Quanto à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza regular e pontual/extraordinária do espaço.

Relativamente à cedência de espaços desportivos para a época desportiva 2025/2026, foi desenvolvido o processo administrativo, nomeadamente o envio, receção e análise das candidaturas, realização de reuniões e elaboração do processo de atribuição de espaços de treino a 28 clubes/ associações em 18 pavilhões desportivos disponibilizados para o efeito.

4.2. Piscinas Municipais de Caranguejeira e Maceira

- Acompanhamento de trabalhos e pequenas reparações a realizar pelas empresas de tratamento de água e manutenção (DPM e KINGMAN);
- Acompanhamento da alteração da empresa de tratamento de água, devido à realização de novo concurso público;
- Análise e acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo em vigor;

5. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Complexo Municipal de Piscinas de Leiria

- Reorganização de procedimentos de forma a melhorar continuamente o bom funcionamento dos diversos serviços da infraestrutura desportiva – CMPL;
- Controlo e monitorização dos acessos à infraestrutura desportiva - CMPL;
- Análise e resposta aos munícipes, na sequência das reclamações/ sugestões apresentadas;
- Realização das correspondentes reuniões de operacionalização com as empresas de tratamento de águas e de manutenção, respetivamente, DPM e Kingman;
- Realização de reparações, manutenções e limpeza geral garantindo o bom funcionamento do equipamento;
- Realização da iniciativa “Patada Aquática”, no dia 4 de junho organizada pela Vive & Associação;
- Realização da iniciativa “Taça João da Silva Abreu”, nos dias 27 e 28 de junho organizada pela Associação de Natação do Distrito de Leiria;

6. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa

6.1. No período em referência, em termos gerais, foram recolhidos os seguintes dados estatísticos:

Registaram-se 3 500 entradas de atletas dos clubes do Concelho de Leiria para utilização da pista de atletismo;

- Assinalou-se o registo de 1115 entradas de atletas dos clubes do Concelho Leiria para utilização dos espaços desportivos para Ténis Mesa, Dança, Bilhar, Esgrima, Kickboxing e Pentatlo moderno;
- Relativamente aos espectadores dos jogos de futebol e participantes em atividades pontuais, foi registado o número de 4500.

6.2. No âmbito das atividades acolhidas pelo Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, durante o período supracitado em título, destacam-se:

- O início da nova época 2026/2027 do Campeonato Oficial da Liga Portuguesa de Futebol, da Liga 2, com a realização de dois jogos entre as equipas da União Desportiva de Leiria versus Sport Lisboa e Benfica B e C.D. Tondela, onde estiveram presentes cerca de 5000 espectadores;
- Realização do evento desportivo na modalidade de atletismo - "XVII Torneio de Mini-craque", prova promovida pelo Juventude Vidigalense;
- Menciona-se o evento de Fitness Hybrid-Day que consistiu numa prova de resistência, combinando a corrida com estações de exercício físico ao longo do percurso, que contou com um record de 7 000 participantes, entre atletas e espectadores.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL**

No período em análise, os serviços culturais sob responsabilidade da Divisão de Ação Cultural, no âmbito das suas competências e em articulação com o planeamento estratégico definido pelo Executivo Municipal, desenvolveram um conjunto significativo de ações, das quais se destacam as seguintes:

1. Gabinete de Apoio à Cultura

No âmbito do acompanhamento da execução dos apoios concedidos às entidades associativas, foi efetuado, no período em apreço, um conjunto de estornos, no montante global de 23.707,93 €.

No âmbito do acompanhamento da execução dos apoios atribuídos, foi igualmente remetida comunicação às entidades beneficiárias, alertando para a necessidade de apresentação dos respetivos relatórios de execução física e financeira dos projetos concluídos, com vista a assegurar a adequada verificação da aplicação dos apoios concedidos.

Paralelamente, decorreram diversas reuniões de trabalho destinadas à definição e validação das matrizes e dos critérios de informação a integrar na futura plataforma de gestão dos apoios PRO LEIRIA, que se encontrava em desenvolvimento, procurando-se assegurar que a nova ferramenta respondesse às necessidades de simplificação, acompanhamento, monitorização e avaliação dos processos de atribuição e execução dos apoios municipais.

Foi efetuado atendimento pessoal a aproximadamente 40 entidades associativas na área da Cultura e prestado apoio telefónico a aproximadamente 30 entidades.

2. Centro Cultural Mercado de Sant'Ana (CCMS)

A sua atividade centrou-se na gestão corrente do equipamento e no apoio técnico, logístico e operacional a iniciativas culturais, institucionais e associativas.

O Pátio acolheu, durante o período, o Programa 60+ do Politécnico de Leiria, a Gala Heróis PME, a Exposição da PSP, um almoço do Ministério da Educação, o concerto AMITEI – CoroComun(idade) e, em agosto, o Festival LizBrass.

A equipa do CCMS assegurou apoio logístico ao Festival A Porta, Festival Beira Rio, Think Conference, Crianças ao Palco, Criajazz, Extramuralhas, Cinema ao Ar Livre e Festival POVUS.

O Auditório acolheu três reuniões de associativismo, oito reuniões do GIP Imigrante da InPulsar, reuniões da ACILIS, uma iniciativa da Embaixada de Moçambique, a European Left Alliance, e atividades do Festival POVUS.

Foi igualmente disponibilizado o espaço ao Gabinete Reerguer Leiria, para a análise de candidaturas à CCDD, atividade que decorreu até 28 de agosto, bem como para uma conferência de imprensa relacionada com o mesmo processo.

Visitantes: 2.187 no pátio e 1.004 no auditório. Face ao período anterior, com 3.147 visitantes, verificou-se um aumento de 44 visitantes (+1,4%), mantendo-se uma utilização regular e diversificada do equipamento. Foram registados 734,10 € de receita, provenientes dos alugueres da Gala Heróis PME e da European Left Alliance.

3. Banco das Artes Galeria (BAG)

Durante o período em análise, o Banco das Artes Galeria (BAG) desenvolveu uma programação diversificada de promoção artística, educação e inclusão cultural, destacando-se a inauguração da exposição "O QUÊ?!" de Jeff van Weereld, a dinamização de atividades de mediação cultural nas escolas através do programa Fora de Portas, a participação nas Férias Desportivas e Culturais, a realização de oficinas criativas e a abertura do projeto Cofre dos Sonhos. Foram ainda desenvolvidas iniciativas no âmbito do projeto Juntar.Te e acolhidos dois estagiários através do programa Valoriza-te.

As atividades desenvolvidas envolveram 1.350 participantes/visitantes e mantiveram-se de acesso gratuito, reforçando a democratização e a proximidade da oferta cultural junto da comunidade.

4. Leiria Cidade Criativa da Música | UNESCO (LCCM)

Durante o período em análise, foram promovidas diversas iniciativas de valorização cultural e projeção internacional do concelho de Leiria. Destacam-se a realização de concertos de encerramento de projetos musicais e de intercâmbio internacional no Teatro José Lúcio da Silva, o apoio à participação de músicos portugueses em eventos internacionais de referência, e a divulgação de artistas e grupos locais no âmbito da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Destaca-se igualmente a concretização do Festival Lizbrass'26, que afirmou a música como espaço de encontro e criação, bem como o lançamento de uma nova edição do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria, dedicado ao tema "Inteligência Artificial 2.0", reforçando a aposta na inovação e na internacionalização da atividade cultural do concelho.

Foi ainda desenvolvido trabalho de acompanhamento e monitorização da candidatura aprovada pela CCDD no âmbito do projeto "Filarmonias: Música para Todos", nomeadamente no que respeitou às suas componentes de execução física e financeira, acompanhando-se o cumprimento das atividades previstas, a sua correspondência com os objetivos definidos na candidatura e a respetiva execução financeira.

Neste âmbito, assumiu particular relevância o concerto de encerramento do projeto "Filarmonias: Música para Todos", realizado no Teatro José Lúcio da Silva, que constituiu um momento particularmente significativo de celebração da inclusão e da força da música enquanto instrumento de transformação social. A iniciativa marcou o culminar de vários meses de trabalho, dedicação e crescimento, proporcionando aos jovens participantes a oportunidade de subirem ao palco e celebrarem, através da música, o percurso desenvolvido e os resultados alcançados. O concerto constituiu, assim, um momento de expressão pública do impacto artístico, educativo e social do projeto, evidenciando a importância da música enquanto ferramenta de participação, inclusão e desenvolvimento pessoal e coletivo.

5. Teatro Miguel Franco

Foram acolhidas 62 iniciativas culturais, distribuídas pelas áreas do teatro (10), dança (3), música (16), cinema (23) e outros eventos (10). Registou-se um total de 5.749 espectadores e uma receita de €20.647,50.

6. Black Box – Plataforma de Criação Artística

Entre junho e agosto, foram realizadas 9 ações culturais nas áreas da dança, teatro, música e outras iniciativas culturais, tecnológicas e empresariais, que envolveram 607 espectadores. Destacaram-se dois espetáculos de dança integrados na MOSTRA.TE e Cidades que Sentem (168 espectadores), três iniciativas de teatro no âmbito do 31.º FTJMF e da peça Começar Tudo Outra Vez (158 espectadores), bem como o concerto METAL BOX II (68 espectadores). Nas restantes atividades, evidenciou-se a realização da II Edição do Concurso Melhor PAP do Concelho de Leiria, onde o projeto LAIKA Espacial conquistou o 1.º lugar, constituindo um exemplo de promoção da inovação tecnológica e do talento jovem.

7. Grandes Eventos

No âmbito do programa Pro-Leiria – Apoios Não Financeiros, foram acompanhados os processos relativos ao Festival Internacional Cidade de Leiria e à XIII Mostra do Trajo Etnográfico da Alta Estremadura/ Mercado da Tradição, assegurando-se toda a articulação e apoio logístico necessários à sua concretização. Paralelamente, o Setor dos Grandes Eventos garantiu a mediação dos seguros municipais, promovendo a inclusão de uma exposição no Centro de Artes Villa Portela e a prorrogação da cobertura da exposição patente nas cisternas do Castelo.

8. Stay Lab – Galeria MAS

Durante o período em análise, destacam-se os seguintes acontecimentos e dados estatísticos:

No dia 8 de junho a inauguração da exposição “K”, resultante de uma mostra coletiva de trabalhos desenvolvidos por alunos do ensino básico e secundário das escolas do concelho de Leiria, subordinada à exploração dos efeitos nefastos, no território e a nível psicológico, provocados pela passagem da tempestade Kristin pela região de Leiria, com a participação de 65 pessoas;

Acolhimento das Férias Educativas, Desportivas e Culturais, com a participação de 78 jovens em diferentes atividades culturais;

Total de utilizadores: 210.

9. Cineteatro de Monte Real

Equipamento encerrado desde a ocorrência da tempestade Kristin.

10. Centro de Artes Villa Portela (CAVP)

No que respeitou ao Centro de Artes Villa Portela (CAVP), foram desenvolvidas diversas atividades culturais, educativas e de mediação de públicos, destacando-se o apoio à desmontagem da exposição Corpo-Fantasma, a dinamização de workshops, conversas e visitas guiadas, em articulação com a CACE, bem como a inauguração da Sala de Leitura José Luís Tinoco. Foram igualmente promovidas oficinas e visitas dirigidas a diferentes públicos, acolhidas sessões de Contos ao Pôr-do-sol, que registaram cerca de 400 participantes, bem como concertos de diversas entidades e performances artísticas. Foi ainda assegurado o acompanhamento de duas estagiárias no âmbito do programa Valoriza-te e inaugurada a exposição “E em vez do medo?”, com trabalhos de alunos da ESDS. Durante o período em análise, registou-se uma faturação de 456,00 € na Loja Villa Portela e uma afluência total de 5.039 visitantes às exposições.

Paralelamente, foi desenvolvido um conjunto de trabalhos de preparação e produção da próxima exposição do CAVP, “Contadores de Histórias”, a inaugurar no dia 22 de setembro, no âmbito do protocolo de

colaboração celebrado entre o Município de Leiria e a Fundação de Serralves. A exposição reunirá obras de Paula Rego, Jorge Queiroz e Sue Williams, constituindo uma iniciativa de particular relevância no programa cultural do equipamento e reforçando a sua afirmação enquanto espaço de apresentação e fruição de arte contemporânea. Neste âmbito, foram desenvolvidas diversas tarefas de articulação e acompanhamento com as entidades e equipas envolvidas, tendo em vista assegurar as condições necessárias à montagem, produção, comunicação e inauguração da exposição.

DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL

A atividade dos museus e espaços patrimoniais municipais assenta num trabalho continuado que, de acordo com a natureza de cada equipamento e das respetivas coleções, compreende a investigação e o estudo do património, a incorporação, o inventário, a catalogação, a documentação e a digitalização dos acervos, a conservação preventiva, a avaliação de necessidades de restauro e respetivo acompanhamento, quando necessário, e a gestão de reservas, depósitos, empréstimos e movimentações de bens; a conceção e atualização de exposições e conteúdos interpretativos; o acompanhamento arqueológico, a análise e emissão de pareceres na área da arqueologia; a programação, produção, logística, montagem e desmontagem de exposições, atividades e eventos. Integra igualmente os contactos e a articulação com artistas, investigadores, escolas, associações, fornecedores e outros parceiros; a preparação e realização de visitas, oficinas e ações de mediação cultural; a comunicação e divulgação; o acolhimento, atendimento, bilheteira e acompanhamento dos públicos; e a promoção da acessibilidade e da participação da comunidade.

Este trabalho compreende ainda o planeamento e a gestão de equipas, espaços, equipamentos e recursos financeiros e materiais; a tramitação administrativa e o apoio aos procedimentos de contratação e aquisição; a elaboração de informações e pareceres técnicos; o acompanhamento da limpeza, manutenção, segurança e condições ambientais dos espaços e coleções; e o registo, tratamento e avaliação dos dados de atividade e de públicos. Estas funções constituem a base permanente da atuação da Divisão de Museus e Património Cultural e enquadram as realizações apresentadas neste relatório, relativo ao período de 1 de junho a 31 de agosto de 2026, que destaca, por equipamento, as principais atividades, os projetos desenvolvidos e os resultados quantitativos e qualitativos apurados.

AGROMUSEU MUNICIPAL DONA JULINHA

No período em análise, o Agromuseu afirmou-se como um dos exemplos mais consistentes de museologia participativa, preservação do património imaterial e descentralização cultural da DIMPC. A orientação do serviço ultrapassou a exposição de coleções: o equipamento foi trabalhado como arquivo vivo, lugar de investigação colaborativa e plataforma de desenvolvimento comunitário para a Ortigosa e para o norte do concelho.

O projeto “Ortigosa: Histórias, Tradições e Memórias”, promovido pelo Município e pelo Agromuseu em parceria com a Junta de Freguesia da Ortigosa, a SAMVIPAZ e o Rancho Folclórico Flores da Primavera, colocou a população no centro da investigação. As sessões realizadas permitiram recolher e partilhar histórias orais, fotografias, documentos, objetos, cantigas, danças, práticas agrícolas e memórias de festas, ofícios e vida quotidiana, contribuindo para a construção de um arquivo comunitário e para a valorização de conhecimentos transmitidos entre gerações.

Até 2 de julho foram realizadas três sessões, com 41 participantes, 24 testemunhos fotográficos, dois documentos históricos e cerca de quatro horas de vídeo em bruto.

A quarta sessão, em 26 de julho, integrada no “Domingar nos Museus”, convocou novas memórias, incluindo as relacionadas com a Festa de Nossa Senhora das Vitórias e São Jorge - Festa das Chouriças. O texto-base regista ainda, em agosto, uma quinta sessão com utentes da SAMVIPAZ, reforçando a inclusão de públicos seniores como detentores de conhecimento e coautores da narrativa museológica.

A comunidade deixou de ser apenas destinatária da programação e passou a ser parceira da investigação, fornecedora de conteúdos e coautora da memória coletiva. O método combina recolha presencial, registo audiovisual, inventário colaborativo e participação digital, criando matéria-prima para entrevistas, exposição, documentação e futuras recriações etnográficas.

O XVII aniversário do Agromuseu integrou sessões de recolha de memórias, oficinas infantis de carpintaria e presença na ORTIFAE. As oficinas aproximaram as crianças de ferramentas, materiais e técnicas de um ofício tradicional; a participação na feira levou o museu ao encontro da população, divulgou o serviço educativo e ampliou a base de participantes do projeto. O acolhimento de grupos, incluindo o ATL da Escola Branca referido no registo do serviço, articulou natureza, agricultura, objetos do quotidiano rural e aprendizagem pela experiência.

Nas redes sociais, a rubrica “Memórias Fotográficas” utilizou imagens antigas e perguntas dirigidas à comunidade para identificar pessoas, lugares e acontecimentos. Esta prática converteu a comunicação numa ferramenta de investigação e inventário, permitindo participar à distância e prolongando o museu para além do edifício.

Estas iniciativas têm impacto na:

- Salvaguarda de memória oral, fotografia, documentação e saberes que dificilmente entrariam nas coleções por via convencional.
- Reconhecimento social dos mais velhos e criação de espaços de transmissão intergeracional.
- Reforço da ligação entre Município, Junta de Freguesia, estruturas sociais, associação etnográfica, escolas e população.
- Maior proximidade da política cultural municipal às freguesias do norte do concelho.
- Criação de um acervo de investigação e de conteúdos utilizável em exposição, mediação, comunicação e turismo cultural.

No período em apreço registaram-se um total de 358 visitantes, incluindo 158 visitantes em regime de visita livre, 139 participantes no serviço educativo, 13 participantes na programação cultural, com 48 participantes em 2 visitas guiadas.

CASTELO DE LEIRIA

O Castelo de Leiria afirmou-se, no período em análise, como um espaço patrimonial dinâmico, conciliando visita, mediação educativa, programação cultural e fruição artística. Neste período registou-se um total de 34 981 visitantes, incluindo visitantes em regime de visita livre, participantes em visitas guiadas e atividades pedagógicas, bem como participantes em iniciativas culturais, cedências de espaço e entradas associadas a datas comemorativas.

No âmbito do Serviço Educativo, foram dinamizadas 21 atividades, que envolveram um total de 617 participantes. Realizaram-se 13 visitas livres, com 407 participantes, 7 oficinas pedagógicas, que reuniram 197 participantes, e 1 visita guiada, com 13 participantes.

A diversidade das propostas permitiu reforçar a relação entre o património e os diferentes públicos, promovendo formas de descoberta e interpretação do monumento adequadas a contextos educativos e de fruição livre.

A programação cultural assumiu particular expressão, com a realização de 12 atividades, que reuniram um total de 7 588 participantes. Entre as iniciativas realizadas destacaram-se o “V Congresso da Rede”, promovido pelo Instituto Politécnico de Leiria, com 210 participantes; a “Observação Astronómica – Sob o Céu de Leiria”, com 943 participantes; a “Gala dos Pequenos Cantores”, com 664 participantes; e a “Conferência dedicada à temática da normalização de imagens JPEG”, com 50 participantes.

A programação integrou igualmente propostas de recriação histórica e valorização do património, como a iniciativa “Arqueiros Medievais”, organizada pela Associação Vícios do Campo, com 169 participantes, e a “Arte da Falcoaria”, demonstração de aves, que reuniu 1 498 participantes. A dança e as artes performativas marcaram também presença através de “Dança no Castelo”, promovida pelo Conservatório Annarella Sanchez, com 1 032 participantes, e de “Castelo em Cena”, que contou com 1 838 participantes.

A programação completou-se com iniciativas de cruzamento entre património, ciência e criação artística, como “Eclipse em Movimento”, com 705 participantes, a “Apresentação Final das Oficinas Leirena”, com 57 participantes, “Criajazz”, com 247 participantes, e “Castelo Habitado”, do Atelier Kalambaka, com 175 participantes.

Mantiveram-se igualmente patentes ao público a exposição de longa duração “Castelo de Leiria: Construções de um Lugar” e a exposição temporária “A Poética dos Materiais”, de Abílio Febra, instalada nas Cisternas do Castelo e integrada no circuito de visita. A presença destas exposições contribuiu para diversificar a experiência de visita, estabelecendo um diálogo entre a arquitetura histórica do monumento e diferentes linguagens de criação contemporânea.

Na Igreja de São Pedro, realizou-se o Concerto Final da Academia de Verão Coral Mezzo, da Academia Mezzo, integrado no âmbito do PRO Leiria, que contou com 187 participantes. A iniciativa reforçou a utilização dos espaços patrimoniais enquanto lugares de criação, apresentação artística e encontro com a comunidade.

CDIL - CENTRO DE DIÁLOGO INTERCULTURAL DE LEIRIA:

A Igreja da Misericórdia reabriu a 01/07/2026 após a conclusão das obras de reparação dos danos da Tempestade Kristin. No período em análise contabilizou 2235 visitantes/ participantes, destacando-se: 1239 em regime de visita livre; 54 participantes em 03 visitas guiadas/roteiros ou oficinas pedagógicas (“Trocado por Miúdos” e “O que é o Paraíso”); 942 participantes em 09 eventos de programação cultural (concertos do CMEP 2026; Museus Imaginários; concerto do Festival LizBrass e Festival Gótico Extramuralhas).

A Casa dos Pintores reabriu em 20/03/2026, tendo contabilizado no período em análise 254 visitantes, todos em regime de visita livre.

Neste período foram asseguradas a preparação e o apoio logístico associado à programação, designadamente do Ciclo de Música Exploratória, LizBrass e do Festival Gótico - Extramuralhas, bem como da programação associada ao 9º Aniversário do Centro de Diálogo Intercultural de Leiria. Foi ainda assegurada a continuação do projeto de museografia da Casa dos Pintores designadamente ao nível da gestão da parceria com a equipa de docentes de Matemática da ESTG – Politécnico de Leiria e revisão do projeto de multimédia da Casa dos Pintores. Participamos ainda no projeto municipal Férias Educativas, Desportivas e Culturais 2026.

O CDIL - Centro de Diálogo Intercultural de Leiria desenvolveu assim uma programação fiel à sua missão: reconhecer a diversidade histórica de Leiria, criar condições de diálogo entre comunidades e utilizar o património como instrumento de cidadania. A ação do trimestre articulou investigação histórica, percurso

urbano, residência artística, participação e programação musical internacional. Entre 20 e 22 de agosto, a Igreja da Misericórdia integrou a 15.ª edição do Festival Gótico Extramuralhas, promovido pela Fade In com apoio municipal e de outras entidades. O festival reuniu 20 nomes de dez nacionalidades em cinco espaços da cidade. A presença do CDIL no circuito permitiu cruzar património religioso e intercultural com criação musical internacional, ampliar os públicos do equipamento e integrar o centro histórico numa experiência cultural distribuída. O CDIL combinou profundidade histórica e contemporaneidade: reforçou a visibilidade da herança de diversas culturas e religiões que marcaram a cultura leiriense, criou participação através da prática artística, abriu o património a comunidades culturais específicas e inseriu Leiria em circuitos internacionais. A diversidade foi trabalhada como valor histórico, método de programação e competência cívica.

A celebração do aniversário estruturou-se em torno da residência “Museus Imaginários”, orientada por Inesa Markava, da apresentação pública do processo e do Roteiro da Judiaria de Leiria. A residência, aberta a participantes a partir dos 16 anos e sem exigência de experiência prévia em dança, utilizou o corpo e o movimento como formas de leitura do espaço museológico. O resultado público devolveu à comunidade uma interpretação criada no próprio equipamento, aproximando prática artística e património. O Roteiro da Judiaria, realizado a 26 de julho entre a Igreja da Misericórdia, a Casa dos Pintores e o centro histórico, tornou visíveis marcas da presença judaica e os seus contributos para a história urbana. Ao ligar edifícios, ruas e narrativas, o CDIL atuou como centro interpretativo de um território alargado, não apenas como espaço de visita. Esta abordagem reforçou a apropriação da cidade e a compreensão de Leiria como lugar historicamente plural.

CIALV - CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ABRIGO DO LAGAR VELHO, ABRIGO DO LAGAR VELHO E VALE DO LAPEDO

No período em análise, o CIALV recebeu um total de 99 visitantes, em regime de visita livre.

Neste período foi realizado o acompanhamento do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria – Fase 2, integrada no projeto geral de Estabilização e Valorização do Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; o acompanhamento do desenvolvimento do projeto de mediação cultural para o Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR e dos eixos de ação da Marca de Património Europeu, designadamente a articulação com a empresa contratada para execução do projeto, articulação com escolas e lares para dinamização de atividades (realização de 17 sessões no período em análise, em distintos locais no ML, CIALV, nas escola e lar). No âmbito do projeto de Mediação Cultural do Lapedo - PRR conta-se com um total de 129 participantes individuais. Foram ainda realizados o acompanhamento e a gestão das ações subsequentes à atribuição da Marca de Património Europeu 2025 ao Abrigo do Lagar Velho/ Criança do Lapedo/ Vale do Lapedo (participação em reuniões e formações). No âmbito do projeto de Mediação Cultural do Lapedo - PRR conta-se com um total de 22 participantes individuais (1 turma) numa sessão que se realizou no CIALV.

O Vale do Lapedo concentrou uma das frentes da ação patrimonial municipal. No período em apreço, foi assegurada a continuidade da valorização e mediação do sítio após a reabertura do CIALV e mantida como prioridade o acompanhamento da intervenção de estabilização e valorização do Abrigo do Lagar Velho - Monumento Nacional e local de relevância científica internacional. O CIALV - Centro Interpretativo do Abrigo do Lagar Velho é o elo entre sítio, ciência e comunidade. Durante uma intervenção desta natureza, cabe ao centro assegurar informação atualizada, acolhimento e mediação, explicar a relação entre investigação e conservação e encaminhar a curiosidade pública para conteúdos rigorosos. A reabertura do equipamento,

anterior ao período, permitiu manter a presença institucional no Vale enquanto a área arqueológica atravessa uma transformação decisiva.

A intervenção no âmbito do PRR surge no contexto de uma reflexão estratégica sobre o futuro do Vale do Lapedo, desencadeada pela necessidade de preservação do sítio e pelo protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Leiria e o Ministério da Cultura em fevereiro de 2023, que tinha como objetivo destacar a importância do Vale do Lapedo para a compreensão da evolução humana, conceber um programa de interpretação e comunicação, estruturar uma visão integrada para o património cultural e natural do vale, e criar um grupo de trabalho dedicado ao tema.

Este grupo de trabalho desenvolve uma proposta estratégica para o futuro do Vale do Lapedo, baseada na investigação científica, na interpretação patrimonial, na fruição pública, na qualificação do território, do qual resulta a proposta “Criança do Lapedo – Uma proposta de Viagem”, de Gonçalo Cadilhe.

Por outro lado, a reprogramação do PRR integrou uma dotação de 900 mil euros para o Abrigo do Lagar Velho formalizada através do Contrato de financiamento entre Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e Câmara Municipal de Leiria, para o Vale do Lapedo, assinado em 11 de janeiro de 2024. A intervenção articula a conservação do sítio, a interpretação da paisagem, a segurança de investigadores in loco e a mediação cultural e interpretação, o acesso público e soluções de engenharia natural. Esta integração melhora a proteção do contexto arqueológico e cria condições para uma experiência de visita mais informada, segura e sustentável.

A seleção do Abrigo do Lagar Velho/Criança do Lapedo para a Marca do Património Europeu 2025, divulgada em fevereiro de 2026, reforça o alcance da intervenção. O sítio foi um dos 13 escolhidos entre 21 candidaturas europeias e passou a integrar uma rede que valoriza história partilhada, direitos, pluralismo e pertença europeia. A Criança do Lapedo sustenta uma narrativa particularmente atual sobre encontro entre populações, diversidade biológica e cultural e integração. A MEP é apoiada pelo programa Europa Criativa e deve ser entendida como um reconhecimento e uma plataforma de cooperação, educação e comunicação que, combinada com a intervenção do PRR, proporcionará a implementação de um programa interpretativo e de mediação cultural, com conteúdos multilingues, programas para jovens, parcerias científicas, circulação europeia e maior notoriedade do Vale do Lapedo.

M|I|I|MO – MUSEU DA IMAGEM EM MOVIMENTO

Durante o período em análise, o m|i|lmo - museu da imagem em movimento reabriu ao público no dia 6 de junho, após a conclusão das intervenções necessárias à reparação dos danos provocados pela depressão Kristin. O período de encerramento foi igualmente aproveitado pela equipa para desenvolver trabalhos de higienização e conservação das coleções em reserva, bem como para a produção e preparação de novos conteúdos expositivos e de programação.

A reabertura permitiu retomar a relação regular com os públicos e assegurar a fruição das exposições e das diferentes propostas de programação, reforçando simultaneamente a função do museu enquanto espaço de preservação, interpretação e divulgação do património audiovisual e fotográfico.

Ficou marcada pela inauguração do núcleo expositivo “Estúdio Fabião – Uma memória coletiva”, dedicado ao arquivo fotográfico do Estúdio Fabião e à documentação de pessoas, famílias, acontecimentos e transformações urbanas de Leiria. A exposição valoriza o percurso técnico associado à incorporação, inventário, conservação, investigação, seleção e interpretação de um conjunto documental com particular relevância para a memória coletiva da cidade.

Foi igualmente disponibilizado o núcleo expositivo “Forbidden Room – O Quarto Proibido”, que apresenta cenários e adereços do filme de animação em stop-motion de Emanuel Nevado e Ricardo Almeida, integrados no museu na sequência da doação dos autores. Complementaram a programação expositiva “Sobre o Silêncio”, de António Bracons, e “A Luz do Meu Lugar”, de Jorge Bacelar. No dia 20 de junho, teve ainda lugar a inauguração de “Sobre o Silêncio”, acompanhada pela apresentação do livro homónimo do autor.

No âmbito do Serviço Educativo, foram realizadas 27 visitas guiadas, com um total de 623 participantes, e 20 oficinas pedagógicas, que envolveram 450 participantes.

Entre as propostas dinamizadas destacaram-se “MIMO Marcadores”, realizada na Biblioteca de Praia, na Praia do Pedrógão, a oficina de brinquedos óticos “Curiosa Mente”, “O Mistério do Quarto Proibido” e “A Luz do Olhar”. As atividades privilegiaram a experimentação e a descoberta dos mecanismos da imagem e do movimento, aproximando diferentes públicos do património e das linguagens audiovisuais.

No âmbito da rubrica “Sextas no mjlmo”, dirigida a um público mais velho e com periodicidade quinzenal, realizaram-se quatro atividades: “Olhares da Terra – Luz, Voz e Memória Rural”, “Recordar Fabião”, “Recolha de Testemunhos – A noite de 28 de janeiro de 2026” e a exibição do documentário “Oficina das Almas”, da RTP, seguida da conversa “Memórias da Escola Primária”.

Através do projeto “Domingar nos Museus”, foram ainda realizadas três atividades, incluindo a oficina de animação “Stop Motion”, orientada por Carolina Brites, e duas sessões de apresentação de curtas-metragens de animação, com seleção da Monstrinha.

A programação extramuros foi reforçada com a participação na iniciativa “Eclipse em Movimento”, desenvolvida no Castelo de Leiria, promovendo o cruzamento entre imagem, movimento, ciência e património.

Por ocasião do Dia Mundial da Fotografia, foram dinamizadas duas oficinas orientadas por Inês Catarino: “Antotipia: Luz e Natureza” e “Fitogramas: Alquimia Vegetal”, esta última realizada no dia 19 de agosto.

Através da utilização de plantas e reveladores sustentáveis, as oficinas exploraram processos de fotografia experimental, aproximando a prática fotográfica da natureza e da sustentabilidade e reforçando a aposta do mjlmo em formas contemporâneas de interpretação do seu património técnico.

No âmbito da programação e das parcerias institucionais, no dia 30 de junho, o Município de Leiria e a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P. formalizaram dois protocolos de colaboração.

Um dos protocolos prevê a participação científica da Cinemateca Portuguesa no plano curatorial da nova exposição permanente do mjlmo, designadamente nas áreas do pré-cinema e do cinema. O segundo enquadra a apresentação pública do filme mudo português “Cláudia” (1923), acompanhada pela estreia mundial de uma partitura original do quarteto “Mudo Ma Non Troppo”, prevista para dezembro, e a posterior integração da composição numa edição da Cinemateca Portuguesa.

Esta parceria reforça a dimensão científica e institucional do museu, promove a criação artística contemporânea e contribui para posicionar Leiria como território de preservação, investigação e interpretação do património audiovisual português.

O período em análise ficou, assim, marcado pela retoma da atividade do museu, diversificação da oferta cultural, reforço da mediação e consolidação de parcerias estratégicas. A articulação entre exposições, Serviço Educativo, programação participativa, atividades fora de portas e colaboração com instituições de referência permitiu afirmar o mjlmo como um espaço de memória, experimentação e criação, capaz de estabelecer pontes entre o património audiovisual, a comunidade e as linguagens contemporâneas.

MOINHO DO PAPEL

O Moinho do Papel reforçou neste período a sua dimensão educativa, experimental e comunitária. A equipa partiu do património tecnológico e dos ofícios do papel, cereal e azeite para criar experiências sensoriais, relacionar tradição com sustentabilidade, colaborar com o ensino superior e acolher públicos com perfis diversos. Foram acolhidos 3990 visitantes, realizando-se 78 oficinas pedagógicas com 1424 participantes. Em 2 de junho, “Moinho Fora de Portas” levou ao Instituto Politécnico de Tomar a história e as técnicas do fabrico artesanal de papel, incluindo uma oficina de papel de algodão para estudantes de Conservação e Restauro. A iniciativa valorizou conhecimento detido pela equipa e posicionou o equipamento como recurso técnico e pedagógico para o ensino superior. O movimento inverso - o museu deslocar-se para partilhar competências- ampliou o alcance da coleção e criou condições para futuras colaborações académicas.

No âmbito do Dia Mundial do Ambiente, “Como nasce o papel” relacionou o processo artesanal com reciclagem, ciclos de matéria e utilização responsável dos recursos. Dirigida ao 1.º ciclo e articulada com SMAS, Serviço Municipal de Vigilância Ambiental, Centro de Interpretação Ambiental e Castelo de Leiria, a ação demonstrou uma leitura contemporânea do património industrial: compreender uma tecnologia histórica para discutir escolhas ambientais do presente.

A residência “Museus Imaginários”, com Inesa Markava, transformou o Moinho em espaço de experimentação performativa e leitura pelo corpo. Atividades com utentes Santa Casa da Misericórdia de Leiria e com o Núcleo de Leiria da Liga dos Combatentes promoveram criatividade, convívio, expressão e inclusão cultural. A adaptação de propostas a públicos seniores mostra uma equipa capaz de colocar o património ao serviço do bem-estar e da participação ao longo da vida.

Entre 19 e 21 de junho, o “Festival Beira-Rio” integrou o Moinho num circuito com cinco espaços e mais de 800 intervenientes. Audições de classes instrumentais e vocais aproximaram formação artística, famílias e comunidade, enquanto aumentaram a circulação entre o rio Lis, o Jardim de Santo Agostinho e os equipamentos museológicos.

O Moinho combinou transferência de conhecimento, mediação ambiental, criação artística e inclusão. O património técnico deixou de ser apenas demonstrado. Foi experimentado, relacionado com problemas atuais e levado a públicos que nem sempre acedem à programação cultural por iniciativa própria.

MUSEU DE LEIRIA

No período em análise, o Museu recebeu um total de 4040 visitantes/ participantes, destacando-se: 1770 visitantes em regime de público livre e 559 em visitas guiadas/roteiros e oficinas pedagógicas (“Riscos e Rabiscos”; “Os animais do Menino do Lapedo – Origamis” e leitura dramatizada “Trocado por miúdos”); 1711 participantes em 14 eventos promovidos pelo município e resultantes de apoios ProLeiria e outros (visita guiada à exposição “Sousa Lopes (1879-1944) o pintor-poeta; Festival Beira Rio; atividade na praia do Pedrogão “Fósseis e Pegadas de Dinossauro”; Formação Nacional de Turismo/Plano Municipal de Turismo; Concertos do Estágio de Orquestra de Flautas pelo Orfeão; Oficinas de Verão por Leirena; Oficina de retratos; Concerto Festival LizBrass e apresentação do 58º Curso de Formação de Guardas - GNR).

No âmbito do projeto de Mediação Cultural do Lapedo - PRR conta-se com um total de 74 participantes individuais (3 turmas/grupos) distribuídos por 6 sessões que se realizaram no Museu de Leiria.

Foram ainda realizadas visitas guiadas e oficinas pedagógicas e planeadas novas atividades de mediação cultural/ oficinas pedagógicas e dado apoio logístico a concertos de Orquestra de Flauta do Orfeão e do Festival de Metais LizBrass.

O Museu de Leiria recebeu e realizou o acompanhamento do estágio de uma aluna da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo - Curso Profissional de Técnico de Turismo, tendo participado no projeto municipal "Valoriza-te".

Foi ainda assegurada a análise e realização de 33 pareceres/ informações/ análises de arqueologia e património para informar DOM, DGU, DITSR, DIADS, Gabinete Técnico Florestal e arqueólogos responsáveis por intervenções no concelho, e realizadas algumas reuniões de obra para análise da vertente de arqueologia, assim como o acompanhamento de algumas empreitadas. Foi ainda realizado o acompanhamento da monitorização geológica e estrutural das Muralhas do Castelo de Leiria e da "Empreitada de Conceção Construção para Adaptação do Edifício de Santo Estevão", CPN 7/2025/DICP - T-28/2024 - Construção de Parque de Estacionamento na Av. Papa Francisco; Parque Empresarial de Monte Redondo; T 100/21 – Reabilitação do Banco das Artes Galeria).

O Museu de Leiria desenvolveu uma programação que articulou investigação, exposição, música, mediação e relação com o território. A equipa reforçou a função do Museu como centro de conhecimento e como espaço de cruzamento entre história, artes visuais, práticas performativas e património natural. O Museu consolidou três posições complementares: lugar de investigação acessível, anfitrião de criação contemporânea e equipamento com capacidade de atuar no território. Esta combinação diversifica públicos, reforça a credibilidade científica e cria uma leitura mais ampla das heranças de Leiria.

A 7 de junho, a exposição "Adriano de Sousa Lopes (1879–1944), o pintor-poeta" foi aprofundada por uma visita orientada pela museóloga Maria de Aires Silveira, num processo partilhado com o público. A sua presença aproximou os processos de investigação e seleção de obras dos visitantes, deu transparência à construção do discurso expositivo e criou oportunidade para perguntas e leitura crítica.

O Museu acolheu o "Festival Beira-Rio", incluindo concertos de músicos em formação e apresentações ligadas ao Orfeão de Leiria, e recebeu a 4 de agosto "100 Caminhos", pelo Quinteto de Metais, integrado no LizBrass'26. A programação musical realizada no antigo Convento de Santo Agostinho valorizou a acústica e ampliou os modos de relação com o espaço. Em 18 de julho abriu o sexto Capítulo do ciclo dedicado a Alice Coltrane, com criação de Neuza Matias e conversa pública com a artista e Hugo Ferreira. Promovido pelo CCER MAIS/Omnichord, com apoio do Município, Museu e DGArtes, o projeto articula artes visuais, música, investigação e pensamento contemporâneo. O formato capítulo favorece continuidade curatorial e retorno de públicos, em vez de consumo episódico de programação musical e performativa.

A 5 de julho, "Fósseis e Pegadas de Dinossauros" levou a mediação do Museu de Leiria à Praia do Pedrógão. Duas sessões de campo, orientadas por Anabela Quintela Veiga (ESTG–Politécnico de Leiria) e Bruno Camilo da Silva (Sociedade de História Natural), convidaram o público a observar vestígios no próprio contexto geológico. A ação alargou o conceito de património, ligou o Museu à ciência e demonstrou que o território também pode funcionar como reserva, sala expositiva e laboratório.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR E DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No domínio do planeamento e da governança da política educativa municipal, destaca-se a reuniões do Conselho de Diretores, realizada no dia 9 de julho, bem como a concretização da iniciativa Município Vai à Escola, que decorreu em vários estabelecimentos de ensino do concelho, nos Agrupamentos de Escolas de Caranguejeira – Santa Catarina da Serra (11 de junho) e Agrupamento de Escolas de Marrazes (12 de julho). Relativamente à rede escolar para 2026/2027, foram realizadas várias reuniões de diretores para efetuar a gestão articulada de matrículas nos vários ciclos de ensino.

De referir o trabalho de planeamento com as direções dos Agrupamentos de Escolas e as secretarias para a implementação de uma única plataforma de gestão escolar em todas as escolas do concelho e que acompanhem os alunos desde o pré-escolar ao 1.º ciclo, de modo a estar operacional no arranque do novo ano letivo.

Um cartão para toda a comunidade educativa. Um cartão único para acesso aos serviços municipais.

Uma única aplicação para todas as escolas. Em 2026/2027, todos os estabelecimentos de ensino passam a funcionar através da mesma plataforma. O Cartão LEIRIA+ constitui uma solução integrada para a comunidade educativa, promovendo uma experiência mais simples, moderna e eficiente. Um único cartão para: Identificação do aluno, Refeitório escolar, Bar escolar, Papelaria escolar, Transportes escolares, Outros serviços municipais

Realizou-se a 11 de junho o XIII Encontro das Associações de Pais – trabalho em Rede: Escola, Família, Autarquia.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR

No âmbito do processo de transferência de competências da administração central para o Município, na área da educação (2.º, 3.º ciclos e secundárias), continuou o trabalho de acompanhamento, monitorização e avaliação do processo. Assim, informa-se que foi realizada uma transferência, conforme previsto na Quinta Modificação ao Contrato Interadministrativo de delegação de Competências celebrado com os agrupamentos de escolas e com as escolas não agrupadas (cujas transferências passaram a ser mensais).

Valor das verbas transferidas para os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas.

AE / ENA	Tranche - junho
AE Caranguejeira - Santa Catarina da Serra	20 071,79 €
AE Colmeias	15 671,25 €
AE Henrique Sommer	15 575,90 €
AE Marrazes	31 862,31 €
AE Rainha Santa Isabel	26 362,90 €
AE Correia Mateus	22 254,15 €
AE D. Dinis	19 898,46 €
AE Domingos Sequeira	43 342,62 €
Esc. Sec. Francisco Rodrigues Lobo	17 000,26 €
Esc. Sec. Afonso Lopes Vieira	8 754,36 €
Valores totais	220 794,00 €

A decorrer a intervenção nas escolas afetadas pela tempestade em parceria com o Departamento de Obras Municipais. E a preparação da intervenção da requalificação dos seguintes estabelecimentos de ensino: EB n.º 2 de Marrazes, EB Dr. Correia Alexandre, EB Santa Catarina da Serra, EBS Henrique Sommer e EB Colmeias, em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Territorial.

Procedeu-se à colocação de equipamento e mobiliário nas escolas intervencionadas.

Durante o período em apreço decorreram obras de beneficiação para reabertura do Jardim de Infância de Janardo.

Foram colocadas para iniciar a 1 de setembro, 20 Assistentes Operacionais. Número que será reforçado em outubro.

DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No período em análise, foi negociada com todas as entidades parceiras os Programas de Apoio à Família, decorrendo desta negociação a necessidade de reajustes relativamente às entidades responsáveis por operacionalizar os programas. Em 2026/27 o valor das refeições e das Atividades de Animação e Apoio à Família passam a ser cobrados no Cartão Escolar Leiria+, fazendo com que as regras de financiamento das entidades parceiras sofressem ajustes de critérios e valores a transferir.

De referir a construção de “Uma escola, múltiplas respostas, uma só equipa” é o novo projeto-piloto que o Município de Leiria vai desenvolver, a partir deste ano letivo, nas escolas da Bidoeira e de São Romão, reforçando a articulação entre profissionais e respostas educativas.

Nas duas escolas abrangidas pelo projeto-piloto, a gestão das Atividades de Animação e Apoio às Famílias (AAAF) contará com o acompanhamento de uma equipa de Assistentes Operacionais do Município. O objetivo é promover uma maior articulação entre os diferentes profissionais, garantir respostas mais próximas das crianças e famílias e assegurar uma maior continuidade entre os vários momentos do seu dia na escola.

Para o Município de Leiria, os Assistentes Operacionais são elementos fundamentais da comunidade educativa. Estão muitas vezes entre os primeiros adultos que acolhem uma criança na escola e entre aqueles que mais de perto acompanham os seus comportamentos, relações e necessidades.

A nova abordagem pretende, por isso, reforçar a ideia de que a educação não acontece apenas dentro da sala de aula e não é responsabilidade exclusiva dos professores. Todos os adultos que trabalham numa escola contribuem para criar um ambiente onde cada criança e jovem se possa sentir seguro, respeitado e valorizado, desde o acolhimento, ao período de refeição e ao período pós-letivo. Uma criança é a mesma criança na sala de aula, no recreio, no refeitório ou nas atividades de apoio à família. As respostas também devem ser pensadas como um todo. Queremos experimentar novas formas de trabalhar em equipa, colocando as necessidades das crianças no centro. A experiência nas escolas da Bidoeira e de São Romão será acompanhada e avaliada ao longo do ano letivo, podendo servir de base à criação de novas respostas e modelos de organização noutras escolas do concelho.

O reforço dos recursos humanos e o investimento em novas formas de organização integram a estratégia municipal de construção de um território educativo onde escola, famílias, profissionais e comunidade trabalham em conjunto. Leiria, um território que educa.

O Gabinete de Apoio às Refeições Escolares manteve a monitorização dos refeitórios escolares e formação *in loco* aos funcionários afetos a este serviço. Assim como a análise das ementas para o ano letivo 2026/27. Paralelamente atualizaram na plataforma SIGA todos os registos relacionados com intolerâncias alimentares.

No âmbito do Projeto Educativo Municipal, foram desenvolvidas diversas iniciativas ao longo do período em análise, abrangendo áreas como o empreendedorismo, a orientação escolar e profissional, a cultura, a participação cívica, a inclusão e a valorização do ensino profissional.

Neste contexto, realizou-se, no dia 31 de abril, na Black Box, a 2.ª edição do Prémio A Melhor PAP. Durante o mês de julho decorreu o programa Valoriza-TE, visa o contacto dos jovens com o mercado de trabalho.

No domínio cultural, o XXXI Festival de Teatro Juvenil Miguel Franco, terminou a 14 de junho. A iniciativa decorreu nos palcos do Teatro José Lúcio da Silva, do Teatro Miguel Franco e da Black Box, integrando 21 peças apresentadas por grupos de teatro das escolas do concelho, companhias de teatro de Leiria e grupos oriundos de quatro concelhos vizinhos.

Teve lugar a Assembleia de Jovens Deputados a 2 de junho e a Assembleia de Pequenos Deputados, no dia 8 de junho.

O programa Férias Educativas, Desportivas e Culturais com o objetivo de proporcionar às crianças, dos 10 aos 14 anos, um conjunto de atividades, com ênfase no desporto, nas artes, no ambiente e no património, apoiando as famílias através da ocupação dos tempos livres das crianças nas férias letivas de verão, decorreram durante o mês de julho e contaram com a participação de 248 jovens.

A Equipa Multidisciplinar PIPSE manteve a intervenção nas escolas, dando continuidade ao acompanhamento desenvolvido junto da comunidade educativa e implementando iniciando o período de triagem. Assim como o acompanhamento no Redes na Escola, no que se refere ao 2.º e 3.º ciclos e secundário.

UNIDADE DE BIBLIOTECA MUNICIPAL

No período referido em epígrafe, a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira- BMALV, a “Casa dos Livros de Leiria”, deu continuidade ao seu plano de ação, como espaço de estudo, investigação, oferta cultural eclética, promoção do livro, da escrita, dos autores e da leitura.

Entraram na Biblioteca neste período **22.428** utilizadores.

Neste período realizaram-se **281** novos cartões de leitor.

Neste período realizaram-se **9.219** empréstimos.

Na Caixa de Devoluções entregaram **654** documentos.

Acessos aos computadores: **288** utilizadores.

No Biblioled, **601** empréstimos e **150** utilizadores.

Listagem de Livros/Documents TOP

Existências Mais Emprestadas

Posição	Título	Quantidade
1	Os mauzões	66
2	Naruto	39
3	Demon Slayer	29
4	Spy x family	22
5	Blue exorcist	20
6	Volta ao mundo	14
7	Visão	11

8	Homem-cão e o supergatinho	9
9	Homem-cão sem trela	9
10	Twisted	9



Atualmente, as redes sociais da BMALV têm:

- Facebook 11.00 seguidores
- Instagram 4.606 seguidores
- Youtube 367 seguidores
- X 25 seguidores
- Threads 615 seguidores

Relativamente aos canais de comunicação da BMALV:

- WhatsApp – 46 seguidores
- Telegram – 103 seguidores

Neste período em apreço a BMALV apresentou a sua agenda cultural eclética, com oferta relativa a diversas manifestações culturais, com destaque para o Leiria Convida com Pedro Rodrigues e Daniela Santiago, e também apresentação de livros, exposições, ateliês, e outras atividades para todos os públicos.

Apresentação dos Livros:

- «7 Formas de morrer» de Rui Sousa
- «O último Anjo Selvagem - Volume II» de Luís Soares
- «Hélène de Beauvoir: os anos de Portugal» de Natália Caseiro
- «A Face Sombria do Amor» de Fernando Camarate

Realizaram-se ainda na galeria de arte da BMALV e o átrio, as exposições

- «Rostos Deste Mundo» de Carlos Figueiredo – Galeria de Arte
- «E em vez do medo?» dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo - Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira - Átrio
- «Arte aplicada em relevo» de Maria do Rosário – Galeria de Arte

Decorreu ainda, o Clube de Leitura Livros & C.^a, o Clube de Leitura para Jovens «Sociedade das Raposas», o Clube de Leitura Sénior de Leiria, a Comunidade de Leitores – Academia Prometeu, a Meditação na Biblioteca, a Malharia – Encontro de Malhas, o atelier «Ideias e Brincadeiras», a Hora do Conto nas

Freguesias, a Hora do Conto, Bebeteca, a Bebeteca Extra na Ludoteca, o Clube de Leitura Sénior de Leiria e a Homenagem ao Maestro Joaquim Vicente Narciso.

Ludoteca Municipal de Leiria

Entraram na Ludoteca neste período **3.118** utilizadores.

Neste período realizaram-se **3.118** consultas (Publicações Periódicas, Livros Adulto, Livros Infante / Juvenil e Jogos).

Neste período realizaram-se **22** atividades - **368** participantes.

ANIMAÇÃO

- Bebeteca - 4 sessões - 97 participantes
- Hora do conto - 2 sessões - 37 participantes
- Histórias de Fio a Pavo - 7 sessões - 87 participantes
- Histórias que Abraçam - 2 sessões - 42 participantes
- Vistas com hora do conto - 2 sessões - 102 participantes
- Visita guiada à Biblioteca – 2 visitas - 50 participantes

Neste período em apreço decorreram também os projetos:

Tertúlia "Janelas para o mundo - livros que nos tocam"

- Estabelecimento Prisional Preventivos - 118 empréstimos; 34 utilizadores
- Estabelecimento Prisional Jovens - 80 empréstimos; 10 utilizadores

Serviço Empréstimo na Unidade de Internamento de Doentes de Evolução Prolongada de Psiquiatria (UIDEPP) nos Andrinos - Hospital de Leiria - 80 empréstimos; 40 utilizadores

"Conta-nos Histórias" - Serviço de Pediatria do Hospital de Santo André - 98 empréstimos; 32 crianças

Biblioteca de Praia – 1 de julho a 29 de agosto

Entraram na Biblioteca de praia neste período **3.739** utilizadores.

Neste período realizaram-se **49** novos cartões de leitor.

Neste período realizaram-se **503** empréstimos.

58 atividades com a participação de **629** pessoas

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Este Serviço elaborou e acompanhou a Correção Material da 6.ª Alteração ao PDM, com posterior submissão para conhecimento da Assembleia Municipal, subsequente envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro e remissão para publicação e depósito e tramitação complementar requisição; reunião com a ESRI para apoio elaboração ficheiros formato PPK para depósito.

Preparação e participação em reunião na CCDRC, 30 de julho, solicitada pela entidade para clarificar alguns aspetos do procedimento de Correção Material da 6.ª Alteração ao PDM, na qual foram prestados os esclarecimentos técnicos necessários e clarificadas as questões suscitadas, contribuindo para assegurar a transparência, o rigor e a adequada instrução do procedimento.

Foi desenvolvido trabalho técnico respeitante ao artigo 72.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (reclassificação solo), definição de critérios orientadores para a apreciação/avaliação

dos pedidos de reclassificação para solo urbano com finalidade habitacional e usos complementares. Reforço e uniformização de procedimentos internos de avaliação de pedidos.

No âmbito da alteração ao Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte foram elaborados um conjunto de documentos, informação técnica a submeter à reunião de Câmara Municipal, para efeitos de início do procedimento de alteração ao Plano, com definição da oportunidade e dos respetivos termos de referência, a fixação do prazo para a elaboração do Plano e do período de participação preventiva; elaborado relatório com definição da oportunidade de elaboração do Plano e respetivos termos de referência; elaboração da programação técnica de apoio à concretização da solução urbanística do PPAP, através da estruturação e definição das diferentes fases de desenvolvimento do Plano, da calendarização das tarefas necessárias à sua execução e da identificação das peças processuais.

No âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Nova Estação de Leiria (PUEL) foram elaborados um conjunto de documentos, informação técnica a submeter à reunião de Câmara Municipal, tendo em vista o início do procedimento de elaboração, fundamentação da oportunidade de elaboração do Plano e a definição dos respetivos termos de referência, bem como a proposta relativa ao prazo para a sua elaboração e período de participação preventiva e enquadramento quanto à sujeição do procedimento a Avaliação Ambiental Estratégica; elaboração da programação técnica de apoio à concretização da solução urbanística do PPAP, através da estruturação e definição das diferentes fases de desenvolvimento do Plano, da calendarização das tarefas necessárias à sua execução e da identificação das peças processuais.

Prestados contributos técnicos relativos ao Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental, através da análise e avaliação dos elementos necessários à apreciação da sua pertinência e aplicabilidade. Os trabalhos desenvolvidos incluíram a ponderação dos pressupostos subjacentes à implementação deste instrumento, bem como a avaliação da sua adequação aos objetivos de sustentabilidade ambiental e territorial que se pretendem prosseguir.

Elaboração de contributos no âmbito da consulta pública das Questões Significativas da Gestão da Água do 4.º ciclo do PGRH 2028-2033 | RH4A.

Elaboração de parecer técnico sobre o enquadramento do Pavilhão do Lis e Moinho do Rouco, nas áreas de risco potencial de inundações.

Avaliação crítica dos cenários propostos para o Instituto da Vinha e do Vinho, viabilidade, vantagens e limitações, o investimento previsível e os possíveis modelos de gestão, ponderação da eventual definição de um terceiro cenário ou de variantes aos cenários inicialmente apresentados.

No âmbito de áreas reclassificadas para espaços de atividades económicas foram realizadas diversas reuniões de trabalho com requerentes para orientação e esclarecimento de dúvidas relativas à ocupação dessas áreas.

No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), foi dada continuidade ao processo de delimitação das áreas concelhias integradas na REN, que é responsabilidade dos Municípios, tendo por base a metodologia fixada com base nas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (OENR); acauteladas questões contratuais com fornecedor da REN; atualmente em estudo a metodologia adotar para propostas exclusão

e verificação do trabalho feito pelo fornecedor. Disponibilização dos elementos da 3ª alteração à delimitação da REN do Município de Leiria no sítio da internet.

Desenvolvimento de trabalho técnico respeitante procedimento simplificado de reclassificação dos solos previsto no artigo 72.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), como seja definição de critérios orientadores para a apreciação/avaliação dos pedidos de reclassificação de solo rústico para solo urbano, com vista a reforçar e uniformizar procedimentos internos e contribuir para uma avaliação mais consistente e fundamentada das pretensões apresentadas pelos particulares., assegurando a eficiência da tramitação administrativa.

No âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Vale da Cabrita elaboração do relatório de Definição do âmbito da AAE; no âmbito do Plano de Pormenor de São Romão Olhalvas início da elaboração de plano de ação e caderno de encargos para iniciar procedimento de alteração, solicitação de esclarecimentos jurídicos com vista ao desenvolvimento dos trabalhos.

Destaca-se a colaboração com as demais unidades orgânicas dos Serviços, nomeadamente em projetos que tramitam pelo DEOM, DEDT, DEH, DICAIE, UTC, DILD e DIPM com o enquadramento urbanístico de diversos projetos, elaboração de Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção (6); elaboração de peças escritas de projetos na elaboração de memórias descritivas e garante do cumprimento de formalismos legais (submissão nas plataformas SIRJUE e SILIAMB) de diversas obras e intervenções (3); elaboração de peças gráficas (19); tramitação de pedidos de título de utilização de recursos hídricos (TURH); colaboração na elaboração/validação de critérios ambientais para instrução de processos de candidaturas a fundos comunitários de projetos/empreitadas (2); definição de fatores e subfactores ambientais de critério de adjudicação por proposta economicamente para concurso internacional da empreitada relativa ao projeto “Construção do Leiria Innovation Hub, Leiria”; Colaboração com o DEGU na interpretação de normas dos Planos; **verificação da nova cartografia Ndd1** fornecida pela empresa para a área de três planos de pormenor, da estação da Sismaria e da Nova Estação LAV; colaboração com o Vereador responsável pela Gestão Urbanística na prestação de enquadramento urbanístico de diversas situações.

No âmbito de processos de licenciamento, foram efetuadas notificações à Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, tendo como base a elaboração de informação com o enquadramento no PDM e envio à entidade.

Foi garantida a análise e resposta a inúmeros pedidos de esclarecimento e solicitações recebidas, por diversos canais, incidindo sobre matérias relacionadas com a reclassificação de solos, instrumentos de gestão territorial, infraestruturas rodoviárias e procedimentos urbanísticos. Foram elaboradas 48 certidões de usos e condicionantes, 237 Informações técnicas e gráficas em resposta a solicitações via e-mail (externo e interno); apoio técnico presencial (Balcão Único) e telefónico na emissão de plantas e interpretação de informação geográfica online; controlo de qualidade do Sistema de Informação Geográfica (integridade dados, estabilidade ferramentas, controlo de ocorrências/falhas técnicas e reporte, controlo de resolução efetiva das mesmas; controlo qualidade de informação nas redes e plataformas e geoportais de acesso público exterior e interno); dada resposta a 4 pedidos de reclassificação de solo. Prestação de apoio a um aluno de mestrado respeitante a utilização pública de espaços privados.

No âmbito da tempestade Kristin análise e validação de pedidos de candidatura a apoios efetuados por residentes com as habitações próprias afetadas e realização de vistorias de controlo.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS

Elaboração, acompanhamento e coordenação dos seguintes projetos/ações:

- T 49/2017 - Loja de Cidadão - proposta de estudo para colocação de dois postos de atendimento da E- Redes, no piso 1;
- Projetos e candidaturas: apoio ao Departamento na coordenação dos projetos financiados, no âmbito de vários Avisos, de acordo com calendarização prevista e respetivo procedimentos concursais: projetos de arquitetura e especialidades e pareceres de entidades;
- T 65/19 - Reabilitação de 35 Habitações Sociais - Assistência Técnica (Certificado Energético) Finalizada;
- T 37/20 - Requalificação da Antiga Adega Cooperativa, Cortes - revisão do projeto;
- T 10/2021 - Projeto da construção do Auto Silo, na Rua dr. João Soares – triagem do projeto de execução;
- T 10/2021 - Projeto da construção do Auto Silo, na Rua dr. João Soares – triagem do projeto de execução;
- T 48/21 - Aprovação em sede de Reunião de Câmara do projeto de execução da req. Do Jardim do solar do Visconde da Barreira;
- T 100/21 - Reabilitação do edifício BAG – Banco das Artes Galeria – Triagem do projeto de execução;
- T 130/21 - Requalificação da Rua de Stª Clara, Parceiros – Triagem do Anteprojeto;
- T 02/22 - Antigo Edifício EDP, Espaço CoWork - Projeto de execução em revisão;
- T 52/22 - Requalificação da Rotunda Dom Dinis e envolvente: Estudo prévio e faseamento;
- T 67/22 - Projeto de arranjos exteriores e reabilitação de armazéns em edifício municipal - Ponte Hintze Ribeiro – Revisão de projeto de execução;
- T 72/22 – Projeto de Complexo de Piscinas ao Ar Livre – A aguardar entrega de projeto de execução;
- T 75/2022 - Rua D. José Alves Correia da Silva - estudo para paragem de autocarros e ilha ecológica, junto ao Colégio CCMI;
- T 20/2023 - Habitação a custos controlados - Coimbrão. Execução da Propriedade Horizontal;
- T 26/23 – Projeto de Execução ponte pedo-ciclável sobre rios Lis e Lena – a aguardar decisão superior sobre parecer emitido pela DGADR;
- T 31/24 – Requalificação de 7 habitações (8 fogos) do Bairro Secil, Maceira – A aguardar entrega de Projeto Base e pareceres dos SMAS;
- T 10/25 - Proposta nº 423 OP 24/25 - Edifício apoio Mercado Bajouca - anteprojeto;
- T 20/25 - Projeto Requalificação e Ampliação CS Dr. Gorrão Henriques – A aguardar entrega de Projeto Base;
- T 22/25 - Proj. Execução Espaço Polícia Municipal – aprovação do projeto de execução;
- T 55/25 - Levantamento topográfico e levantamento cadastral de infraestruturas - r. Paulo VI Leiria;
- T 63/25 - Projeto do parque de estacionamento do C. Saúde Dr. Gorrão Henriques – A aguardar atualização de lev. Topográfico para prossecução do Projeto Base;
- T 72/25 - Aquisição de serviços para Elaboração de projeto ordenador da Rua Paulo VI;
- T 86/25 - Projeto de requalificação do acesso à Quinta da Malta e respetivo parque de estacionamento;
- T 23/26 - Projeto Unidade de Saúde da Ortigosa e Regueira de Pontes – A aguardar entrega de Projeto Base;
- EB2,3 Parceiros – apoio técnico na definição de programa e escolha de terreno;
- T36/26-Requalificação da EB2,3 Correia Alexandre, Caranguejeira – início de procedimento;

- T38/26 - Requalificação da EB2,3 de Colmeias - elaboração das peças de procedimento
- T39/26 - Requalificação da EB2,3 e Secundária Henrique Sommer, Maceira - elaboração das peças de procedimento e visita ao local com equipa projetista;
- T 84/26 - Elaboração Projeto Estabilidade e Planos de Saúde e de Gestão de Resíduos de Percurso Pedo-ciclável - A aguardar Projeto de Execução;
- T 90/26 - Fase 2 – Projeto execução das infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo – A aguardar Projeto de Execução;
- T 113/26 - Projeto execução Percurso Pedo-ciclável Aquapolis – em fase de Projeto de Execução;
- T 134/26 - Projeto execução Habitação n.º 105; Bairro Secil, Maceira – em fase de consulta preliminar;
- T138/26 - Projeto de Requalificação do Polis 2
- T 145/26 - Aquisição de mobiliário para pátio interno da CML – em execução;
- T 163/26 - Aquisição de estrado para pátio interno da CML – em execução;
- T 174/26 - Aquisição de antecâmara para a receção da Villa Portela – em execução;
- T 175/26 - Atualização Levantamento Topográfico do recinto do Centro de Saúde Dr. Gorjão Henriques – em consulta preliminar;
- Gabinete, Reerguer Leiria - Análise técnica de candidaturas no âmbito do apoio às habitações afetadas pela tempestade *Kristin* – *CCDRC (2 técnicos a tempo inteiro e 2 técnicos em parti-time hora de serviço e horas extraordinárias; todos os técnicos requisitados para este procedimento);*
- Projeto de Arborização da Cidade de Leiria - Localização e georreferenciação de caldeiras sem árvores, derrubadas após a tempestade *Kristin*;
- Apólice Multiriscos Tempestade - Edição das plantas dos Edifícios Municipais, afetados pela tempestade *Kristin*, na respetiva plataforma;

UNIDADE DE REGENERAÇÃO URBANA

Áreas de Reabilitação Urbana da Cidade de Leiria - ARU

- Atualização do cadastro matricial das ARU da cidade de Leiria – permanente;
- Emissão de Certidões de localização de edifícios em ARU;

Licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público no Centro Histórico (Esplanadas)

- Análise e elaboração de informações técnicas destinadas a apoiar a tomada de decisão no âmbito dos processos de licenciamento que tramitam na Divisão de Licenciamentos Diversos.

Benefícios Fiscais - Reabilitação Urbana

- Prestação de esclarecimentos e emissão de informações técnicas sobre intervenções de reabilitação, para efeitos de aplicação da taxa reduzida de IVA (verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do IVA) e de atribuição dos benefícios fiscais previstos no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais

Estudos sobre o Centro Histórico

- Recolha de dados do edificado referente ao Centro Histórico e inserção em SIG;
- Levantamento dos pontos de iluminação pública das fachadas do Centro Histórico (conclusão);
- Interação e intervenção com restantes serviços no âmbito da gestão do espaço público do C.H.

Exercício do Direito de Preferência

- Gestão dos pedidos, plataforma “Casa Pronta” -referentes a edifícios inseridos nas áreas pré-definidas;

Gestão Urbanística nas ARU

- Acompanhamento dos projetos em licenciamento e de vistoria nas ARU’S da cidade.
- Apoio técnico e administrativo - Disponibilização de dados aos vários serviços, proprietários e projetistas;
- Elaboração de guias de utilização para auxílio do preenchimento de formulários (em conclusão).
- Elaboração do estudo de requalificação da Rua Barão de Viamonte incluindo Luminárias e projeto fachadas para a rua, (elaboração de alçados da rua, levantamento do existente e proposta de novas luminárias; mapas de quantidades; ficha técnica).

Tempestade Kristin – Reerguer Leiria

- Compilação e validação, em fase de instrução, dos documentos da candidatura a decorrer com vista ao apoio às habitações - “Reerguer Leiria” - em curso.
- Realização e validação de orçamentos/estimativas para as candidaturas RERGUER até 5000€.

Outras atividades

- Colaboração com a Divisão de Estudos e Projetos Municipais (DIEPM) nos seguintes projetos T 145/26 e T 163/26 e T 174/26.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E HABITAÇÃO

DIVISÃO DE ECONOMIA E INOVAÇÃO

No período em análise, foram desenvolvidos e concluídos diversos procedimentos de relevante importância para a dinamização e valorização do tecido empresarial do concelho, designadamente:

- Conclusão do procedimento para a alienação de lotes 3, 4, 10, 20, 40, 44 e 46 do Parque Empresarial de Monte Redondo, contribuindo para a disponibilização de espaços destinados à instalação e expansão de atividades empresariais no concelho;
- Procedimento de contratação para aquisição de serviços de consultoria para o desenvolvimento estratégico do ecossistema de inovação de Leiria, tendo em vista o reforço da estratégia municipal de promoção da inovação, do empreendedorismo e da competitividade do território;
- Procedimento de concurso público para o arrendamento das frações C, E e F do Mercado Municipal de Leiria, destinadas à instalação e exploração de um espaço para empresas start-up, promovendo a criação de condições para o acolhimento e desenvolvimento de novos projetos empresariais.

Ainda no âmbito do Parque Empresarial de Monte Redondo, foi concluído o procedimento de audiência pública relativo à proposta de alteração do respetivo Regulamento, dando continuidade ao processo de atualização e adequação do enquadramento regulamentar aplicável ao parque empresarial.

Os trabalhadores da DIEI integraram a equipa de apoio à análise das candidaturas submetidas através da Plataforma da CCDR Centro. As atividades desenvolvidas incluíram a avaliação técnica dos processos, a verificação da documentação apresentada, o saneamento processual, a atualização de informação nas bases de dados, a realização de contactos com os requerentes, o apoio ao aperfeiçoamento das candidaturas e os demais procedimentos necessários à respetiva instrução.

Um dos trabalhadores que se encontrava afeto ao Gabinete do Reerguer Leiria retomou ao exercício das suas funções no GIP, a partir de 22 de junho, deixando de estar afeto ao mesmo.

1.1. Gabinete de inserção Profissional (GIP)

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) do Município de Leiria retomou o atendimento ao público a 22 de junho, nas instalações do Mercado Municipal, após um período de interrupção decorrente da afetação do seu trabalhador ao Gabinete Reerguer Leiria.

No âmbito da reativação do GIP, foram desenvolvidas diversas ações de articulação e capacitação, designadamente reuniões de trabalho com as responsáveis do Centro de Emprego de Leiria e a participação em sessões formativas promovidas pelo IEFP e pela NERLEI;

Ao nível da informação e apoio aos candidatos, foram realizadas 6 sessões de informação, abrangendo 72 utentes inscritos no IEFP, sobre os temas «Utilização de Serviços Online», «Competências para a Empregabilidade e Mercado de Trabalho» e «Oferta Formativa».

Foram igualmente assegurados atendimentos presenciais individualizados, com intervenção nas áreas da procura ativa de emprego, elaboração e atualização de currículos e encaminhamento para ofertas de emprego e formação, contribuindo para melhorar a preparação dos candidatos e facilitar a sua integração ou reintegração no mercado de trabalho.

1.2. Espaço Empresa

Durante o período em análise, o Espaço Empresa esteve temporariamente encerrado ao público, na sequência da afetação da trabalhadora responsável pelo serviço à equipa de apoio à análise e instrução das candidaturas submetidas através da Plataforma da CCDR Centro.

DIVISÃO DE PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO

No período em análise foram desenvolvidos um conjunto de ações relacionadas com a promoção da Habitação:

- Foram desenvolvidas reuniões entre o Município de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e a Estrutura de Missão – Reconstrução da Região Centro do País, tendo por vista a elaboração do Programa Intermunicipal de Habitação Acessível e a criação do respetivo veículo executor, a Agência Intermunicipal Viver Região de Leiria, E.I.M.S.A.;
- Decorre o acompanhamento da elaboração da Carta Municipal de Habitação de Leiria;
- Foi efetuado o levantamento da bolsa de terrenos municipais que apresentam aptidão para a construção de habitação pública;
- Foi dado início à preparação das peças do futuro procedimento de contratação de projetos para a construção de habitação pública.

DIVISÃO DE GESTÃO E FUNDOS ESTRUTURAIS

Mapa de Monitorização das Candidaturas

Divisão de Gestão de Fundos Estruturais

CANDIDATURAS PRR

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 28 669 318,58	99%	€ 28 371 932,33	€ 3 222 811,65	€ 14 017 606,47	49%	€ 16 595 363,07	58%
CANDIDATURA OIGP2.0 aviso N.º 09/C08-01.01/2026	€ 13 168 244,00	100%	€ 13 168 244,00	€ 3 028 696,12	€ -	0%	€ 9 217 770,08	70%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	000%/00%	€ -	€ -	€ -	000%/00%	€ -	000%/00%
TOTAL	€ 41 837 562,58		€ 41 540 176,33	€ 6 251 507,77	€ 14 017 606,47	34%	€ 25 813 133,15	62%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ -		€ -	€ -				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 41 837 562,58	99%	€ 41 540 176,33	€ 6 251 507,77				

CANDIDATURAS PORTUGAL2030

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 12 482 058,63	73%	€ 10 355 086,33	€ 3 791 941,24	€ 8 584 358,28	69%	€ 7 543 896,85	73%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	000%/00%	€ -	€ -	€ -	000%/00%	€ -	000%/00%
TOTAL	€ 12 482 058,63		€ 10 355 086,33	€ 3 791 941,24	€ 8 584 358,28	69%	€ 7 543 896,85	73%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 16 068 668,33	74%	€ 11 829 502,91	€ 13 910 717,78				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 28 550 726,96	78%	€ 22 184 589,24	€ 17 702 659,02				

CANDIDATURAS CCDRC-BEI

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	000%/00%	€ -	€ -	€ -	-	€ -	000%/00%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	000%/00%	€ -	€ -	€ -	-	€ -	000%/00%
TOTAL	€ -		€ -	€ -	€ -	-	€ -	000%/00%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				

CANDIDATURAS PORTUGAL 2020

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	000%/00%	€ -	€ -	€ -	000%/00%	€ -	000%/00%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,50	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 981 768,09	100%
TOTAL	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,50	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 981 768,09	100%

CANDIDATURAS OUTROS APOIOS

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 69 434,18	69%	€ 48 000,00	€ 21 434,18	€ 46 033,43	66%	€ 9 434,20	20%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 484 147,38	71%	€ 344 395,16	€ 139 752,22	€ 344 395,16	71%	€ 344 395,16	100%
TOTAL	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40	€ 390 428,59	71%	€ 353 829,36	90%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS (OU NEGOCIADAS) POR APROVAR	€ -	000%/00%	€ -	€ -				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40				

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E MOBILIDADE

DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

O presente relatório sintetiza as principais atividades desenvolvidas pela **Divisão municipal de Mobilidade e Transportes** no período compreendido entre 01 de junho e 31 de agosto de 2026, abrangendo os domínios do estacionamento, transporte público de passageiros, mobilidade ciclável e sustentável, planeamento da mobilidade, gestão de infraestruturas e acompanhamento dos respetivos instrumentos contratuais e procedimentais.

1. Contratos de avença e outras concessões

No período em apreço, a operação dos parques de estacionamento cobertos sob gestão municipal – **Fonte Quente e Mercado de Sant’Ana** – registou **220 contratos de avença ativos**, distribuídos por **184 contratos no Parque da Fonte Quente** e **36 no Parque do Mercado de Sant’Ana**. O tempo médio de resposta administrativa situou-se em **10 dias úteis**, verificando-se o integral cumprimento dos prazos regulamentares aplicáveis.

2. Cartões de residente e estacionamento tarifado

No decurso do período, foram emitidos **84 cartões de residente**, mantendo-se a **Zona A** como a área de maior pressão sobre a oferta disponível, representando **58% do total das emissões**. O tempo médio de resposta administrativa fixou-se em **10 dias úteis**. No que respeita à operação das **Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL)**, foram realizadas **12 recolhas**, mantendo-se a normalidade operacional dos equipamentos.

3. Sistema BICLIS

O sistema público de bicicletas partilhadas **BICLIS** contou, no período em referência, com **127 utilizadores ativos**. Foram atribuídas **28 novas bicicletas** e realizadas **27 renovações**, encerrando-se o período com **23 bicicletas disponíveis para nova fase de atribuição**.

Desde o início do programa, o número acumulado de utilizadores ascendeu a **283**, tendo sido percorridos **144.247,90 km**, correspondendo a uma **redução estimada de emissões de carbono de 36.062 t**. Foram ainda preparadas as peças procedimentais relativas à prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota municipal, composta por **150 bicicletas elétricas**, bem como as peças procedimentais associadas ao projeto **Comboio das Bicicletas para o período 2026-2029**.

4. Serviço público de transporte rodoviário de passageiros

No âmbito das competências do Município de Leiria enquanto Autoridade de Transportes, prosseguiu o acompanhamento do serviço público de transporte rodoviário de passageiros da cidade de Leiria – Mobilis – e da reestruturação da respetiva rede, na sequência da realocização do Terminal Provisório de Leiria. Foram acompanhadas as alterações introduzidas no funcionamento das nove linhas da rede, bem como os trabalhos de validação e implementação do novo mapa da rede.

Os dados operacionais reportados ao **primeiro semestre de 2026** registam um total de **641.163 passageiros transportados**, mantendo-se março como o mês de maior procura, com **143.072 passageiros**. No mesmo período foram vendidos **52.587 títulos de transporte**, dos quais **40.093 bilhetes simples ou de bordo**, **11.870 passes urbanos mensais da Zona de Leiria**, **600 títulos pré-comprados** e **24 títulos urbanos especiais para grupos**. O **Passe Jovem Gratuito** registou **31.716 validações** no semestre.

No quadro das obrigações de acompanhamento e reporte inerentes ao exercício das competências de Autoridade de Transportes, foi elaborado e remetido ao Observatório da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) o respetivo reporte anual do serviço público de transporte rodoviário de passageiros, tendo sido igualmente assegurada a participação numa sessão técnica de apoio ao reporte de informação. Ainda no exercício das funções de Autoridade de Transportes e de entidade gestora do Terminal Rodoviário de Leiria, o Município procedeu à análise do projeto de modelo uniforme de autorização de paragem aplicável aos serviços expresso e internacional, tendo remetido ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) contributos técnicos destinados ao aperfeiçoamento do modelo, designadamente em matérias relacionadas com a identificação e validade das autorizações, compatibilidade com a capacidade do terminal, condições de utilização e enquadramento administrativo.

No que respeita ao Terminal provisório de Leiria, prosseguiram os trabalhos associados à definição do respetivo modelo de exploração e gestão, incluindo a consulta aos operadores, o acompanhamento do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira e dos demais estudos de suporte à decisão. Foi ainda desenvolvido o procedimento relativo à contratação de serviços de consultoria técnica especializada para

a elaboração de estudos de suporte à decisão no âmbito da exploração do Terminal, bem como os procedimentos necessários à instalação das estruturas provisórias de apoio ao seu funcionamento.

5. Mobilidade sustentável, Inovação e Representação institucional

No âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Leiria – PMUS, prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento da Fase III, com a consolidação do respetivo Plano de Ação, tendo sido proposta a validação de 74 Propostas de Ação. Foram igualmente desenvolvidos os trabalhos preparatórios associados à participação pública e à comunicação institucional do Plano.

No quadro do processo de participação e articulação institucional do PMUS, foram preparadas e organizadas reuniões setoriais, designadamente com o Conselho Municipal de Segurança e a Comissão Municipal de Ambiente, bem como ações de apresentação e auscultação, incluindo a realizada no Estádio Municipal, assegurando-se a preparação dos conteúdos, a articulação com as entidades envolvidas e a recolha e sistematização dos contributos apresentados.

No domínio da cooperação técnica e da representação institucional, foi assegurada a participação do Município em iniciativas e consultas promovidas por entidades nacionais e internacionais ligadas à mobilidade. Neste âmbito, foi dada resposta ao inquérito promovido pela Île-de-France Mobilités, no quadro do Comité de Autoridades da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), relativo ao transporte escolar e transporte escolar adaptado, bem como ao inquérito relativo aos impactos da implementação de limites de velocidade de 30 km/h na segurança rodoviária, na operação do transporte público e na qualidade do ambiente urbano e ao questionário promovido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) sobre necessidades de sistemas eBRT.

Foi igualmente assegurada a preparação e submissão da candidatura do Município ao ECO XXI, bem como a participação na Formação Nacional da Rede de Cidades e Vilas que Caminham, subordinada ao tema *“Transportes flexíveis e a pedido – o exemplo do Médio Tejo”*. Prosseguiram, ainda, os trabalhos de preparação da Semana Europeia da Mobilidade 2026, bem como a definição e operacionalização dos circuitos internos da DIMT para receção, análise, tratamento e encaminhamento das ocorrências submetidas através da plataforma municipal Leiria Repara.

6. Resposta à Tempestade Kristin

Foi elaborado o Relatório de Monitorização da Resposta à Tempestade Kristin, relativo ao 2.º trimestre de 2026. No âmbito do Aviso n.º 4/2026 do Fundo para a Mobilidade e Transportes – Apoio à Recuperação e Instalação de Infraestruturas de Mobilidade e Transportes danificadas pela Tempestade Kristin, foram preparadas e submetidas três candidaturas, respeitantes à recuperação de abrigos rodoviários, à reparação do sistema Smart City e à reposição de mapas da rede de transportes em abrigos. No âmbito da gestão contratual da rede de abrigos, prosseguiu o acompanhamento das intervenções necessárias, em articulação com as entidades responsáveis.

DIVISÃO DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESÍDUOS URBANOS

No período em análise, houve necessidade de continuar a acompanhar e despoletar procedimentos específicos de contratação pública, por forma a dar uma resposta excecional ao volume anormal registado de resíduos em todo o Concelho, decorrentes da Depressão Kristin, com respetiva articulação com operadores e gestão contratual.

Projeto Se Não Vestes, Valoriza! – recolhidas seletivamente, desde o início da atual edição, cerca de 7 255 kg de material têxtil.

Projeto BioLEIRIA: RESTOS não são lixo, são (COM)POSTO no lugar certo – Desde o início do ano de 2026, o projeto permitiu recolher e valorizar na origem cerca de 26,6 toneladas de biorresíduos, através de uma forma simples e inteiramente natural: utilização das seis ilhas de compostagem comunitária instalados no concelho.

Recolha, transporte e encaminhamento de resíduos de pescado (Subprodutos de Origem Animal – Matérias de Categoria 3) – Desde o início do ano de 2026, foram recolhidos seletivamente e devidamente encaminhados o total de cerca de 4 243 kg de subprodutos de origem animal (Pescado) proveniente da atividade dos Mercados Municipais.

Leiria +Verde (dados relativos ao período compreendido entre 01/06/2026 e 31/07/2026): Recolha seletiva de biorresíduos nos estabelecimentos de restauração, hotelaria e cafés aderentes, com frequência de recolha diária (terça-feira a sábado) e em zonas habitacionais com frequência trissemanal, num total de 156,56 ton de biorresíduos recolhidos, dos quais 36,940 ton são respeitantes ao canal HORECA e 119,62 ton respeitantes ao setor doméstico;

Projeto RecicLar (dados relativos ao período compreendido entre 01/06/2026 e 31/07/2026): Foram recolhidas 4,44 ton de embalagens de papel e cartão, 6,46 ton de embalagens de plástico e metal, 6,06 ton de biorresíduos e 21,78 ton de indiferenciados, num total de 38,74 ton.

Ecocentro Móvel: No período compreendido entre 01/06/2026 e 31/06/2026, o equipamento fez uma passagem completa em Bajouca, tendo-se recolhido 102 kg de resíduos, dos quais 10 kg foram de Têxteis, 68 kg de REEE's, 0 kg de Papel não embalagem, 11 kg de Pilhas e acumuladores, 9 kg de Tinteiros e tonners e 4 kg de Lâmpadas tubulares/normais. A 01/07/2026, o equipamento foi colocado na freguesia de Barreira, onde ainda se mantém, tendo-se recolhido até final de agosto: 814kg de resíduos, dos quais 289 kg foram de Têxteis, 133 kg de REEE's, 320 kg de Papel não embalagem, 30 kg de Pilhas e acumuladores, 25 kg de Tinteiros e tonners, 5 kg de Lâmpadas tubulares/normais e 12 kg de Embalagens contaminadas.

¹ À data de elaboração da presente informação ainda não foram enviados pela Ecoambiente, S.A. e Valorlis, S.A., os dados relativos ao mês de agosto de 2026, pelo que o reporte apresentado para os projetos "Leiria +Verde" e "RecicLar" são referentes até ao mês de julho de 2026

– Resposta/Submissão do Inquérito do INE aos Municípios – Proteção do Ambiente 2025 (IMFA); Envio de dados para o estudo anual DECO PROTESTE sobre tarifários de abastecimento de água, saneamento e resíduos aplicados ao consumidor doméstico 2026;

- Disponibilização de dados às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens (SIGRE) e a SDR Portugal, para atualização do Estudo Nacional de Limpeza Urbana e apuramento das contrapartidas a receber pelas autarquias pela limpeza urbana contínua de resíduos descartados indevidamente no espaço público.

RECURSOS HÍDRICOS – Acompanhamento das intervenções realizadas nas linhas de água integradas na rede hidrográfica do concelho, designadamente da remoção de material lenhoso no Rio Lis, iniciada em 11 de maio de 2026, no âmbito do Ajuste Direto n.º 179/2026/DICP- Tempestade Kristin.

RECURSOS GEOLÓGICOS - Realização de vistorias a pedreiras do concelho

PRAIA DO PEDRÓGÃO – Acompanhamento e a monitorização das condições existentes, com o objetivo de avaliar o estado do local e identificar eventuais situações que careçam de intervenção.

LUTA ANTI-MURINA – Ações preventivas de controlo de pragas urbanas; 30 Desinsetização; 23 desratização e 2 desbaratização

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL – Gestão da Informação no Processo de Controlo e erradicação da Vespa Velutina (766 ocorrências reportadas); Resposta a denúncias recebidas e a ocorrências ambientais detetadas no âmbito das atividades de vigilância; Reporte e verificação de deposições de resíduos na via pública na sequência da tempestade Kristin; Apoio à análise e resposta aos munícipes dos pedidos de recolha de resíduos provenientes da tempestade Kristin (196 pedidos.; Apoio ao projeto “Se Não Vestes, Valoriza” – Recolha, transporte e encaminhamento das roupas para os locais de entrega; Apoio ao projeto “BioLEIRIA” – Monitoração dos compositores; Apoio ao SMPC na verificação de obstruções em caminhos florestais na sequência da tempestade Kristin.

UNIDADE DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

A UNIA desenvolveu e acompanhou um conjunto diversificado de iniciativas de educação, sensibilização e valorização ambiental, dirigidas à comunidade escolar, à população em geral e aos utilizadores dos espaços naturais do concelho. Destacam-se, em particular, as seguintes atividades:

Comemoração do Dia Mundial do Ambiente – Realização de diversas atividades no Jardim de Santo Agostinho, destinadas ao público escolar, promovendo a reflexão, a participação ativa e a sensibilização para a proteção do ambiente.

Programa Bandeira Azul e época balnear – No âmbito do galardão Bandeira Azul e da época balnear, foram dinamizadas ações de educação ambiental orientadas para a valorização da Praia do Pedrógão, da Lagoa da Ervedeira e dos ecossistemas costeiros, nomeadamente: “Praia Limpa” (1), “40 Anos de Mar, Memórias e Bandeira Azul” (ao longo de todo o período), “As Super Criaturas da Lagoa da Ervedeira”, “Artistas Dunares” (3), “Retratos ao Sol” (3), “Leiria Sem Invasoras” (2), “Missão Azul: 40 Anos em Stop Motion” (2), “Hora do Conto – Histórias Salgadas: Super Criaturas da Praia do Pedrógão” (2), “Trapos não são Farrapos” (2) e a Extensão CineEco na Lagoa da Ervedeira.

Projeto “Pequenos Polinizadores, Grandes Heróis” – Conclusão das atividades desenvolvidas nas escolas, reforçando a importância dos polinizadores, da biodiversidade e da conservação dos habitats naturais junto da comunidade educativa.

Estratégia Nacional de Educação Ambiental – Remessa de contributos no âmbito do processo de participação pública da futura Estratégia Nacional de Educação Ambiental, assegurando o contributo municipal para a definição de políticas públicas nesta área. Programa Eco-Escolas – Participação em Conselhos Eco-Escolas e colaboração com os estabelecimentos de ensino no âmbito dos projetos “Rota Concelhia pelo Clima”, “Muros com Vida” e “O Mar Começa Aqui”. De salientar que, em cada um destes três projetos, o Município de Leiria alcançou o 1.º lugar, evidenciando a qualidade do trabalho desenvolvido em parceria com as escolas.

Voluntariado ambiental – Organização e acompanhamento de uma ação de voluntariado ambiental na Lagoa da Ervedeira, promovendo a participação cívica e a conservação deste espaço natural.

Materiais de sensibilização ambiental – Edição da brochura infantojuvenil “As Super Criaturas da Lagoa da Ervedeira”, enquanto recurso de apoio à educação ambiental e à valorização da biodiversidade local.

Candidatura Eco XXI – Submissão da candidatura do Município de Leiria ao galardão Eco XXI, reunindo evidências do trabalho desenvolvido em matéria de sustentabilidade, educação ambiental e envolvimento da comunidade.

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS**DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E ESPAÇO PÚBLICO****AÇÕES RELEVANTES**

A) No período considerado, encontram-se a ser ultimadas as diligências necessárias ao desencadear de novo procedimento concursal destinado a suprir a escassez de funcionários no Cemitério Municipal de Leiria, sendo que o atual contrato de prestação de serviços já se encontra a terminar;

B) Salienta-se o desencadear de novo procedimento concursal para atribuição de uma licença de ocupação de espaço público destinada à instalação de estrutura amovível/móvel tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas não sedentário na zona envolvente da Lagoa da Ervideira, pelo facto de o primeiro procedimento ter ficado deserto;

C) Destaca-se, de igual modo, a integração de elementos da DILAEP nos júris do concurso para concessão de espaço comercial de venda de bebidas - Palco Concertos, no âmbito do 27º Festival da Sardinha, e no âmbito do procedimento de contratação de serviços de produção da Festa Silenciosa e Carnaval de Verão, ambos a decorrer na Praia do Pedrógão;

D) No âmbito da realização do jogo de futebol Portugal – Nigéria, de preparação para o Mundial de 2026, a DILAEP promoveu o licenciamento de ocupação de espaço público destinado à implantação de bancas para venda ambulante de artigos desportivos, na envolvente do Estádio Municipal de Leiria;

E) No período considerado, foi finalizado o procedimento concursal para atribuição de licenças destinadas à comercialização de bolas de Berlim, fruta, outros bolos ou gelados e sandes embaladas por vendedores ambulantes no areal das praias do concelho de Leiria, tendo culminado na emissão de 10 licenças para venda dos vários produtos;

F) Salienta-se a participação da dirigente da unidade orgânica no Workshop de Inteligência Artificial aplicada à Administração Pública;

G) Em resposta ao solicitado pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco (DIAGR), no âmbito da elaboração do relatório de monitorização da resposta à tempestade *kristin* – 2º trimestre, a DILAEP partilhou os elementos relacionados com a sua atividade, designadamente, número de pedidos de isenção de pagamento de taxas devidas por licenciamento (inerente à alteração ao RTTML);

H) Destaca-se, de igual modo, a participação de elementos da DILAEP em formação relacionada com a tramitação de procedimentos de execução fiscal inerentes à atividade do cemitério (emissão de certidão de dívida);

I) No período considerado, salienta-se a prestação de informação solicitada pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, relacionada com a deteção de situações de incumprimento ao disposto no artigo 2º, do Decreto-Lei nº 406/74, de 29 de agosto, na sua redação atual – direito de reunião;

COLABORAÇÕES

A) Destaca-se a colaboração com a DIADS, no âmbito de prestação de informações relativas aos apoios de praia e equipamento instalados na Praia do Pedrógão, inerentes às candidaturas apresentadas pelo Município de Leiria para obtenção do galardão Bandeira Azul 2026;

B) Salienta-se, de igual modo, a colaboração da DILAEP com outras unidades orgânicas (DIADS, Proteção Civil, ...), Autoridade Local de Saúde e Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito da vistoria anual de preparação da época balnear 2026/candidatura Bandeira Azul e Praia Acessível 2026;

C) No período em análise releva a colaboração na partilha de respostas à DIADS, na sequência do solicitado pelo INE, relativo à proteção do ambiente (ano 2025), destacando-se informação relacionada com o valor arrecadado em taxas sobre o ruído e n.º de licenças especiais de ruído emitidas;

D) Destaca-se a colaboração da DILAEP, na realização de vistoria às tasquinhas que viriam a ser exploradas por associações e coletividades do concelho de Leiria, no âmbito da preparação do 27º Festival da Sardinha;

E) Salienta-se a partilha de informação com a DIADS, relacionada com o n.º total de licenças de ocupação de espaço público emitidas para instalação de contentores de recolha de têxteis usados no concelho de Leiria.

RECURSOS HUMANOS

A) No período considerado, a Unidade Orgânica (DILAEP) conta com 14 colaboradores (incluindo a dirigente), estando 5 alocados aos serviços do Cemitério Municipal de Leiria.

DESEMPENHO DE ATIVIDADES – No período considerado, foram desenvolvidas as atividades constantes no quadro seguinte:

Tipo de operação	Publicidade	OEP	Cemitério	Táxis	RJACSR	Alojamento Local	Meras Com. Natureza Artística	TMDP	Eventos Ações promocionais	Espetáculos e Divertimentos Públicos				
										Recinto Improvisado	Recinto Itinerante	Prova Desportiva	Licença Especial Ruído	Autorizações Fogo
Registo de pedidos	56	133	43	3	73	58	175	8	58	43	0	23	179	18
Registo de pedidos de renovação ou Prorrogações	31	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

RECEITA – A Unidade Orgânica gerou, através das várias áreas de atuação, um total de receita de **€ 86.678,13**, conforme seguinte discriminação:

Origem da receita	Valor cobrado (em €)
Emissão/prorrogação de alvarás de licenciamento de publicidade	14.058,24
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	25.356,86
Alvarás de licenciamentos vários (Recinto Improvisado, Recinto Itinerante, Provas Desportivas, Alargamento de Horário)	4.380,48
Alvarás de licença especial de ruído	7.974,76
Licenças de táxi	106,46
RJACSR	7.017,19
Alojamento Local	0

Serviços Cemiteriais	9.341,94
TRH e TMDP	18.442,20*

*TRH – Do valor apurado, € 70,32 destinam-se aos Fundos Azul e Ambiental

DIVISÃO DE COMÉRCIO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

No âmbito da dinamização do Mercado Municipal de Leiria, decorreram os seguintes eventos:

- **4.º Aniversário do MML**, em 06 de junho, sábado; com o Chef Isaac e prova de bolo de aniversário produzido com ingrediente do MML
- **Santos Populares**, em 13 de junho, sábado, com oferta de sardinhas e broa dos operadores do MML.
- **Sabores do Mercado**, em 16 de agosto, sábado, com oferta de bifanas com a carne e o pão dos operadores do MML.

Quanto à atividade do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, deu-se continuidade à divulgação no Site e Redes Sociais do ML, de diversa informação/documentação recebida da DGC (Avisos, Informação e Nota de Imprensa). Relativamente a atendimentos, somos de reportar 39 atendimentos.

Foram realizadas 3 Feiras de Artesanato do Município de Leiria, a 07 de junho, tendo comparecido 12 artesãos, a 05 de julho, tendo comparecido 6 artesãos, e no dia 02 de agosto, com a presença de 10 artesão, num total de 43 inscritos.

Foram realizadas 3 Feiras de Antiguidades e Velharias do Município de Leiria, a 13 de junho de 2026, 11 de julho de 2026, e no dia 08 de agosto, com ocupação de todos os 50 lugares disponíveis.

A receita total obtida neste período foi de **62.178,82 €**, nos seguintes termos:

- i) **Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:** Receita 1.052,50 €
- ii) **Mercado Municipal de Leiria:** Receita 18,168,60 €
- iii) **Mercado Municipal de Leiria(ocasional):** Receita 378,42 €
- iv) **Mercado de Venda por Grosso do Falcão:**
 - Têxteis e Hortofrutícola: Receita total 18.723,56 €
 - Receita banhos: 8,64 €
 - Emissão de cartões: 512,07 €
- v) **Feira de Leiria:** Receita 16.620,00 €
- vi) **Feira de Leiria (ocasional):** Receita 4.407,20 €
- vii) **Feira da Praia de Pedrogão:** Receita 2.268,63 €
- viii) **Feira da Praia de Pedrogão (ocasional):** Receita 39,20 €

No que se refere à aferição Metrológica, é de referir à entrada de 22 pedidos de controlo metrológico efetuados através do portal do Município de Leiria e a inexistência de reclamações.

Foram sujeitos a controlo metrológico 588 instrumentos e emitidos 253 documentos comprovativos de controlo metrológico, bem como a emissão de 547 certificados de verificação legal.

Foram rejeitados 6 instrumentos de medição por não se encontrarem em conformidade.

A receita referente ao número de instrumentos de medição verificados foi de **18.292,91€**.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA
DIVISÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS**1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:**

Analisando os valores das entradas mais relevantes relativamente ao período homólogo (junho a agosto), em termos de entradas totais no período em análise, em 2025 ocorreram 3372 entradas e em 2026 ocorreram 3206, o que se traduz numa redução de aproximadamente 5 %.

Analisando individualmente, por entradas mais relevantes, verifica-se uma redução generalizadas de entradas, verificando-se apenas um aumento de pedidos genéricos relativos à tempestade Kristin, pedidos de declarações de localização no âmbito da tempestade Kristin e os pedidos de certidão.

Em termos de totais de entradas anuais, contabilizou-se em 2026 o número de entradas mais elevado dos últimos 17 anos, relativo ao período homólogo.

Quanto ao número de emissões de alvarás, relativamente ao período homólogo (junho a agosto), verifica-se que ocorreram 912 emissões no ano de 2025 e 1054 emissões no ano de 2026, o que se traduz num aumento de aproximadamente de 16 %. Tal facto deve-se também à emissão de declarações de localização no âmbito da tempestade Kristin e demais procedimentos, como alterações de toponímia, emissão de números de polícia, elementos necessários no âmbito das candidaturas no âmbito do apoio às habitações, na sequência da tempestade Kristin.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo, neste caso, de junho a agosto, foram emitidos alvarás de obras de alteração e ampliação para 341 fogos durante o ano de 2026, 247 fogos durante o ano de 2025, 230 durante o ano de 2024 e 179 durante o ano de 2023, verifica-se assim que em 2026 se obteve o valor mais elevado, com uma subida de aproximadamente 38 %.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo neste caso, de junho a agosto, foram emitidos alvarás de utilização, para 114 fogos durante o ano de 2026, 138 fogos durante o ano de 2025, 176 fogos durante o ano de 2024 e 143 fogos durante o ano de 2023, verifica-se uma diminuição relativamente aos anos anteriores.

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (jun/ago)

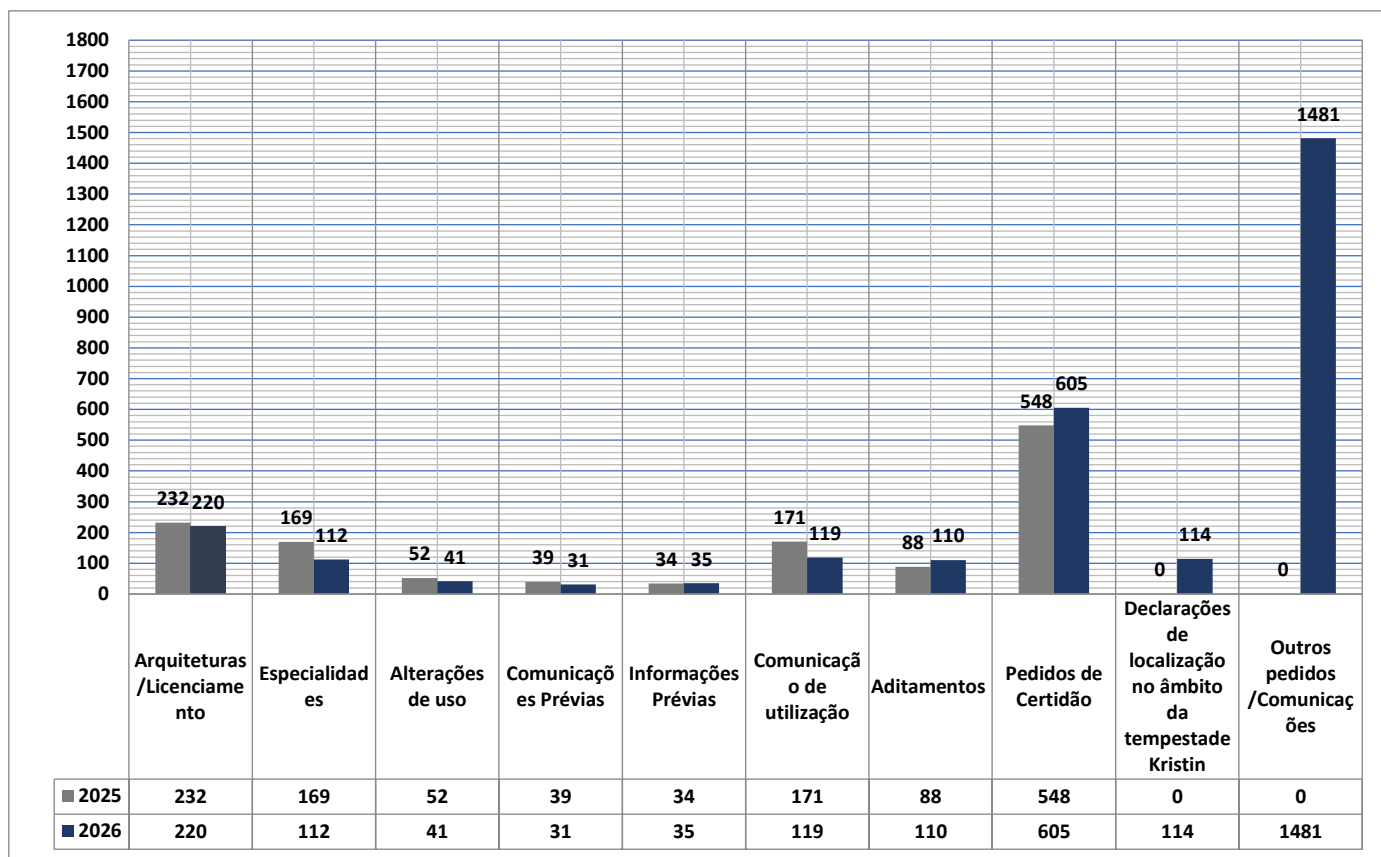


Gráfico 2 – Total de entradas ao longo dos anos (jun/ago)

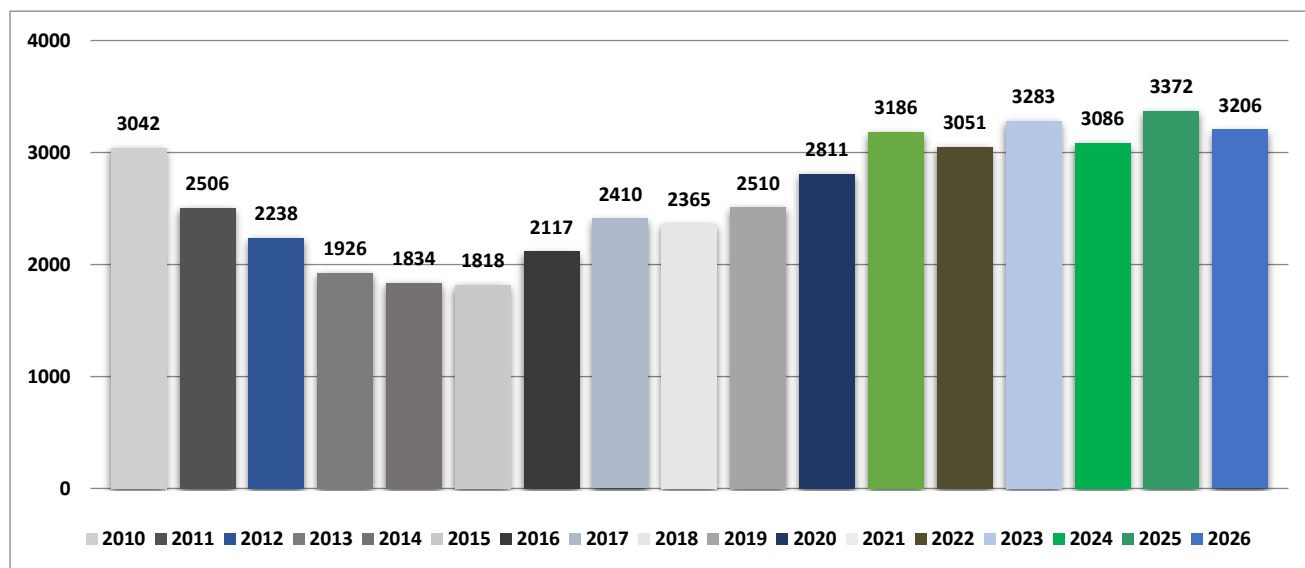


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás e Certidões (jun/ago)

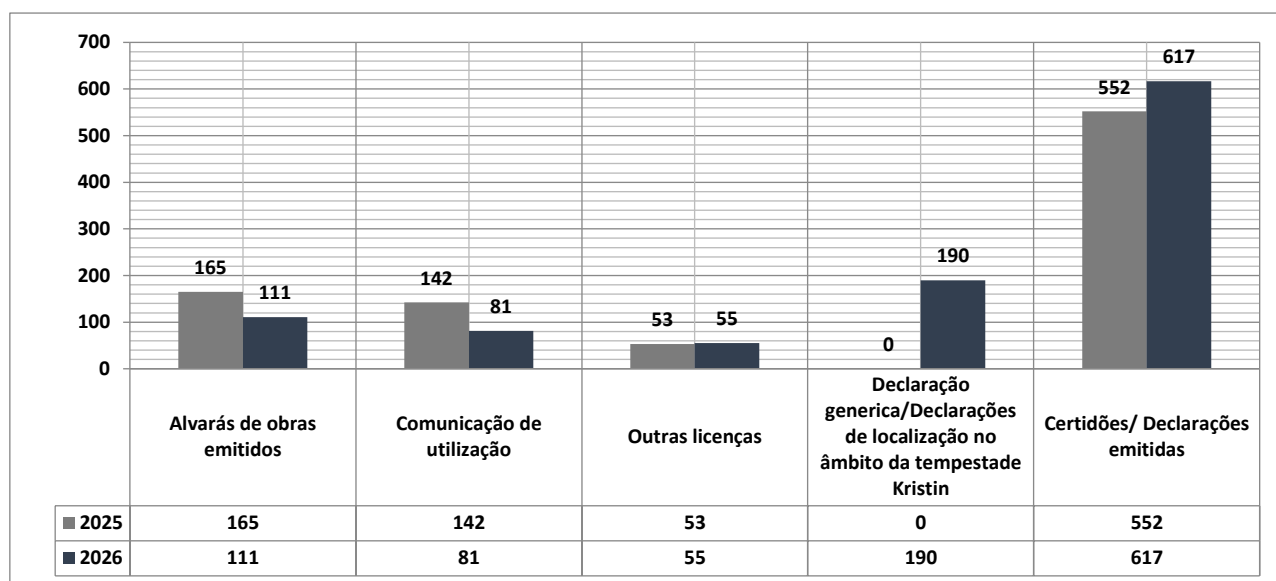


Gráfico 4 – Total de saídas (jun/ago)

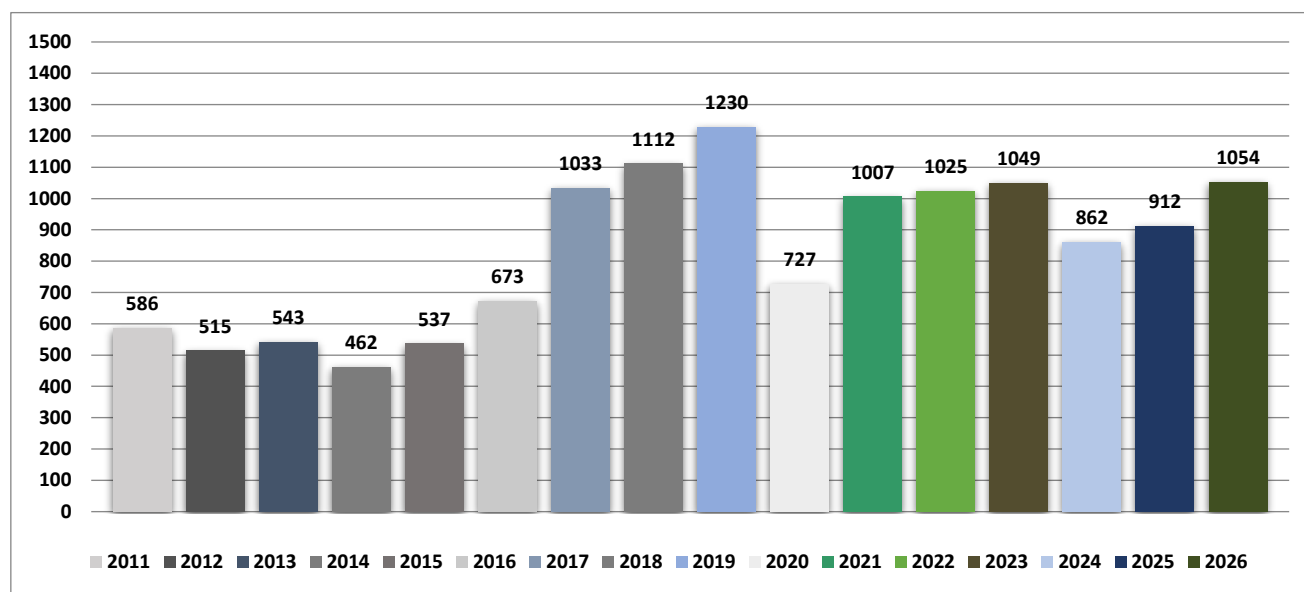
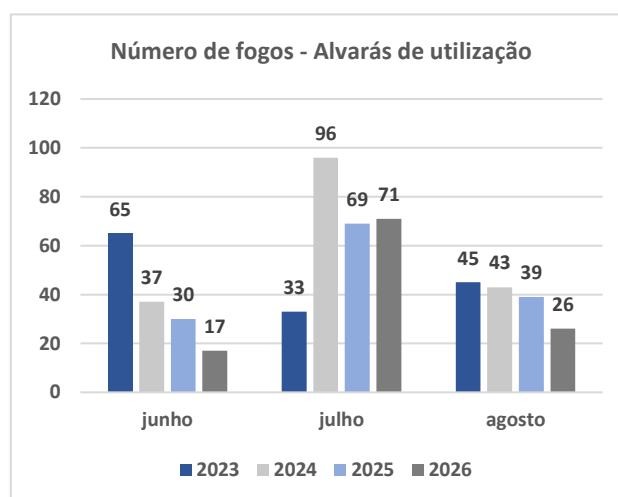
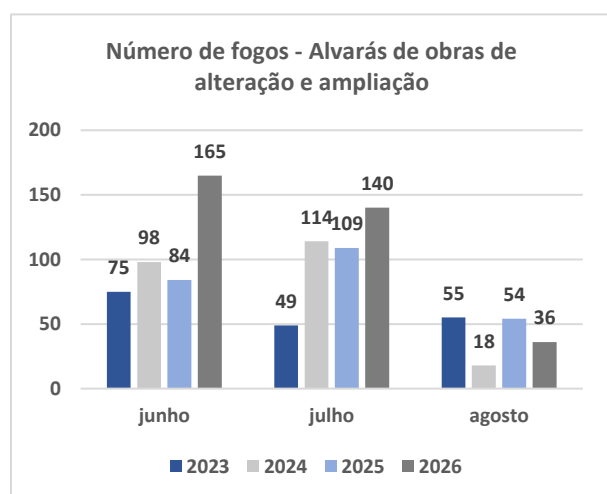
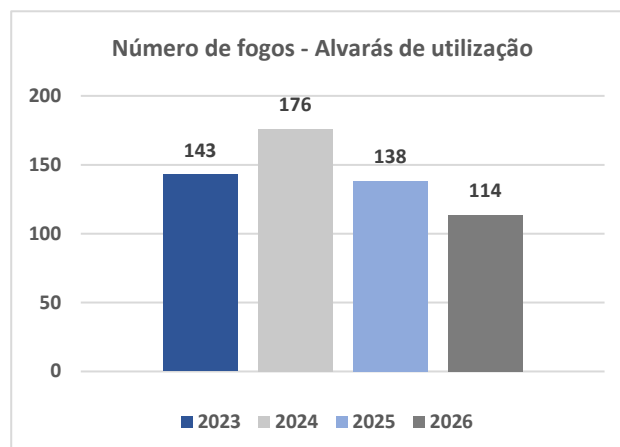
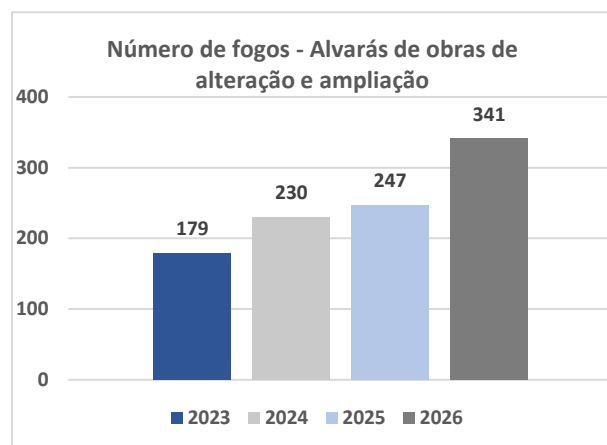


Gráfico 5 – Número de fogos(jun/ago)

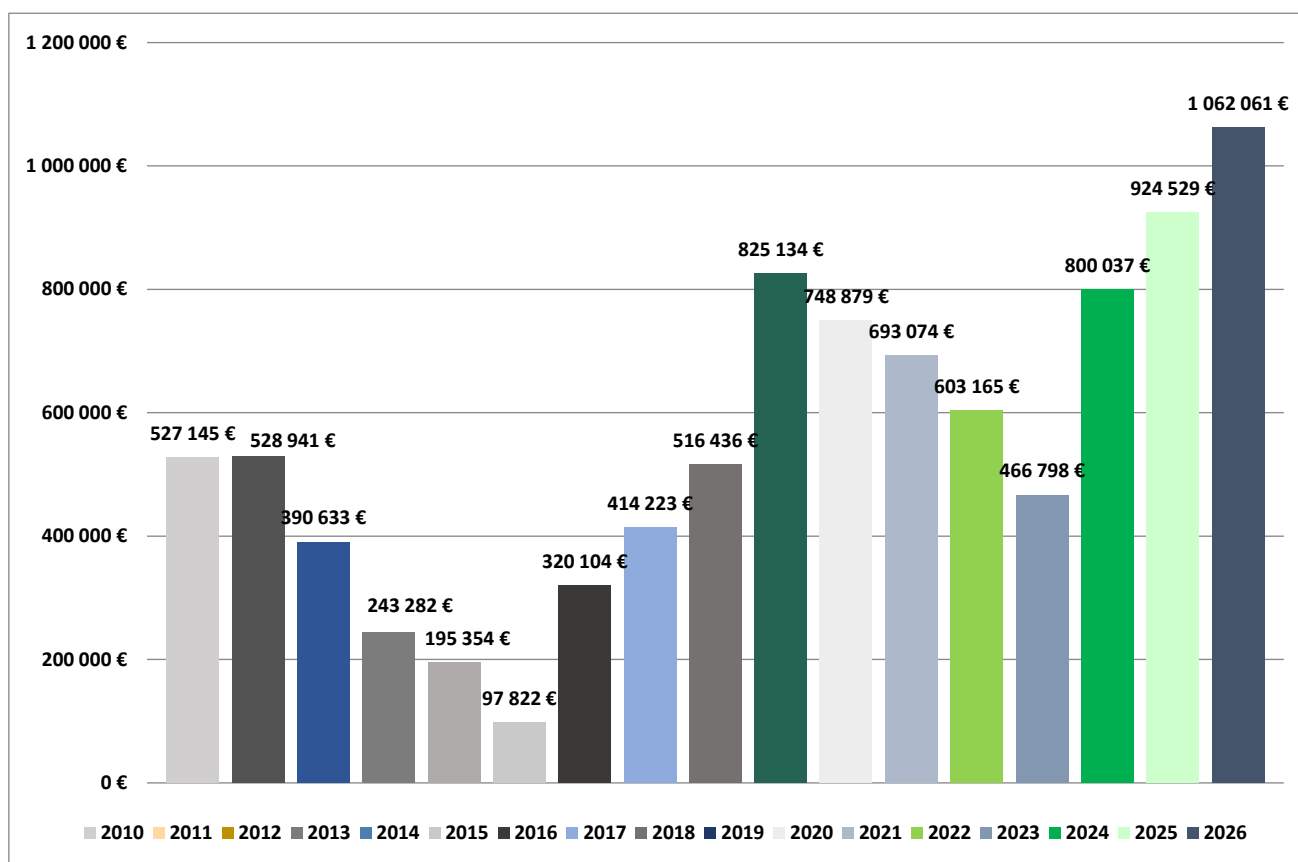


2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO

Constata-se que em termos de receita, comparando os períodos homólogos (de junho a agosto), ocorreu um aumento de cerca de 15 %, comparativamente ao ano de 2025.

O valor da receita durante o ano de 2026, atingiu o valor mais alto desde o ano de 2010.

Gráfico 6 – Receita total (jun/ago)



3. TOPONÍMIA E CADASTRO / UNTC

As atividades desenvolvidas centraram-se principalmente no registo, em ambiente SIG, do cadastro das operações urbanísticas. No domínio da toponímia, o trabalho incidiu na validação e atualização da base de dados da toponímia municipal, considerando a atribuição de novos topónimos e eventuais retificações.

Tarefas desenvolvidas	Dados Quantitativos
Inserção de processos de operações urbanísticas na base de dados das operações urbanísticas	322
Inserção de processos de antecedentes	239
Inserção de Alvarás de utilização na base de dados das operações urbanísticas	98
Informações técnicas no âmbito do cadastro	36
Correções Cadastro	65
Cadastro Áreas de Cedência no âmbito do licenciamento de operações urbanísticas	30
Registo em SIG de Vistoria Depressão Kristin	72
Instrução de processos de atribuição de topónimos	10
Informações técnicas de Certidões de Localização e CAOP	233

Informações técnicas de Declarações no âmbito da Depressão Kristin	61
Informações técnicas no âmbito de dominialidade (certidões e Operações urbanísticas)	5
Validação de topónimos na base de dados da toponímia municipal	24
Inserção de novos topónimos na base de dados da toponímia municipal	7
Emissão de Certidões de localização/CAOP/dominialidade	176
Publicitação de topónimos	5
Informações no âmbito da atribuição de números de polícia	3
Requisições de processos de operações urbanísticas	95
Pesquisas no arquivo físico da Toponímia Municipal	28
Colaboração com o Núcleo de apoio à gestão urbanística na emissão de certidões narrativas	11
Reunião: Junta Freguesia de Maceira	1
Reunião: Junta Freguesia de Ortigosa	1
Reunião: Junta Freguesia de Arrabal	1
Monitorização de uma moradia e muro por métodos topográficos	1 campanhas de observação
Apoio e respetivo levantamento topográfico	1 (Casal dos Matos)
Segunda verificação da informação geográfica em processo de produção pela empresa Viamapa, para ser utilizada em diversos instrumentos de Gestão do Território (em colaboração com a DIPOT)	4 semanas

Avaliação do futuro software de topografia.

Avaliação de novos equipamentos para a utilização em levantamentos topográficos, tendo por objetivo a rapidez de execução e a qualidade da informação geoespacial obtida.

4. CONCLUSÃO

Atendendo a que o período em análise abrange ainda parte da fase mais crítica de resposta às diversas situações de carácter extraordinário decorrentes da Tempestade Kristin, os dados apurados refletem o trabalho desenvolvido pelo DEGU, naquilo que são as suas competências diretas, com redução bastante significativa do trabalho habitualmente desenvolvidos, apesar de se verificar um acréscimo de diversas situações, nomeadamente emissão de declarações e certidões.

A 28 de Agosto foi concluído o trabalho de análise de candidaturas, num total de 10 838 pedidos verificados; trabalho desenvolvido pelo DEGU, em colaboração restantes serviços do município.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

O período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2026 ficou particularmente marcado pela continuidade da resposta aos danos provocados pela tempestade «Kristin», que implicou um significativo reforço da atividade do Departamento de Obras Municipais, quer ao nível da preparação dos procedimentos de contratação, quer da gestão, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas. Esta atividade

foi desenvolvida em simultâneo com o acompanhamento das empreitadas municipais correntes, exigindo uma permanente articulação e redistribuição dos recursos técnicos disponíveis.

Indicadores do período em análise:

Indicador	Resultado
Empreitadas em formação do contrato	56
Empreitadas consignadas	26
Empreitadas em execução (Gestão de Contratos)	72
Projetos em execução (Gestão de Contratos)	12
Receções provisórias realizadas no período	28
Receções definitivas realizadas no período	14
Processos associados à Tempestade Kristin	
TK - Empreitadas em formação do contrato	33
TK - Empreitadas consignadas	22
TK - Empreitadas em execução	31
TK - Empreitadas concluídas	25
TK - Valor total dos procedimentos (S/IVA)	17,1M €
TK - Valor dos procedimentos em execução (S/IVA)	5,6M €
TK - Valor dos procedimentos faturados (S/IVA)	4,4M €
Reerguer Leiria - processos analisados	528
Reerguer Leiria - Técnicos da DIOMI afetos	4

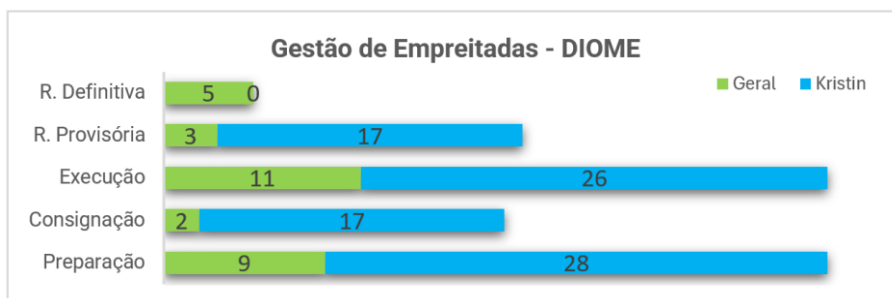
Conclusão e perspetivas para o período seguinte

O período em análise ficou marcado por uma elevada concentração de atividade associada às intervenções decorrentes da tempestade «Kristin», desenvolvida em paralelo com a gestão e acompanhamento das restantes empreitadas municipais. A afetação extraordinária de recursos técnicos condicionou o desenvolvimento de algumas atividades programadas, mantendo-se, contudo, assegurado o acompanhamento das empreitadas consideradas prioritárias.

No período seguinte, será dada continuidade à preparação e lançamento dos procedimentos ainda em desenvolvimento, ao acompanhamento das empreitadas em execução e à conclusão dos processos associados à tempestade «Kristin», procurando-se simultaneamente recuperar os atrasos verificados na atividade corrente e reforçar o planeamento e acompanhamento integrado das empreitadas municipais.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM EDIFÍCIOS

Relativamente aos procedimentos da DIOME em curso no período em análise, identificam-se os seguintes:



1. Procedimentos pré-contratuais

Desenvolvimento das atividades inerentes à formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.

T-48/2021 – Reabilitação do Solar das Artes da Barreira – Fase I – Jardim

T-94/2023 - Construção de habitação a custos controlados, Rua da Mata – Parceiros. Decorre processo de Contratação n.º CPN 12/2026/DICP

T-04/2026 - Requalificação e Ampliação do Centro de Saúde Dr. Gorjão Henriques – Instalação de Centro de Diagnóstico Integrado, Leiria

T-45/2026 - Reconstrução da Escola EB 2,3 dos Marrazes – DEOM: Decorre o processo de Contratação n.º CPN 13/2026/DICP.

T-159/2026 - Pavimentação do Acesso Posterior à Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão

T-182/2026 - Pintura de Muros e Vedação na Escola Profissional Leiria - S Romão

2. Execução das empreitadas

Gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas em execução.

2.1 Empreitadas em execução

Acompanhamento técnico e fiscalização das empreitadas em fase de execução.

T-11/2020 - Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis, Leiria.

T-19/2020 - Requalificação e Apetrechamento da Escola do 3º Ciclo e Secundária Afonso Lopes Vieira

T-44/2020 - Construção do Edifício do Serviço de Finanças na Torre Nascente do Estádio Municipal

T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão, Leiria.

T-136/2021 - Construção da Unidade de Saúde de Santa Eufémia, UF Santa Eufémia e Boa Vista, Leiria.

T-23/2022 - Unidade de Saúde de Pousos.

T-32/2023 - Construção do Centro de Saúde da Barreira – empreitada em execução.

T-40/2023 - Construção da Central de Mobilidade de Leiria.

T-78/2023 - Construção de habitação a custos controlados, Monte Redondo.

T-92/2023 - Reabilitação de edifício para habitação a custos controlados – rua da Cova, Bidoeira de Cima – consignação a 09/03/2026.

T-58/2024 - Substituição parcial da cobertura do estádio - Lote 2 policarbonato (em colaboração com o DECGO).

T-53/2025 - Remodelação da escola da Bouça (1.º ciclo e jardim de infância), União das Freguesias de Colmeias e Memória.

T-02/2024 - Requalificação do Jardim de Infância de Santa Eufémia – LEIRIA – OP_P29.

T-93/2026 - Requalificação do edifício do JI do Janardo – Marrazes.

2.2 Receção das empreitadas

Realização dos procedimentos associados à **receção provisória e definitiva das empreitadas**, incluindo vistorias e acompanhamento das correções necessárias.

T-65/2019 - Fase 3 - Reabilitação de 5 Habitações Sociais no Concelho de Leiria – Barreira e Santo António do Carrascal

T-65/2019 - Fase 4 - Reabilitação de 2 Habitações Sociais no Concelho de Leiria.

T-65/2019 - Fase 5 - Reabilitação de 5 Habitações Sociais no Concelho de Leiria - Parceiros

T-6/2023 - Reabilitação e alteração de estabelecimento escolar para habitação unifamiliar - Rua da Escola Nova, Figueiras.

T-20/2023 - Execução de Habitação Social / Custos Controlados – Coimbrão.

T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão – Leiria

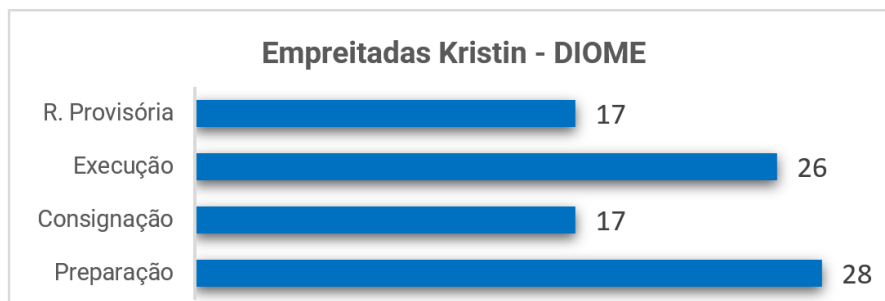
T-84/2023 - Reabilitação da Casa do Horto para Habitação a Custos Controlados - Travessa do Horto, Leiria.

T-55/2018 – Reparações das Instalações Técnicas do Estádio Municipal de Leiria – Lote 2 - AVAC e Sistemas Hidráulicos – Receção Definitiva

T-76/2019 – Substituição Integral dos Telhados de Cobertura do Solar do Visconde de Barreira - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – Receção Definitiva

3 KRISTIN – Gestão de empreitadas

Neste período, a Divisão de Obras Municipais em Edifícios (DIOME) assegurou a preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos de contratação de empreitadas no âmbito da tempestade «Kristin», incluindo a análise e preparação da documentação necessária aos processos pré-contratuais. Foi igualmente efetuado o acompanhamento da execução dos contratos em vigor, bem como a coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas, contando, em diversas intervenções, com a colaboração de técnicos da Divisão de Obras Municipais em Infraestruturas (DIOMI) na preparação dos procedimentos e no acompanhamento técnico da execução.



T - 08/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona Norte (receção provisória)

T - 09/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona Sul (receção provisória)

T - 10/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Malha Urbana (estorno)

- T - 11/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução da Escola Secundário Afonso Lopes Vieira (recepção provisória)
- T - 12/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica D. Dinis
- T - 13/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica José Saraiva e Centro de Formação (recepção provisória)
- T - 14/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica n.º 2 de Marrazes (recepção provisória)
- T - 15/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB123 +JI). (recepção provisória)
- T - 16/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Rainha Santa Isabel, Carreira. (recepção provisória)
- T-17/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Henrique Sommer (recepção provisória)
- T - 18/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Dr. Correia Alexandre (recepção provisória)
- T - 19/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Colmeias (recepção provisória)
- T - 20/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Santa Catarina da Serra (recepção provisória)
- T - 21/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Escola Profissional de Leiria e Centros Tecnológicos CT1 e CT2.
- T - 22/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no edifício da Villa Portela (suspensão parcial)
- T - 29/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Centro Escolar do Coimbrão
- T - 32/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Aquisição de 15 módulos para salas de aula de apoio à atividade escolar (inclui entrega e instalação), na Escola Henrique Sommer
- T - 40/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: EB1 do Vale da Rosa, EB1 de Caldelas, JI de Caranguejeira, EB1 e JI da Palmeiria (recepção provisória)
- T - 41/2026 - TEMPESTADE KRISTIN- Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: JI Souto do Meio, EB1 de Caranguejeira
- T - 43/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carreira (recepção provisória)
- T - 49/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Regueira de Pontes: JI e EB1 Regueira de Pontes e EB1 das Chãs (recepção provisória)
- T - 50/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Arrabal: EB1 de Arrabal, EB1 da Martinela, EB1 da Várzea e JI do Soutocico (recepção provisória)
- T - 57/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Demolição de edifícios em risco de queda e sinalizados pela Proteção Civil
- T - 59/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Mercado Santana. (recepção provisória)
- T - 60/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no BAG. (recepção provisória)
- T - 61/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carvide

- T - 68/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria (recepção provisória)
- T - 69/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Biblioteca Municipal (recepção provisória)
- T - 72/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício do Castelo de Leiria (recepção provisória)
- T - 73/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício dos Paços de Concelho
- T - 79/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução de danos na Igreja da Misericórdia – Leiria (recepção provisória)
- T - 81/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e recuperação de danos no Centro Escolar da Maceira
- T - 88/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria –2 Fase (suspensão parcial)
- T - 89/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no CAE – Barreira (recepção provisória)
- T - 92/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Execução de trabalhos de reposição de danos Escola Básica 23 das Colmeias - Fase 2 (recepção provisória)
- T – 106/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no JI dos Marrazes
- T - 109/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no JI Ruivaqueira, JI Riba D'aves - Freguesia de Ortigosa e EB1 Amor - Freguesia de Amor (recepção provisória)
- T - 110/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na EB1 Coucinheira, EB1 Casal dos Claros, JI Amor, EB1 Casal Novo e EB1 Barreiros - Freguesia de Amor (recepção provisória)
- T - 111/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na EB1 Ortigosa e EB1 Lameira - Freguesia de Ortigosa
- T - 117/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de Danos na EB1_JI Praia do Pedrogão e EB1_JI Ervideira - Freguesia de Coimbrão (recepção provisória)
- T - 119/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação de Danos na Escola Secundária Afonso Lopes Vieira - Fase 2 (recepção provisória)
- T – 121/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos em diversos JI da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T – 122/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos em diversos EB da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T – 123/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos na EB Moita da Roda e EB/JI de Souto da Carpalhosa - Freguesia Souto da Carpalhosa
- T - 124/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos na EB da Bajouca
- T - 125/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos em habitações sociais (recepção provisória)
- T – 139/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e Reconstrução de danos na EB Cavalinhos – Maceira
- T – 146/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e Reconstrução de danos na EB Boavista e EB Santa Eufémia
- T - 147/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e Reconstrução de danos na EB e JI Agodim e EB Colmeias
- T – 148/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos nas Escolas da União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça

- T – 149/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos na EB Monte Real, JI Monte Real e JI Outeiro da Fonte
- T – 150/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos no edifício da GNR - Posto Territorial de Monte Real
- T – 151/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos no Centro de Saúde de Monte Real
- T – 152/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos nas Escolas da Freguesia de Milagres
- T – 153/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e Reconstrução de Danos na EB Pinheiros, EB nº 1 Marrazes e EB Marinheiros
- T – 154/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e Reconstrução de Danos na EB Barosa e ATL
- T – 155/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos em Diversas Escolas da União de Freguesias de Parceiros e Azoia
- T – 156/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos nas sedes das Juntas de Freguesia de Parceiros e Azoia
- T – 157/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos na vedação do JI Azoia
- T – 158/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos no Centro Escolar da Bidoeira
- T – 162/2026 – TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos na sede Junta de Freguesia de Bidoeira
- T – 164/2026 – TEMPESTADE KRISTIN – Execução de trabalhos de reposição de danos na EB1 Aparícios e JI Barreira
- T – 165/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de Reposição de Danos no JI da Coucinheira – Amor
- T – 166/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e Reconstrução de Danos no JI de Santa Eufémia
- T – 167/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos em diversas escolas da União de Freguesias Marrazes e Barosa
- T – 168/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução de danos na EB Outeiro da Fonte e EB Porto Urso
- T – 176/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação Reconstrução Danos EB 2 3 Dr. Correia Alexandre (2.ª Fase) – Caranguejeira
- T – 178/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação Reconstrução Danos EB 2 3 Dr. José Saraiva (2.ª Fase)
- T – 179/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação Reconstrução Danos EB e JI da Freguesia da Maceira
- T – 180/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na EB da Bouça
- T – 181/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Execução de Trabalhos de reposição de danos na sede da Junta de Freguesia da Barreira
- T – 189/2026 - TEMPESTADE KRISTIN -Reparação e Reconstrução de Danos no CE de Parceiros
- T – 190/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e Reconstrução de Danos no CE da Barreira

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM INFRAESTRUTURAS

A Divisão de Obras Municipais em Infraestruturas (DIOMI), integrada no Departamento de Obras Municipais (DEOM), assegura a preparação, gestão, coordenação, acompanhamento técnico e fiscalização das empreitadas municipais nos domínios das infraestruturas, espaço público e mobilidade.

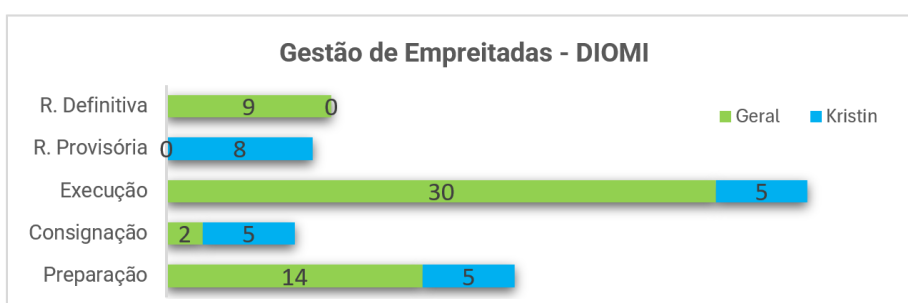
No período em análise, para além da atividade corrente da Divisão, a DIOMI teve uma intervenção significativa na resposta aos danos provocados pela tempestade «Kristin», assegurando a preparação e o acompanhamento dos procedimentos de contratação, bem como a gestão, fiscalização e acompanhamento técnico das respetivas empreitadas. Neste âmbito, quatro técnicos da DIOMI foram ainda afetos à análise e apreciação técnica das candidaturas submetidas à CCDD Centro, no âmbito dos apoios destinados à recuperação dos danos decorrentes da tempestade «Kristin», integrando a equipa do Gabinete Reerguer Leiria.

Paralelamente, os técnicos da DIOMI colaboraram com a Divisão de Obras Municipais em Edifícios (DIOME) na preparação dos procedimentos e no acompanhamento técnico de diversas empreitadas destinadas à reparação dos danos provocados pela tempestade «Kristin» em edifícios municipais.

A afetação destes recursos técnicos ao Gabinete Reerguer Leiria, condicionou a capacidade de resposta da DIOMI no desenvolvimento da sua atividade corrente, verificando-se atrasos na preparação de alguns procedimentos, no acompanhamento técnico e administrativo dos processos e no desenvolvimento de outras tarefas programadas da Divisão.

Apesar destes constrangimentos, foi assegurada a continuidade do acompanhamento das empreitadas municipais em execução e das restantes atividades consideradas prioritárias, através da necessária articulação e redistribuição interna dos recursos disponíveis.

Relativamente aos procedimentos da DIOMI em curso no período em análise, identificam-se os seguintes:


1. Procedimentos pré-contratuais

Desenvolvimento das atividades inerentes à formação do contrato, incluindo a preparação das peças do procedimento e a gestão e acompanhamento dos procedimentos pré-contratuais, até à consignação da empreitada.

T-44/2025 – Construção de Passeios na Freguesia dos Milagres

T-1/2026 – Reconstrução de muro de suporte na Rua Mina do Lenhite – Marrazes. Aguarda consignação

T-188/2026 – Repavimentação de diversos arruamentos no Bairro das Almoinhas, Marrazes – DEOM

2. Execução das empreitadas

Gestão contratual, coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas em execução.

2.1. Consignação

Formalização da consignação e desenvolvimento das diligências necessárias ao início da execução da empreitada.

T-85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria

T-28/2024 - Construção de parque de estacionamento na Av. Papa Francisco – Leiria

T-46/2025 – Requalificação da Rua do Prazo – Freguesia de Bajouca

2.2. Empreitadas em execução

Acompanhamento técnico e fiscalização das empreitadas em fase de execução.

T-57/2018 - Construção de Rotunda na E.N. 242, Barosa, Leiria

T-10/2021 - Construção de um espaço de utilização coletiva com estacionamento junto à rotunda D. Dinis, Leiria

T-37/2021 - Execução do Largo da Igreja, rua de Júlia da Silva Crespo e rua Dom Dinis, Regueira de Pontes

T-85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria

T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 1: União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira

T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3: União de freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa e freguesia de Amor

T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4: Freguesia de Regueira de Pontes, freguesia de Milagres e freguesia de Bidoeira de Cima

T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 5: União de Freguesias de Marrazes e Barosa e Parceiros e Azoia

T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 6: União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes

T-51/2023 - Construção de Novos Acessos e Equipamentos no Parque Verde de Leiria

T-67/2023 - Fase 1- Execução das Infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo, Leiria

T-69/2023 - Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas em Aroeira e Requalificação da EN 109-9 entre Aroeira e Coimbrão, Monte Redondo

T-70/2023 - Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Requalificação do Arruamento

T-80/2023 - Requalificação da rede de drenagem pluvial na Rua de São Miguel e Rua Emídio Agostinho Marques, Leiria

T-28/2024 - Construção de parque de estacionamento na Av. Papa Francisco – Leiria. Aguarda aprovação PSS

T-39/2024 - Reformulação da Drenagem Pluvial na Rua Dr. Luís Pereira da Costa - EN 109, no troço de arruamento compreendido entre a rua da Bajouca e o cemitério - Monte Redondo

T-66/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na Freguesia da Caranguejeira – Empreitada sem execução de trabalhos

T-67/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça – Empreitada sem execução de trabalhos

T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 1: Freguesia de Arrabal

- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3:
Freguesia de Bidoeira de Cima
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4:
Freguesia de Coimbrão
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 5:
União das freguesias de Colmeias e Memória
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 6:
União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7:
Freguesia de Maceira
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 8: União
de Freguesias Marrazes e Barosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 9:
Freguesia de Milagres
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 12:
União de Freguesias Parceiros e Azoia
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 13:
Freguesia de Regueira de Pontes
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 14:
União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 15:
União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 16:
Freguesia de Amor (Trabalhos concluídos).
- T-07/2025 - Requalificação e drenagem pluvial da Rua de Leiria - 2.ª Fase (Trabalhos concluídos).
- T-16/2025 - Arranjos Exteriores da Habitação, Barreira, Leiria (aguarda receção provisória, encontrando-se pendente a correção de anomalias).
- T-46/2025 - Requalificação da Rua do Prazo - Freguesia da Bajouca (Trabalhos concluídos).

2.3. Receção das empreitadas

Realização dos procedimentos associados à receção provisória e definitiva das empreitadas, incluindo vistorias e acompanhamento das correções necessárias.

- T-53/2024 _Estabilização e valorização do abrigo do lagar Velho (ALV) - UF Santa Eufémia e Boavista
(RP 28.08.2026)
- T-64/17 - Requalificação da E.M. 531 - Bajouca (RD 01/06/2026)
- T-50/18 - Execução de arruamento de ligação da Quinta dos Maristas a Casal dos Matos - Pousos - Leiria
(RD 18/06/2026)
- T-28/21 - Trabalhos diversos para instalação do Centro Associativo Provisório no antigo edifício da EDP,
na Ponte Hintze Ribeiro - Leiria (RD 18/06/2026)
- T-100/20 - Reparação da cobertura da torre sul do Teatro José Lúcio da Silva (RD 29/06/2026)
- T-111/20 - Requalificação dos troços entre o Outeiro das Barrocas e o IC2 - Boa Vista (RD 15/06/2026)
- T-85/20 - Implementação de medidas de acalmia de tráfego em diversos locais do concelho de Leiria
(RD 26/06/2026)

T-19/19 - Alargamento do pontão e passeios da Estrada n.º 349/1 - Barreiros - Amor - Leiria (RD 17/06/2026)

T-15/19 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria - Lote 3 - Freguesias de Arrabal e Caranguejeira, UF de Santa Eufémia e Boa Vista e UF de Santa Catarina da Serra e Chainça (RD 01/07/2026)

T-88/20 - Programa Renovar Leiria - Trabalhos diversos em pavimentos pétreos para melhoria das acessibilidades na Avenida Cultura Urbana (RD 16/07/2026)

T-29/18 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria - Lote 5 - Freguesia de Maceira, UF de Marrazes e Barosa e UF de Parceiros e Azoia (RD 16/07/2026)

T-38/21 - Requalificação do pavimento da Rua das Sismarias (ligação da localidade de Sismaria à E.N. 109-9 Coimbrão), na localidade de Sismaria - UF de Monte Redondo e Carreira (RD 29/07/2026)

3. Contratos de prestação de serviços

Coordenação, gestão e acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços.

T-70/2020 – Elaboração do Projeto de Requalificação da Rotunda Norte da Praia do Pedrogão

T-13/2022 – Elaboração do projeto de Requalificação do Centro Urbano dos Andrinos, Requalificação do Centro Urbano de Santa Eufémia e Requalificação do Centro Urbano da Caranguejeira;

T-15/2022 – Projeto de Execução de Requalificação do Parque Industrial da Carreira – Barosa

T-36/2022 - Projetos de requalificação viária de 3 arruamentos na União das Freguesias de Parceiros e Azóia

T 39/22 - Elaboração do projeto de execução de Ligação da rua do Arneiro com a rua da Escola e Construção de um espaço polivalente junto à escola da Bidoeira.

T-54/2022 - elaboração dos projetos de execução de Requalificação da rua do Carreirinho – Casal dos Claros – Freguesia de Amor

T-55/2022 - Elaboração do Projeto de Execução da ciclovía da praia do Pedrogão – ligação à rotunda norte – Freguesia do Coimbrão

T 37/2023 - Elaboração do projeto de execução de Requalificação da rua da Base Aérea” e de Reconversão do Largo Padre Margalhau – Freguesia de Amor

T-38/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da Estrada dos Casais” – Freguesia de Regueira de Pontes

T-39/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EM 356-1” – Freguesia de Maceira

T- 46/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EN 357 – Caminhos de Fátima” – União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça

T-70/2024 - Elaboração dos projetos de execução de Requalificação da ER 349 em Carvide e de Requalificação do CM 1038 na Bidoeira de Cima

4. KRISTIN – Gestão de empreitadas

Neste período, a Divisão de Obras Municipais em Infraestruturas (DIOMI) assegurou a preparação, gestão e acompanhamento dos procedimentos de contratação de empreitadas no âmbito da tempestade «Kristin», incluindo a análise e preparação da documentação necessária à instrução dos processos pré-contratuais. Foi igualmente assegurado o acompanhamento da execução dos contratos em vigor, bem como a coordenação, fiscalização e acompanhamento técnico das empreitadas, com vista ao cumprimento das condições contratuais, dos prazos estabelecidos e dos requisitos técnicos aplicáveis.

Empreitadas Kristin - DIOMI



- T-15/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos no Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB123 +JI) (RP 31.03.26)
- T-25/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de abatimento no parque de estacionamento do Edifício Palácio da Justiça de Leiria (RP 12.06.2026)
- T-26/2026 – Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos na Avenida da Comunidade Europeia, Leiria.
- T-40/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: EB1 do Vale da Rosa, EB1 de Caldelas, JI de Caranguejeira, EB1 e JI da Palmeira (RP 02.06.2026)
- T - 41/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de Danos em Diversas Escolas e Jardins de Infância na Freguesia de Caranguejeira: JI Souto do Meio, EB1 de Caranguejeira
- T-42/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos nos arruamentos: Rua Moinhos de Vento, Rua dos Gomes, Milagres e Rua Santo Ildefonso - Bidoeira de Cima (RP 22.06.2026)
- T-43/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carreira (RP 03.06.2026)
- T-48/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua do Braçal, Rua da Costa, Rua Principal e Rua da Fontinha (RP 01.06.2026)
- T-49/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Regueira de Pontes: JI e EB1 Regueira de Pontes e EB1 das Chãs – DEOM (RP 03.06.2026)
- T-50/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Arrabal: EB1 de Arrabal, EB1 da Martinela, EB1 da Várzea e JI do Soutocico – DEOM - (RP 03.06.2026)
- T-51/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua da Agricultura e Rua Vale David.
- T-59/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução dos danos no Mercado Santana
- T-60/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução dos danos no BAG
- T – 61/2026 - Tempestade Kristin - Requalificação da escola básica de Carvide
- T-68/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria
- T-74/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos nos equipamentos de praia da Praia do Pedrógão (RP 06.07.2026)
- T-75/2026 – Tempestade Kristin – Trabalhos de reposição de danos na Rua Principal (Carpalhosa e São Miguel) - Execução de trabalhos de movimentação de terras, enrocamento em rachão, drenagem

pluvial, camadas de sub-base e base em ABGE. Falta executar assentamento de lancil e pavimentação.

T-76/2026 – Tempestade Kristin – Reposição de danos na Rua Rei Lavrador e Avenida Liz (RP 28.08.2026)

T-83/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos no talude da encosta de São Romão – Leiria (RP 30.06.2026)

T-85/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua Principal, Riba d’Aves – Ortigosa - consignação em 31/08/2026

T-92/2026 - Tempestade Kristin - Execução de trabalhos de reposição de danos escola básica 2/3 das Colmeias (DEOM) - fase 2– (RP 03/08/2026)

T-94/2026 – Tempestade Kristin - Reposição danos no pontão da rua da Lapa (RP 29.07.2026)

T - 109/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos no JI Ruivaqueira, JI Riba d’Aves – Freguesia de Ortigosa e EB1 Amor – Freguesia de Amor - (RP 09.07.2026)

T - 110/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos na EB1 Coucinheira, EB1 Casal dos Claros, JI Amor, EB1 Casal Novo e EB1 Barreiros - Freguesia de Amor (RP 30.07.2026)

T – 111/2026 - Tempestade Kristin - Reparação de danos na EB1 Ortigosa e EB1 Lameira - Freguesia de Ortigosa (RP 07.09.2026)

T - 117/2026 - Tempestade Kristin - Reparação EB1 e JI da Praia do Pedrogão e EB1 e JI da Ervideira - Freguesia de Coimbrão (DEOM) (RP 30.07.2026)

T - 121/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução de danos em diversos jardins de infância da união de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - consignação em 28/07/2026

T - 122/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução de danos em diversas escolas básicas da união das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - consignação em 28/07/2026

T - 123/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução de danos na EB Moita da Roda e EB/JI de Souto da Carpalhosa - consignação em 23/07/2026

T-146/2026 - Tempestade Kristin - Reparação e reconstrução de danos na EB Boavista e EB Santa Eufémia - consignação em 19/07/2026

T – 147/2026 Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos na EB e JI Agodim e EB Colmeias (DEOM) - consignação em 20/07/2026

T - 148/2026 - Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos nas escolas da união de freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça

T_167_2026_Tempestade Kristin – Reparação reconstrução danos diversas escolas da UF Marrazes e Barosa (DEOM)

T_168_2026_Tempestade Kristin – Reparação reconstrução danos EB Outeiro da Fonte e EB Serra Porto Urso (DEOM)

T-172/2026 – Tempestade Kristin – Reposição dos danos na Rua da Ferraria, Rua do Outeiro e Rua de Santa Clara (DEOM)

T - 176/2026 - Tempestade Kristin – Reparação reconstrução danos EB 2/3 Dr. Correia Alexandre (2.^a fase) - Caranguejeira (DEOM)

T - 179/2026 - Tempestade Kristin - Reparação reconstrução danos nas escolas básicas e jardins de infância da Freguesia de Maceira (DEOM)

T-185/2026 – Tempestade Kristin – Desobstrução da via, limpeza e remoção de terras na sequência do deslizamento do talude da Encosta do Lapedo (DEOM)

T-186/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Rua das Cabeças e na Rua Principal, em Confraria (DEOM)

T-187/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Rua do Brejinho, Carreira, e Beco das Ribeiras, nos Marrazes (DEOM)

4.1. Kristin – Gabinete Reerguer Leiria

No âmbito da colaboração da DIOMI com o Gabinete Reerguer Leiria, quatro técnicos da Divisão participaram na análise e apreciação técnica das candidaturas do concelho de Leiria submetidas à CCDR Centro, relativas aos apoios destinados à recuperação dos danos decorrentes da tempestade «Kristin». No período em análise, foram analisados **528 processos**, distribuídos pelos quatro técnicos da seguinte forma:

Técnico 1 – 90 processos analisados;

Técnico 2 – 162 processos analisados;

Técnico 3 – 161 processos analisados;

Técnico 4 – 115 processos analisados.

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL

O presente Relatório de Atividades Trimestral do Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DECGO), relativo ao período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2026, tem como objetivo apresentar uma síntese das principais atividades, ações e diligências desenvolvidas por este Departamento, num trimestre ainda profundamente marcado pelos efeitos e consequências da tempestade Kristin.

O período em análise correspondeu, essencialmente, a uma fase de consolidação da resposta municipal à situação excecional provocada pela tempestade, marcada pela continuidade das intervenções de reparação e reposição, pela monitorização das situações identificadas e pelo acompanhamento das ações necessárias ao restabelecimento das condições de segurança, funcionalidade e utilização dos espaços, equipamentos e infraestruturas municipais afetados.

A dimensão e abrangência dos danos provocados pela tempestade atingiram praticamente todas as áreas de intervenção do DECGO, desde edifícios e equipamentos municipais, espaços públicos e espaços verdes, vias e infraestruturas rodoviárias, mobiliário urbano, até à rede de sinalização de trânsito, vertical e semafórica.

A realidade encontrada foi, verdadeiramente, excecional: aconteceu tudo, em todo o lado e, em muitos casos, ao mesmo tempo.

Perante uma situação desta natureza, a resposta municipal exigiu uma extraordinária capacidade de mobilização, organização e priorização, obrigando à rápida afetação de recursos, à reorganização de equipas e meios e a uma permanente articulação entre diferentes Unidades Orgânicas, serviços municipais e entidades externas.

Os resultados alcançados permitem hoje constatar uma evolução muito significativa face à situação inicialmente provocada pela tempestade. Foram progressivamente repostas as condições de circulação e

segurança da rede viária municipal e recuperados espaços públicos, espaços verdes, equipamentos, edifícios, mobiliário urbano e sistemas de sinalização, reduzindo de forma muito significativa os constrangimentos inicialmente existentes.

Poucos poderiam acreditar que, decorridos apenas alguns meses, seria possível devolver ao concelho uma imagem tão próxima da normalidade, recuperando as condições de utilização e fruição de uma parte muito significativa dos espaços e equipamentos afetados.

Este resultado merece ser devidamente registado e reconhecido.

Quem, por algum momento, ousou duvidar da capacidade técnica, operacional e de resposta do Município de Leiria, e muito particularmente dos trabalhadores afetos ao Departamento de Conservação e Gestão Operacional, terá hoje razões para reconhecer a elevada competência, abnegação, brio profissional e espírito de missão demonstrados ao longo deste período.

O desempenho das equipas do DECGO foi determinante para esta recuperação. Foram muitas horas de trabalho, frequentemente em condições particularmente exigentes, num esforço que ultrapassou largamente aquilo que seria expectável num contexto de normalidade. A capacidade de adaptação às circunstâncias, a experiência técnica, o conhecimento do território e a articulação entre trabalhadores e equipas permitiram assegurar uma resposta contínua às necessidades identificadas.

Importa, contudo, sublinhar que este esforço extraordinário não significou a interrupção ou desvalorização das responsabilidades permanentes do Departamento.

Ao longo do trimestre, o DECGO continuou a assegurar, em simultâneo, as competências que lhe estão atribuídas nas áreas da conservação, manutenção, gestão operacional e acompanhamento das infraestruturas, equipamentos e património municipal, mantendo a resposta às solicitações dos serviços e das populações e assegurando as intervenções preventivas e corretivas indispensáveis ao normal funcionamento do Município.

Neste âmbito, assume particular relevância salientar que, perante uma conjuntura excecionalmente exigente, o DECGO tem vindo a exercer, na plenitude, as competências que lhe estão cometidas pelo Despacho n.º 14916/2025, de 16 de dezembro, com elevado sentido de responsabilidade, diligência e competência técnica.

A capacidade de manter esta atividade regular, simultaneamente com a resposta às consequências da tempestade, constitui, por si só, um indicador relevante da capacidade organizacional e operacional do Departamento.

Paralelamente à intervenção no terreno, durante o trimestre em análise o DECGO manteve uma colaboração ativa no apoio técnico e administrativo associado ao processo de análise das candidaturas apresentadas na sequência da tempestade Kristin.

Esta colaboração envolveu a análise, tratamento e acompanhamento de um número muito significativo de processos, contribuindo para a respetiva tramitação dentro dos prazos estabelecidos, tendo o prazo de análise cessado em 31 de agosto de 2026.

O trimestre ficou igualmente marcado pelo desenvolvimento de importantes diligências preparatórias para a implementação transversal da aplicação informática Infraspeak no Município de Leiria.

Foram desenvolvidas ações de levantamento, organização, preparação e parametrização da informação necessária à entrada em funcionamento da plataforma, cuja implementação se encontra prevista para o início do mês de setembro.

A introdução desta ferramenta constitui um passo relevante na modernização e transformação digital da gestão operacional municipal, permitindo perspetivar melhorias significativas no planeamento, programação e acompanhamento das intervenções de manutenção.

A centralização da informação, a gestão estruturada das ordens de trabalho, o acompanhamento dos tempos de resposta e a criação de indicadores de desempenho permitirão reforçar a capacidade de decisão e disponibilizar informação operacional mais consistente, atualizada e orientada para resultados.

Durante o mesmo período foi igualmente implementada a aplicação Leiria Repara, concebida para facilitar aos munícipes o reporte de anomalias e ocorrências verificadas no espaço público municipal.

A elevada recetividade demonstrada pelos cidadãos confirma a importância desta ferramenta enquanto mecanismo de proximidade e participação. Para os serviços municipais, o Leiria Repara permite melhorar o registo, encaminhamento e acompanhamento das ocorrências, contribuindo para uma definição mais eficaz das prioridades e para uma gestão mais organizada dos trabalhos.

A utilização articulada destas duas soluções permitirá, progressivamente, estabelecer uma cadeia de gestão mais integrada: do reporte da ocorrência ao planeamento, execução e acompanhamento da intervenção.

Desta forma, a experiência adquirida durante um período de excecional exigência começa também a traduzir-se numa oportunidade de melhoria estrutural dos processos de trabalho, reforçando a capacidade de resposta e criando condições para uma gestão operacional mais integrada, sistematizada e eficiente.

O balanço do trimestre permite, assim, reconhecer uma evolução muito positiva relativamente à situação provocada pela tempestade Kristin.

Apesar da dimensão dos danos e do volume extraordinário de solicitações, foi possível assegurar uma progressiva reposição das condições de normalidade sem comprometer as responsabilidades permanentes do Departamento. Simultaneamente, foram desenvolvidas ferramentas e metodologias que permitirão melhorar, no futuro, a capacidade de planeamento, controlo e monitorização da atividade operacional.

O período agora reportado demonstra, por isso, não apenas a capacidade de resposta do DECGO perante uma situação excecional, mas também a sua capacidade de adaptação e de preparação para os desafios futuros.

Num contexto em que a atividade municipal é objeto de uma atenção e escrutínio crescentes, o DECGO mantém o compromisso de exercer as suas competências com rigor, responsabilidade, transparência e sentido de serviço público, colocando o conhecimento técnico, a experiência e os recursos disponíveis ao serviço do Município e das populações.

O concelho apresenta-se hoje, completamente, de “cara lavada”. Mais importante ainda, recupera condições de segurança, funcionalidade e fruição que permitem às populações retomar a utilização dos seus espaços e equipamentos.

É com o compromisso de serviço público que o DECGO concentrará todos os seus esforços na instrução das operações afetadas pela Tempestade Kristin para o Fundo de Emergência Municipal (FEM), com o objetivo de que sejam asseguradas as fontes de financiamento adequadas para a reabilitação de edifícios, infraestruturas e equipamentos.

DIVISÃO DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

A Divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos (DIGEE) tem diversas vertentes de serviços transversais às diversas unidades orgânicas do Município de Leiria. Os grandes grupos de serviços podem ser identificados abaixo:

- Manutenção de edifícios - por meio de recursos internos (oficinas) ou por recurso a serviços e empreitadas externas;
- Operação de edifícios e eventos com serviços transversais – Vigilância; Limpeza; manutenção de elevadores, climatização, sistemas de segurança; eficiência energética; energia (água e gás); águas residuais;
- Apoio à montagem e desmontagem de eventos.

No período a que respeita o presente relatório, para além das atividades normalmente desenvolvidas, está a dar continuidade ao levantamento, verificação técnica de alguns dos edifícios afetados pela depressão *Kristin* e respetivo acompanhamento de trabalhos de recuperação.

No período destaca-se os seguintes procedimentos:

Acompanhamento e Fiscalização de Obras

- T 77/2025 – Trabalhos de beneficiação e melhoramentos do Centro de Saúde da Maceira
- T 35/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos no Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio
- T 46/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Extensão de Saúde de Bidoeira de Cima
- T 47/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Extensão de Saúde de Amor
- T 66/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Extensão de Saúde Maceira-Arnal

- T 71/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos no Museu da Imagem em Movimento
- T 80/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos no Moinho de Papel
- T 82/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Igreja de São Pedro
- T 86/2026 – Tempestade Kristin – Reparação da Cobertura do Estádio Municipal de Leiria
- T 87/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de 7 Coberturas de Pavilhões Desportivo Municipais
- T 96/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de danos na Casa da Dona Julinha
- T 97/2026 – Tempestade Kristin – Reparação provisória no Pavilhão Carlos Neto
- T 144/2026 – Tempestade Kristin – Reparações em 6 Pavilhões Desportivos Municipais

Preparação de empreitadas – Procedimentos Kristin

Quadro 1 – Intervenções em Edifícios (Nº empreitadas)

Indicador	Valor
Empreitadas em acompanhamento pela DIGEE	28
Empreitadas lançadas	12
Empreitadas em fase de instrução de procedimentos	44

De entre 44 edifícios em intervenção por parte da DIGEE, destacamos os principais:

- **Estádio Municipal de Leiria:** substituição total da cobertura
- **Pavilhões desportivos (Arrabal, Afonso Lopes Vieira, Maceira, CE Ténis, Colmeias, Souto da Carpalhosa, Pousos, Carlos Neto):** substituição de coberturas e chapas laterais.
- **Centros e extensões de saúde** nas unidades de Gorjão Henriques, Dr. Arnaldo Sampaio, Amor, Barreira, Cortes, Maceira-Arnal e Bidoeira de Cima, com foco em reparação/substituição de coberturas, rufos, vãos e pinturas.

Preparação de empreitadas – regular

- T 90/2025 – Reparação de muro de suporte da Escola Básica de Capuchos
- Substituição de rede de abastecimento de água no piso térreo do Museu de Leiria
- Reabilitação de muros de vedação de Escolas Básicas 2/3 de Carreira e Correia Mateus
- Requalificação do sistema de acumulação de águas quentes e impermeabilização no Complexo Municipal de Piscinas de Leiria
- **T 130/26 – TK – Reparação de Cobertura de Edifício em São Romão (IEFP)**
- **T 142/26 – TK – Reparação de Vedações do CETL**
- **T 143/26 – TK – Reparação do Piso do Pavilhão da Gândara (ESALV)**
- **T 169/26 – TK – Reparação de Pinturas do interior do Pavilhão da Gândara**

Preparação e lançamentos de concursos de serviços e bens

- Fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para os edifícios municipais
- Serviços de vigilância de edifícios e eventos municipais
- Fornecimento de água aos edifícios municipais

Acompanhamentos de serviços

Destacam-se,

- Serviços de higiene e limpeza nas instalações e eventos municipais
- Serviços de Vigilância e segurança humana nas instalações e edifícios municipais
- Manutenção de elevadores
- Manutenção de climatização
- Acompanhamento e análise de consumos de água e gás
- Certificação Energética de Edifícios Municipais

SETORES OFICINAIS

- Foram abertos **297 pedidos de intervenção**, na Plataforma da Intranet pelas diversas U.O., dos **quais 111 foram resolvidos**, estando 178 com resolução iniciada ou em preparação para resolução.

A Divisão presta igualmente apoio técnico na identificação e resolução das anomalias detetadas, assegurando o acompanhamento das intervenções necessárias à reposição das condições de segurança e funcionamento.

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O presente Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada, as ações desenvolvidas pela Divisão de Gestão do Espaço Público (DIGEP) durante o período trimestral em referência, evidenciando os principais trabalhos realizados e/ou executados, bem como alguns dos indicadores de desempenho observados.

No decurso do período em análise, a DIGEP manteve o seu compromisso permanente com a manutenção, conservação e requalificação do espaço público urbano, assegurando uma intervenção contínua e articulada com vista à promoção de espaços organizados, seguros, funcionais e acessíveis à população. As iniciativas desenvolvidas refletem o empenho, a capacidade de resposta e a dedicação das equipas técnicas e operacionais, tendo em vista a preservação e valorização do espaço público, com impacto direto na melhoria das condições de utilização e na qualidade de vida dos munícipes.

Importa destacar que o trimestre ficou marcado pela ocorrência da Tempestade Kristin, fenómeno meteorológico adverso que originou diversos constrangimentos no espaço público municipal, nomeadamente ao nível de infraestruturas viárias, mobiliário urbano, iluminação pública e sistemas de drenagem. Perante este contexto excecional, a DIGEP teve como principal foco uma atuação célere e integrada, mobilizando os seus recursos humanos e materiais no sentido de minimizar riscos, repor condições de segurança e garantir a normalização progressiva da utilização do espaço público. As ações

desencadeadas abrangeram, entre outras, intervenções de carácter emergente, trabalhos de limpeza e desobstrução, reposição de condições de circulação e execução de reparações pontuais, evidenciando a capacidade de resposta operacional da Divisão nesta situação de calamidade e contingência.

Apesar dos desafios operacionais e estruturais enfrentados, quer no âmbito da gestão corrente do espaço público, quer no contexto específico da resposta aos efeitos da Tempestade Kristin, as ações realizadas tiveram um impacto globalmente positivo, traduzindo-se em avanços significativos no cumprimento dos objetivos definidos para o período e na mitigação dos danos verificados.

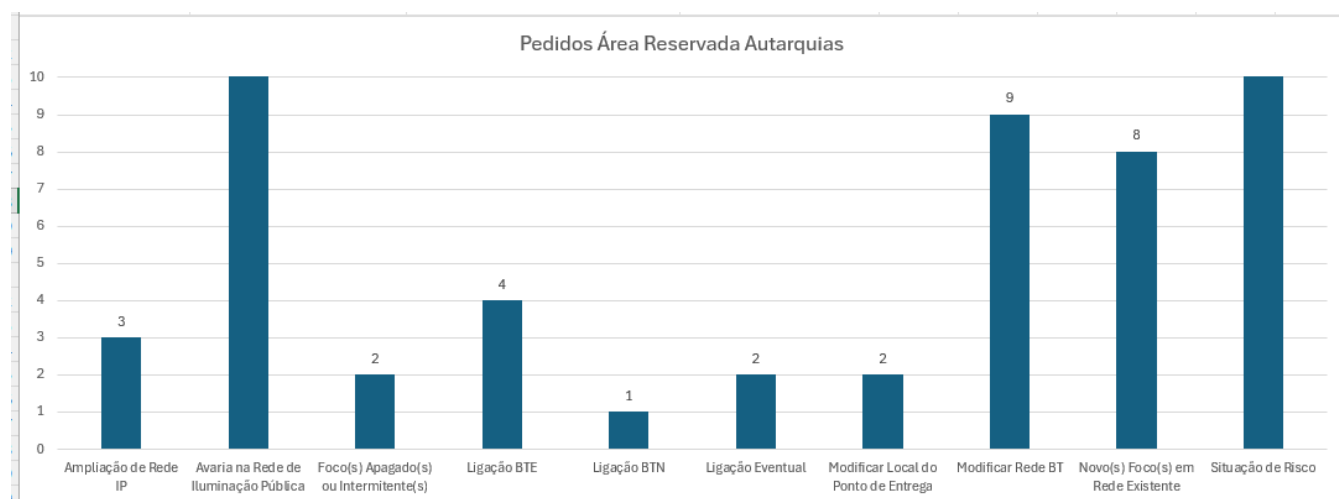
Reitera-se, por fim, que o compromisso com a melhoria contínua, aliado aos princípios da eficiência e da eficácia, se mantém como missão central da atuação da DIGEP. Estes princípios continuam a constituir os alicerces orientadores das intervenções realizadas e a desenvolver, tendo como objetivo primordial assegurar a continuidade destas diretrizes e atividades nos próximos trimestres, em benefício do interesse público e da valorização sustentada do espaço urbano da cidade (Anexo A) e do restante Concelho de Leiria.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS:

Iluminação Pública:

- Pedidos inseridos na Plataforma ARA | E-Redes

		Nr.º Pedidos
Iluminação Pública	Nr.º Pedidos recebidos	59
	Nr.º Pedidos Tratados	59
	Ampliação de Rede IP	3
	Avaria na Rede de Iluminação Pública	17
	Foco(s) Apagado(s) ou Intermitente(s)	2
	Ligação BTE	4
	Ligação BTN	1
	Ligação Eventual	2
	Modificar Local do Ponto de Entrega	2
	Modificar Rede BT	9
	Novo(s) Foco(s) em Rede Existente	8
	Situação de Risco	11



Cumprir a prestação de informação complementar no que respeita às ocorrências verificadas ao nível da iluminação pública, na sequência da passagem da Tempestade Kristin, bem como à necessária articulação institucional com a entidade concessionária da rede elétrica, E-Redes – Distribuição de Eletricidade, S.A.

A referida tempestade originou diversos constrangimentos no espaço público municipal, tendo-se verificado, em particular, falhas e interrupções no funcionamento da rede de iluminação pública, decorrentes de danos em infraestruturas elétricas, quedas de ramos e árvores, projeção de detritos sobre a via pública e outros efeitos associados às condições meteorológicas adversas.

Face a este contexto excecional, a DIGEP procedeu a uma atuação imediata, no âmbito das suas competências, através da identificação das situações mais críticas, da priorização das ocorrências com maior impacto na segurança de peões e na circulação rodoviária e da promoção das diligências diretas necessárias junto da E-Redes, enquanto entidade responsável pela gestão, manutenção e reposição da rede de distribuição de energia elétrica e da iluminação pública.

Neste enquadramento, foram efetuadas diversas comunicações (via telefónica, e-mail) de registos de avarias, tendo a DIGEP assegurado o acompanhamento permanente das situações reportadas, bem como a articulação entre os serviços municipais e a entidade concessionária, com vista à reposições graduais do serviço de iluminação pública, de acordo com os meios disponíveis e a complexidade das intervenções necessárias.

Importa salientar que, não obstante os esforços desenvolvidos, algumas situações de falta de iluminação se prolongaram no tempo, em virtude da dimensão dos danos verificados, da elevada pressão sobre os meios operacionais da E-Redes e da necessidade de intervenções técnicas mais complexas, circunstância que foi devidamente considerada no contexto da avaliação global das atividades desenvolvidas pela DIGEP no período em análise.

Assim, no Relatório de Atividades, a DIGEP evidencia não só o volume e a natureza das intervenções realizadas, como também os condicionamentos externos que influenciaram os tempos de resposta e a normalização plena das condições de iluminação pública, sublinhando a importância da cooperação institucional com a E-Redes enquanto fator determinante para a reposição da normalidade.

Mais se informa que a DIGEP mantém o acompanhamento das situações ainda pendentes, continuando a assegurar a articulação necessária com a entidade concessionária, bem como a monitorização permanente do espaço público, no sentido de garantir a segurança, funcionalidade e qualidade dos espaços urbanos, em alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para a área do espaço público:

Manutenção da iluminação na zona urbana, por Administração Direta, nomeadamente:

- Percurso Polis (8 km somadas as distâncias de ambas as margens do Rio Lis)
- Parque Radical de Leiria e adjacências
- Largo do Município
- Jardim Luis de Camões
- Rua Direita
- Fonte Luminosa
- Reposição de iluminação em Largos, Praças e Parques de Estacionamento Municipais

Limpeza Espaço Público – Higiene Urbana / Deservagem

Para além dos trabalhos executados pelas Equipas de Vias Integradas do DIGEP, com especial enfoque no ANEXO A, verificou-se a necessidade de proceder a intervenções adicionais em diversas vias municipais e espaços públicos. Essas ações foram realizadas ao abrigo dos procedimentos internos em vigor, assegurando o cumprimento das normas técnicas e operacionais aplicáveis.

A priorização das intervenções resultou da avaliação da urgência e da relevância dos serviços solicitados, tendo em consideração critérios como segurança rodoviária, mobilidade dos cidadãos e preservação das condições de utilização dos espaços públicos. Desta forma, garantiu-se uma resposta célere e eficaz às necessidades identificadas, contribuindo para a manutenção da qualidade da infraestrutura municipal. Das tarefas executadas, destacam-se as seguintes:

- Manutenção de vias – Equipas DIGEP (Intervenções por administração direta):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Trabalho	Nr.º Intervenções	Locais	Horas/ Quantidades
Deservagem	45 Ruas	Anexo A	706h - Equipas
Calçadas	63 Ruas	Anexo A	86,50 m2 62 pilaretes aplicados/repostos
Tapa-Buracos	64 Ruas	Anexo A	550h - Equipas Tout Venant - 63 Ton Massa Asfáltica - 128 Ton
Logística (Apoio a Eventos)	0 eventos	Anexo A	0h
Manutenções Diversas	55 ruas	Anexo A	286,50h - Equipas

Gestão da Frota Automóvel:

Viaturas Frota Automóvel	Nr.º total de Viaturas	Contrato (AOV)	45
		Próprias	113
	Tipologia de Viaturas	Ligeiros de Passageiros	79
		Ligeiro de Mercadorias	43
		Camiões	17
		Outros	19
	Km ´s Percorridos	Ligeiros	215607
		Pesados	5328
	Intervenções oficinais	Ligeiros	28
		Pesados	7
		Máquinas	4
	Avarias	Ligeiros	24
		Pesados	2
		Máquinas	3
	Revisões Efetuadas	Ligeiros	8
		Pesados	4
		Máquinas	2

Gestão de Contratos:

- T 82/24_Manutenção Vias Municipais
 - Reparações Diversas de Órgãos de Drenagem (Aquedutos, manilhas, sarjetas) em diversos locais do concelho (Monte Real, Leiria, Barreira, Pousos, Monte Redondo, Colmeias, Caranguejeira)
 - Pavimentações betuminosas (EN 109 – Marrazes, Souto da Carpalhosa e Monte Redondo)
 - Pintura de EN 109 (Marrazes, Souto da Carpalhosa e Monte Redondo)
- T 40/25_Manutenção Calçadas
 - Requalificação de passeios pedonais com incorporação de granito (melhoria condições segurança). Rua do Município e Rua de Alcobaça
 - Requalificação de passeios na Rua da Base Aérea (Monte Real)
 - Reparação de Lajetas em Pedra no Jardim Santo Agostinho
- T 112/26 – Intervenção em Abatimento na Via do Largo 5 de Outubro
- T 128/26 – Tempestade Kristin – Reparação do Piso Betuminoso junto ao Terminal Rodoviário Provisório de Leiria
- T 141/26 – Tempestade Kristin – Manutenção e Conservação da Rede Viária, Pluvial e de Outras Infraestruturas Municipais
- T 170/26 – Manutenção e Conservação de Vias Municipais 27/29
- T 183/26 – Manutenção de Calçadas 26/27

A DIGEP continuará a assumir uma intervenção orientada para a qualidade, segurança, funcionalidade e valorização do espaço público, procurando responder de forma cada vez mais planeada, eficiente e integrada às necessidades do território. O compromisso das equipas técnicas e operacionais, aliado à capacidade de adaptação e de mobilização demonstrada ao longo dos períodos anteriores, constitui um fator determinante para assegurar a continuidade da prestação de um serviço público de qualidade e para contribuir para um Município de Leiria mais seguro, funcional, resiliente e preparado para os desafios futuros.

DIVISÃO DE GESTÃO DOS ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Gestão de Espaços Verdes desenvolveu durante o período em análise e conforme plano, atividades de plantações, conservação e manutenção dos jardins e demais espaços verdes e respetivos sistemas de rega, quando aplicável.

- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 133/2025/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas, Lotes 1, 2, 3 e 4.
- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 148/2025/DICP – Manutenção e conservação de espaços verdes públicos nos espaços existentes na Villa Portela.
- 206/2026/DICP – Foi dado início ao novo contrato relativo aos serviços de reavaliação do Inventário Municipal do arvoredo urbano (Fase I) e elaboração do Inventário Municipal do arvoredo

em meio urbano da restante área do Concelho, com **7100** árvores reavaliadas e **1035** novas árvores inventariadas.

- Fiscalização dos trabalhos realizados no âmbito do T65/2026 - Remoção de cepos e reparação de caldeiras – encontram-se removidos todos os cepos e executadas as caldeiras e passeios.

Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do TK035/2026 – “Serviços de corte, processamento e remoção de vegetação, preservando fixação ao solo, na encosta do Castelo de Leiria.”

- AD 109/2026/DICP - Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do TK025/2027 – “Consolidação arvoredado Agromuseu + Edifício CML.”
- AD 309/2026/DICP - Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do TK039/2027 – Serviço de corte, carga, remoção e transporte de resíduos verdes em diversos locais
- T 104/2026 – Execução de projeto de Recuperação dos Espaços Exteriores do Núcleo Amuralhado do Castelo de Leiria. Acompanhamento da elaboração do projeto. Aguardam-se pareceres para dar continuidade ao projeto de execução.
- T 105/2026 - Projeto de recuperação da zona do bosque do Centro D’Artes Villa Portela – Aguarda-se a entrega.
- T 107/2026 - Execução de Projeto de Requalificação do Jardim Luís de Camões. Em fase de elaboração de estudo prévio.
- DAF/631/ADRS/26/2026 - Execução de canteiro localizado no Largo Alexandre Herculano, Leiria – a intervenção priorizou a utilização de espécies dos estratos herbáceo e arbustivo, selecionadas pela sua elevada resistência ao stress hídrico.

Gestão Horto Municipal:

Durante o período em análise foram garantidas todas as operações culturais de produção e manutenção de espécies vegetais existentes no Horto Municipal, bem como a manutenção e conservação do parque de vasaria ornamental e o controlo de empréstimo de vasos e floreiras.

- Plantas época fornecidas/plantadas – 1182 (0+1182) unidades
- Arbustos fornecidos/plantados – 79 (17+62) unidades
- Árvores fornecidas/plantadas – 1 (0+1) unidades
- Composto – fornecidos cerca de 1,7 m³
- Estilha – fornecidos cerca de 0,67 m³
- Ornamentação – foram solicitadas 6 ornamentações com mobilização de 130 vasos

Gestão Espaços de Jogo e de Recreio:

Tendo como base de trabalho o Plano de Manutenção Preventiva, durante o período referido, procedeu-se à conservação e manutenção de **31 espaços de jogo e de recreio** que estão sob a responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes.

Gestão Hortas Verdes:

O Projeto Hortas Verdes, integram as Hortas Verdes que contemplam quatro espaços, sendo as Hortas Verdes da Encosta do Castelo, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina I, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina II e as Hortas Verdes da Malaposta.

Localização da Horta	N.º Total de Talhões	N.º Entradas / Saídas	Candidatos Lista de Espera
Encosta do Castelo	22	1	4
Quinta do Gordalina I	37	0	14
Quinta do Gordalina II	24	1	
Malaposta	9	1	5
<i>Sem preferência de local</i>			19
TOTAL=	92	3	42

Preparação e Acompanhamento de Procedimentos Concurrais

- T - 69/2025 – Execução de furo nas Hortas Verdes de Santa Clara (consulta prévia). Foram informados trabalhos a suprimir e respetivo valor de indemnização, estando em tramitação.
- T75/25 Serviços de elaboração de projeto de arranjo Paisagístico da Rotunda do Pedrome (ajuste direto simplificado), aguarda-se entrega da revisão;
- DAF/774/ADRS/26/2026 - Aquisição e aplicação de painéis de vedação rígido para as Hortas Verdes da Encosta do Castelo de Leiria – com o objetivo de minimizar a possibilidade de acesso, a pessoas com intenções pouco benévolas, às instalações das Hortas Verdes da Encosta do Castelo, foi substituída e ampliada a vedação que limita este espaço, na zona do portão e muro localizados na proximidade o ascensor, adjacente à Avenida 25 de Abril.
- T 133/2026 - Requalificação de diversos Parques Infantis no Município de Leiria – Foi elaborado o processo de concursos de requalificação de diversos espaços de jogo e recreio; incluem-se nesta empreitada, intervenções de fundo nos parques infantis de Serrada do Pinhal, Ser Solidário, Santa Clara, Jardim Olímpio Duarte Alves e Ponte Parque Infantil. Encontra-se ainda prevista a manutenção pontual de pisos de amortecimento de impacto, nomeadamente, nos parques do Complexo Desportivo dos Pousos, Bairro de Sá Carneiro e Estação.
- DAF/1243 a 1245/ADRS/26/2026 3.ª edição Troca Saberes, Plantas e Sementes – foi iniciado procedimento concursal para aquisição de serviço relativo a palestras e workshops a realizar na 3.ª edição do evento Troca de Saberes, Plantas e Sementes, organizado em parceria com a Junta de Freguesia de Maceira, onde se pretende integrar três dinâmicas: expositores de partilha de plantas e sementes, ciclo de workshops e palestras e espaço dirigido ao público infantil, dedicado à criação de arte com sementes.
- Foi elaborado o processo de concurso 15/2026 (DIEV) relativo a aquisição e transporte de diversas espécies de arbustos e herbáceas para reposição em espaços verdes de domínio público do concelho de Leiria.
- Preparação do procedimento para o CONCURSO PÚBLICO nº 47/2026/DICP – “Aquisição de serviços especializados para elaboração de Plano Municipal de Arborização do Espaço Público (PMAEP) – Município de Leiria.” – encontrar-se adjudicado.

- Preparação do procedimento T 173/2026 – “Plantação de árvores no âmbito do projeto Replantar Leiria.” – em fase de apresentação de propostas
- Preparação do procedimento para aquisição de bens e serviços nº 37 /2026/DICP – “Aquisição e transporte de árvores para reposição em espaços verdes de domínio público do Município.” - em fase de apresentação de propostas.
- Preparação do procedimento T 135_2026 Remodelação do PI Parque do Avião

Tempestade Kristin:

Durante o período em análise foram efetuados os seguintes procedimentos, respeitantes a trabalhos decorrentes das ocorrências das intempéries.

Numeração Interna	Valor S/IVA	Entidade	Objeto
TK039/2026	20.050,00€	MFLimpa	Serviço de corte, carga, remoção e transporte de resíduos verdes decorrentes das recentes tempestades, ainda existentes em diversos locais das UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, e UF de Marrazes e Barosa

No âmbito do projeto Replantar Leiria, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- Elaboração da proposta de “Especificação técnica para fornecimento de árvores para a Campanha de Apadrinhamento 2026 – 2027”.
- Colaboração na análise do documento relativo ao **“Programa de Intervenção do Projeto-Piloto de Restauro de Ecossistemas Urbanos – Jardim Luís de Camões – Município de Leiria”**, nomeadamente, da respetiva Memória Descritiva, através da apresentação de contributos e sugestões de melhoria para a versão destinada a integrar o anexo ao Protocolo a celebrar com o Fundo Ambiental.
- Colaboração na **“Minuta de protocolo de colaboração – Programa de plantação de árvores e valorização ambiental do concelho de Leiria”**, através da apresentação de contributos e sugestões de melhoria do documento.

Concluindo, perante a magnitude da Tempestade Kristin, a resposta municipal exigiu do DECGO uma extraordinária capacidade de mobilização, organização e priorização, obrigando à rápida afetação de recursos, à reorganização de equipas e meios e a uma permanente articulação entre diferentes Unidades Orgânicas, serviços municipais e entidades externas.

DIVISÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

- Recolha de veículos abandonados no espaço público, e respetivas diligências
- Análise e avaliação técnica sobre pedidos de sinalização de trânsito no Concelho de Leiria
- Análise e parecer técnico sobre pedidos de ocupação da via pública e avaliação dos Projetos de Sinalização Temporários

- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de publicidade e Ocupação de Espaço Público, (DiLAEP)
- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de atividades desportivas e culturais
- Análise e parecer técnico sobre processos do DEGU bem como participação na realização de vistorias
- Acompanhamento técnico e fiscalização de Procedimentos no âmbito da tempestade Kristin

Procedeu-se ao Fornecimento e instalação de painéis de Pré-Aviso Gráfico a instalar em várias vias principais no Concelho de Leiria (12), representando o valor de 80.051,70€.

No que diz respeito ao acompanhamento técnico e fiscalização de empreitadas e serviços:

- CPN 35/25 - Aquisição por lotes de sinalização VERTICAL
- AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOQUE PARA A REMOÇÃO E TRANSPORTE DE TODO O TIPO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA

Preparação de procedimentos de Concurso Público:

- T-67/2026 - EXECUÇÃO DE MARCAS RODOVIÁRIAS COM PINTURA A QUENTE EM SPRAYPLÁSTICO E TERMOPLÁSTICO NAS VIAS MUNICIPAIS NO CONCELHO DE LEIRIA

Apoio técnico e acompanhamento de empreitadas do DEOM:

- T-57/2018 - CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN242 (VARIANTE DA BAROSA) - Barosa
- T-124/20 – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA (EBI) S. ROMÃO
- T-03/2025 - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE LEIRIA – LOTES 2, 4, 8, 10, 14 E 15
- T-70/2023 - REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E REQUALIFICAÇÃO DO ARRUAMENTO - TROÇO DA RUA PRINCIPAL NO LUGAR DE FIGUEIRAS
- Avaliação e parecer técnico de projetos do ML, no âmbito da Rede Viária e Segurança Rodoviária:
- T-72/2025 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA PAULO VI
- T-138/26 REQUALIFICAÇÃO DO PERCURSO POLIS- FASE 2

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE LEIRIA

Atividade Operacional:

No âmbito da atividade operacional, durante o período considerado para o relatório de atividades, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria registou **1224** ocorrências, empregando um total de **3290** operacionais e **1558** veículos.

Classificação da Ocorrência	Ocorrências	Operacionais	Veículos
Fenómenos Naturais	00	00	00
Incêndios Urbanos ou Área Urbanizável	23	166	52
Incêndios em Equipamentos ou Produtos	05	27	07
Incêndios em Transportes	10	57	16
Acidentes	44	202	66
Acidentes Industriais e Tecnológicos	08	35	09

Incêndios Rurais	44	246	63
Incêndios em Detritos	15	79	19
Comprometimento Total ou Parcial Segurança	23	69	24
Assistência em Saúde	698	1409	703
Intervenção em Conflitos Legais	14	28	14
Assistência e Prevenção a Atividades Humanas	257	787	489
Operações Diversas	83	185	96
Total	1224	3290	1558

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria participou durante o período em epígrafe nas seguintes ações:

Exercícios/simulacros:

- Simulacro de queda de aeronave Aeródromo Municipal – participou: Comandante, 1 Subchefe 2ª classe, 3 Sapadores Bombeiros

Formações:

- ANEPC – Uso de caldas retardantes – frequentou: Comandante
- ENB – UFCD 9905 – Condução fora de estrada na atividade de bombeiro – frequentou: 2 Subchefes de 2ª classe
- ENB – Segurança na supressão de incêndios rurais – frequentou: 1 Subchefe de 2ª classe
- SIRESP, S.A. – utilização radio SIRESP – frequentou: Comandante, 4 Subchefes de 1ª classe, 3 Subchefes 2ª classe
- Ministrado pela CBSL: Formação de Comunicações rádio aos elementos das ULPC – Unidades Locais de Proteção Civil – 4 horas a 150 elementos

Prevenção:

- Jogo Seleção Nacional – Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa – (empenhado: 2 veículos e 7 operacionais)
- Hybrid Day – Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa (empenhado: 1 Veículo e 6 operacionais)
- Praia Pedrogão (empenhado: 2 Veículos e 4 operacionais)

Reuniões:

- 3 Reuniões do Briefing mensal e 3 reuniões extraordinárias do Serviço Municipal de Proteção Civil (CCOM – Centro Coordenação Operacional Municipal);
- 1 Reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- 2 Reuniões do Conselho Municipal do Ambiente;
- 8 Reuniões do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Leiria (online).

Serviço Municipal de Proteção Civil de Leiria

Serviço Municipal de Proteção Civil

No período em análise, o Serviço Municipal de Proteção Civil desenvolveu as seguintes atividades/ações:

- Reuniões diversas:

- *Briefing's* Mensais do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) Leiria;
 - *Briefing's Extraordinários* do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) Leiria;
 - Reuniões mensais entre a ANEPC – CSREPC Leiria / SMPC's CIM Região de Leiria;
 - Reuniões de Coordenadores Municipais de Proteção Civil da CIM Região de Leiria;
 - Reuniões com os Coordenadores das Unidades Locais de Proteção Civil do Concelho de Leiria;
 - Representação do SMPC em atos oficiais.
- Ocorrências e Vistorias:
 - Vistorias diversas no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE);
 - Vistorias diversas no âmbito da Comissão de Vistorias da CML;
 - Elaboração de pareceres de eventos diversos no concelho aos Planos de Segurança apresentados;
 - Acompanhamento e apoio técnico-operacional dos incêndios urbanos nas freguesias de:
 - Monte Redondo, 05 junho; Marrazes e Barosa, 31 agosto.
 - Acompanhamento e apoio técnico-operacional dos incêndios rurais na freguesia de Bajouca, 27 julho.
- Simulacros / Formações / Ações diversas:
 - Presença e participação como "Observador" em simulacros internos;
 - Ação de sensibilização no âmbito da SCIE e o associativismo;
 - Apresentação pública novas ULPC, dia 16 junho;
 - Ação de formação, do SIRESP, dia 6 agosto.

UNIDADE TÉCNICA FLORESTAL

Gabinete Técnico Florestal (GTF)

- Gestão de Combustível
 - Notificações: Procedeu-se à identificação e notificação de 29 proprietários de terrenos para que procedessem à ação de gestão de combustível, e à afixação de 6 Editais de proprietário desconhecido.
 - Entradas: Durante o período em apreço registaram-se 80 pedidos à autarquia para regularizar/verificar as ações de gestão de combustível;
 - Terrenos Limpos: Foram concluídos com sucesso, em termos de realização de gestão de combustíveis, 42 processos.
- Vazios Urbanos e limpezas coercivas

Durante o período considerado foi realizada a limpeza de terrenos com matos e silvas em 5 terrenos do município e 2 limpeza coerciva, distribuídos pelas freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes; Marrazes e Barosa; Parceiros e Azoia.
- Rede Viária Municipal

No âmbito da execução das faixas de gestão de combustível na faixa de 10m da Rede Viária, decorrentes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, foram executados 28.35ha na Bidoeira de Cima, 30ha na Caranguejeira.
- Desobstrução de rede viária

Em articulação com o CIPO, desobstrução de cerca de 150 km de rede viária florestal.

AIGP/OIGP:

Apoio técnico – 2 áreas de intervenção: Norte e Sul: Funcionamento dos Gabinetes de Apoio Local OIGP 2.0; Validação das Comunicações de Compromisso de Execução (CCE) dos particulares – trabalho de campo e fotointerpretação de imagens recolhidas por drone: Priorização de áreas de intervenção; Apoio à contratação de prestadores de serviços; Acompanhamento dos trabalhos preparatórios dos ETAM - Espaços Temporários de Acondicionamento de Material Lenhoso

Leiria, 14 de setembro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

[Assinatura Qualificada]
Gonçalo Nuno Bértolo
Gordalina Lopes

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes
DN: c=PT, o=MUNICÍPIO DE LEIRIA, 2.5.4.97=VATPT-505181266, ou=Certificado para pessoa singular - Assinatura Qualificada, title=Presidente da Câmara Municipal de Leiria - Informação confirmada pela Entidade de Certificação apenas na data de emissão e que não foi confirmada posteriormente a essa data, sn=Bértolo Gordalina Lopes, givenName=Gonçalo Nuno, serialNumber=IDCPT-10501747, cn=[Assinatura Qualificada] Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes
Dados: 2026.09.14 14:52:24 +01'00'

Gonçalo Lopes